



QUESTÕES URBANAS

Território e Arquitetura

Textos escolhidos

Teresa Madeira da Silva

ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL

Teresa Madeira da Silva
ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL
Formatação e edição de texto: Joana Roxo
Fotografia da capa: Teresa Madeira da Silva
Lisboa, Dezembro de 2018
Suporte edição electrónica
ISBN: 978-989-8905-12-3
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Edifício ISCTE
Av. Das Forças Armadas
1649-026 Lisboa, Portugal

Citação recomendada:
Madeira da Silva, Teresa (2018), **Questões Urbanas 1. Território e
Arquitetura, Textos escolhidos**, Lisboa: ISCTE-IUL, DINÂMIA-CET-IUL.

URL Repositório: <http://hdl.handle.net/10071/15148>

QUESTÕES URBANAS 1

Território e Arquitectura

Textos escolhidos

Teresa Madeira da Silva

ISCTE-IUL, DINAMIA'CET-IUL

ÍNDICE

pág. 6 **PREFÁCIO**

pág. 10 **NOTA INTRODUTÓRIA**

- 1** 2014 **Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual.**
pág. 15 *Urban Gardens in Lisbon: from Historical Importance to the Current Formalization Process.*

Cidade e Espaço / City and Space, (org. PINHEIRO, Magda; VAZ, Cecília), Lisboa: CEHCP, 2014. Em co-autoria com: MONTE, Marianna.

- 2** 2013 **Social Inclusion as a Collective Urban Project: Urban Farm in Lisbon and Informal Public Markets in Rio de Janeiro.**
pág. 41

Cescontexto, Debates, Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilisations, Interventions. (Editor: DUXBURY, Nancy), n.2, Coimbra: CES, U.C., Junho, p. 269-281. Em co-autoria com: MONTE, Marianna.

- 3** 2013 **A Informalidade como Agente Dinamizador da Morfologia Urbana: Lisboa, Rio de Janeiro.**
pág. 65 *Informality as Urban Morphology Dinamizador Agent: Lisbon, Rio de Janeiro.*

Atas da Conferência Internacional, PNUM 2012 - Portuguese Network of Urban Morphology. (Editores: ANDRÉ, Paula; MARAT-MENDES, Teresa; SAMPAYO, Mafalda Teixeira). Lisboa: ISCTE-IUL, 5 e 6 de Julho, pp.1735-1749. Em co-autoria com: MONTE, Marianna.

- 4** 2013 **A Cidade Africana Contemporânea de Origem Portuguesa: São Tomé Pré e Pós-independência.**
pág. 87 *Contemporary African city of Portuguese origin: São Tomé Pre and Post-independence.*

Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v4, n.2, pp.75-88.

- 5** 2016 **Arquitetura Portuguesa de Autor: Aproximações à Arquitetura Popular.**
pág. 115 *Portuguese Architecture Author: Approaches to Popular Architecture.*

Colóquio Internacional Arquitetura Popular Tradição e Vanguarda – Livro de Atas. (Editor: ANDRÉ, Paula). Lisboa: DINAMIA'CET-IUL. p.140 -153.

- 6** 2011 **Edifícios de Habitação Social: Diagnóstico e Cenários de Intervenção.**
pág. 141 *Social housing buildings: diagnosis and intervention scenarios in built.*

CIDADES, Comunidades e Territórios, n.22, pp.82-98. Em co-autoria com: ALVES, Pedro Marques; MAGALHÃES Miguel V.; OLIVEIRA, M. João.

- 7** 2013 **Planeamento e Habitação: Habitação Social em Edifícios de Grande Porte: “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa”.**
pág. 157 *Planning and Housing: Social Housing in Large Buildings: "Zona J" and "Pantera Cor-de-Rosa".*

Atas do Seminário Área Metropolitana de Lisboa Ambiente Urbano e Riscos. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa. p.154-160.

- 8** 2009 **As Artes Plásticas na Configuração da Arquitetura. Três Edifícios Modernistas Lisboetas.**
pág. 189 *The Fine Arts in the Architecture Configuration. Three Modernist Buildings in Lisbon.*

8º Seminário Docomomo Brasil - Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/JFR.

PREFÁCIO

A colecção de textos que Teresa Madeira da Silva nos apresenta no livro *Questões Urbanas - Território e Arquitetura* resulta da sua longa experiência de trabalho – da prática profissional, ao ensino e investigação - em matérias primordiais no emergente campo interdisciplinar dos Estudos Urbanos e que merecem particular referência por estarem orientados por uma visão ampla e dialogante do trabalho do arquitecto.

Na qualidade de investigador de outra área disciplinar, a Sociologia, mas amplamente motivado para um debate aprofundado sobre como conhecer, analisar e intervir na cidade, no espaço urbano, nos territórios contemporâneos não poderia deixar de aceitar o convite de prefaciar este conjunto de trabalhos.

O desafio não poderia ser mais interessante pela diversidade dos temas e pelas abordagens que a autora escolheu. Com este livro são-nos colocadas uma série de questões particularmente estimulantes para pensar o futuro das nossas cidades.

Tendo Lisboa como referente territorial central, os textos que agora se juntam numa só publicação assentam, como seria de esperar, na dimensão morfológica da cidade e da metrópole, mas sem esquecer as outras dimensões de análise que também perspectivam a leitura e a compreensão da cidade. Algumas das questões que têm fermentado ao longo destas duas primeiras décadas do século XXI e que hoje estão plenamente reconhecidas no debate público estão aqui tratadas. Diríamos que Teresa Madeira da Silva dá visibilidade aos domínios do trabalho arquitectónico que maior ligação têm com as Ciências Sociais.

Seja na análise da informalidade da edificação da cidade, ou se quisermos das áreas não-planeadas das cidades em que vivemos e os mecanismos sociais que lhe estão ligados, seja ainda pelo questionamento dos resultados da intervenção pública no domínio habitualmente conhecido como habitação social, em edifícios de grande porte, estamos perante questões que aproximam decisivamente Arquitectura e Sociedade. Ainda

assim a autora não descarta também a relação entre Arquitectura e Arte, aproximando-se dos debates sobre o lugar do arquitecto num âmbito interdisciplinar, articulado com outras artes, ou sobre a importância da arquitectura popular na construção de visões mais eruditas desta disciplina.

Temos pois, três conjuntos temáticos de textos que em comum remetem para a discussão das concepções de espaço público e espaço privado e de como as fronteiras que para eles definimos são um posto de observação particularmente fecundo para a investigação e para a intervenção.

Numa proposta de leitura temática, recomendaríamos em primeiro lugar, o conjunto de capítulos centrados na abordagem das formas de edificação informal e a sua relação com a cidade planeada. Encontramos quatro textos que são um périplo que liga Lisboa a cidades criadas pelos portugueses: São Tomé e Rio de Janeiro. Embora por linhas de análise diferenciadas a temática do espaço público e da sua apropriação é central e permite analisar as complementaridades entre a cidade planeada e a cidade aplaneada. Num primeiro capítulo, vide texto 4 sobre a cidade de S. Tomé, estabelece o diálogo urbano entre as épocas distintas, a da construção da cidade colonial e a do crescimento da cidade pós-colonial e as suas respectivas lógicas de edificação, num outro capítulo, vide texto 3, compara a construção informal das favelas do Rio e das AUGIS na área metropolitana de Lisboa e o porquê do seu crescimento, e, por fim em dois capítulos, vide texto 1 e 2, perscruta a lógica do uso do espaço comum e das possibilidades de integração social de populações segregadas através de oportunidades como são o caso das hortas ou quintas urbanas em Lisboa ou a inclusão na vida da cidade planeada dos vendedores de rua no Rio de Janeiro.

Um segundo conjunto de textos que fica ao dispor dos leitores aborda as dinâmicas associadas à degradação dos grandes conjuntos habitacionais e à necessidade de preparar soluções para a remediação das dinâmicas conflituais emergentes. Ocupa dois dos capítulos apresentados, vide textos 6 e 7, e é referente a dois conjuntos habitacionais edificados em Lisboa. Trata-se de uma área da maior importância na definição de políticas públicas para a metrópole e que só um fecundo trabalho entre disciplinas

poderá permitir as melhores soluções para a melhoria da qualidade de vida das populações aí instaladas. Nestes textos várias pistas para a intervenção pública merecem a melhor atenção dos decisores locais e nacionais.

Por fim, dois outros textos situam a ligação interdisciplinar na prática arquitectural. Um primeiro capítulo aborda a relação da Arquitectura com as Artes Plásticas em três edifícios modernistas, sítos em Lisboa, vide texto 8, e um outro capítulo a ligação entre arquitectura de autor e a sua inspiração na arquitectura popular, vide texto 5. Reflexões que interessam a todos os que se dedicam às temáticas da construção da cidade e da edificação do território urbano.

Este livro, ainda que baseado em textos com algum grau de dispersão temática, permite tomar contacto com investigações em curso, marcadas por uma reflexão de feição interdisciplinar e que nos familiarizam com olhares especializados sobre as cidades, nomeadamente Lisboa, cruciais para o desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos Estudos Urbanos na medida em que nos trazem alguns dos seus temas mais relevantes para a mesa de trabalho.

Boa Leitura.

Luís Vicente Baptista

Professor Departamento de Sociologia NOVA FCSH, investigador do CICS.NOVA
Co-Coordenador do Doutoramento em Estudos Urbanos (FCSH-UNL/ISCTE-IUL)

NOTA INTRODUTÓRIA

Questões Urbanas – Arquitetura e Território é uma escolha suficientemente abrangente para dar título a um conjunto de textos acerca de diferentes questões que se levantam no âmbito disciplinar dos Estudos Urbanos. Este livro é a compilação de artigos escolhidos entre a produção científica desenvolvida no ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL, nos últimos 8 anos, no âmbito da atividade científica. Os artigos aqui compilados foram anteriormente publicados de forma dispersa em revistas nacionais e internacionais e em atas de conferências, encontrando-se estas devidamente referenciadas no índice. Embora com alguns ajustes e pequenas correções, os textos são essencialmente os textos originais embora em alguns casos, apoiados por novas e mais imagens. A produção científica aqui apresentada tem como enquadramento a atividade de investigação e a atividade académica desenvolvida ao longo desses anos. Alguns textos foram realizados em coautoria com antigos alunos, o Pedro Marques Alves, o Miguel Magalhães, a Maria João Oliveira e a Marianna Monte, hoje colegas arquitetos que merecem um agradecimento especial pelos momentos de partilha e de salutar discussões acerca dos temas tratados.

A realização da dissertação de Mestrado em Desenho Urbano (ISCTE-IUL, 1998) sobre a cidade de São Tomé no quadro das cidades atlânticas de origem portuguesa e da tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo (ISCTE-IUL, 2009) que teve como foco a criação de um Modelo de Leitura do Lugar Arquitetónico, foram também fundamentais para alguns dos textos aqui desenvolvidos. A docência no Mestrado Integrado em Arquitetura (do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL), e no Doutoramento e Mestrado em Estudos Urbanos (parceria entre o ISCTE-IUL e a FCSH da Universidade Nova) foram fundamentais para desenvolver alguns dos temas aqui tratados. Incontornável também foi a investigação que teve como base o estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades da intervenção em dois bairros sociais (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”) realizado entre 2010 e 2012, resultado da proposta vencedora de um concurso lançado pelo IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

O primeiro artigo, em coautoria com Marianna Monte (2014), trata da história recente das hortas urbanas em Lisboa, incluindo a identificação dos instrumentos que têm vindo a ser empregues para controlar e incorporar as mesmas, no planeamento urbano. Por meio de uma revisão bibliográfica pretendemos, por um lado, apurar as características e benefícios da agricultura urbana, em especial as hortas urbanas na cidade de Lisboa, e por outro, listar as motivações que justificam a promoção da agricultura urbana nomeadamente das hortas urbanas. As conclusões assentam nos possíveis benefícios da atividade agrícola em meio urbano.

O segundo artigo, realizado também em coautoria com Marianna Monte (2013), apresenta dois tipos de experiências urbanas em diferentes contextos como resposta à complexa questão da inclusão social. Assim, propomos, a partir de dois estudos de caso diferentes, mas inter-relacionados: as hortas urbanas em Lisboa e os mercados informais públicos no Rio de Janeiro, discutir a questão da inclusão social. Vemos essa questão não como um problema que existe e deve ser resolvido, mas como uma realidade a ser integrada num projeto coletivo, que é viver e trabalhar na cidade e em sociedade. As propostas apresentadas podem fornecer uma gama de possibilidades abertas e flexíveis em termos de dádiva urbana de carácter coletivo.

Igualmente realizado em coautoria com Marianna Monte (2012), o terceiro artigo trata dos territórios urbanos informais (assentamentos informais e comércio informal no espaço público) e tem como hipótese o facto de estes dois tipos de informalidade trazerem consequências para a morfologia urbana das cidades onde se inserem. Através de diferentes casos de estudo – duas áreas urbanas de génese ilegal, (favelas no Rio de Janeiro e Augis na área metropolitana de Lisboa) e uma tipologia de comércio em espaço público na cidade do Rio de Janeiro, procurámos refletir sobre as vantagens e os inconvenientes destes tipos de dinâmicas. Serão aspetos a considerar as intervenções públicas top-down, que visam formalizar essas atividades e inseri-las no desenho urbano convencional uma vez que estas trazem consequências positivas e negativas para a vida dos seus habitantes.

O quarto artigo (2012), sobre a cidade de São Tomé, apresenta dois argumentos: o primeiro considera que a cidade de São Tomé apresenta uma estrutura dual, tal como outras cidades africanas, constituída por uma zona central planeada, construída no período da ocupação colonial (pré independência) e por outra, periurbana, constituída essencialmente por habitações resultantes da expansão habitacional do centro urbano e com certas características semirrurais (habitações associadas a espaços de produção agrícola familiar). O segundo argumento refere que tanto a estrutura central planeada, desenvolvida no período colonial, como a estrutura periférica não planeada desenvolvida posteriormente, têm, na sua origem e desenvolvimento, a procura de relações com o território e, tanto numa como noutra se reconhecem estruturas urbanas adaptadas às condições locais.

Publicado em 2016, o quinto artigo aqui apresentado, tem como objetivo identificar os traços da arquitetura popular (a partir do Inquérito), na arquitetura erudita (de autor), na segunda metade do século XX a partir da análise de três obras de arquitectos portuguesas projetadas e contruídas nas décadas de 1950 e 1990 e da leitura do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (1955-1960). A partir de três habitações unifamiliares é possível reconhecer raízes da Arquitetura Popular numa atitude que associa os princípios da arquitetura moderna e a tradição da Arquitetura Rural: - a Casa Metelo, construída no Banzão, em Sintra (1957/1959), e projetada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922) e Nuno Portas (1934); a Casa de Moledo, Caminha (1991/1997), do arquiteto Eduardo Souto de Moura (1952) e a Casa Saraiva de Lima II em Alcácer-do-Sal (1998/2001) projetada pelo arquiteto João Pedro Falcão de Campos (1961), são os três exemplo escolhidos. Em todos eles encontramos traços comuns e reconhecíveis dos princípios da Arquitetura Popular apresentados no Inquérito.

O sexto artigo, realizado em elaboração com Pedro Marques Alves, Miguel Vasconcelos Magalhães e Maria João Oliveira (2011), decorre de um Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção com dois bairros sociais (a “Zona J” e a “Pantera cor-de-rosa”), situados em Marvila (Chelas), e realizado para o IHRU – Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Projetados e construídos nas décadas de 70 e 80

do século XX, reconhecem-se nestes bairros problemas de conflitualidade, gestão e governabilidade, assim como um avançado estado de degradação e deterioração do património edificado e do espaço público. Este texto apresenta um conjunto de respostas que assentam em dois princípios: por um lado, atender às atuais normas regulamentares de edificação e às necessidades reais de quem lá habita, e por outro, ressaltar os pressupostos de qualidade inequívoca do projeto original através de propostas concretas de reorganização espacial do edificado e dos espaços urbanos existentes. Decorrente igualmente do Estudo de Avaliação e Diagnóstico das necessidades de Intervenção em dois bairros sociais (a “Zona J” e a “Pantera cor-de-rosa”), o sétimo artigo (2013), aborda de forma sintética três pontos centrais do trabalho que foi desenvolvido: 1. A realidade existente (levantamento), 2. As necessidades (diagnóstico) e 3. As prioridades (cenários de intervenção).

O oitavo e último artigo (2009) trata da interação entre as artes plásticas e a arquitetura a partir de três casos de estudo – três edifícios modernistas, construídos em Lisboa nas décadas de 50 e 60 do século XX – o *Hotel Ritz* (1952-1959), o *Bloco das Águas Livres* (1955-56), e a *Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian* (1959-1969), e explora quais as potencialidades e os limites da integração das artes plásticas na arquitetura tendo em conta os aspetos conceptuais e funcionais dos edifícios.

Teresa Madeira da Silva
Dezembro 2018

Hortas Urbanas em Lisboa: da Importância Histórica ao Processo de Formalização Actual.

Urban Gardens in Lisbon:
from Historical Importance
to the Current Formalization
Process.

Cidade e Espaço / City and Space, (org. PINHEIRO, Magda; VAZ, Cecília), Lisboa: CEHCP, 2014. ISBN: 978-989-98499-9-0. Em co autoria com: MONTE, Marianna.



Horta Urbana. Alta de Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2013)

Resumo

Propomos nesta comunicação apresentar a história recente das hortas urbanas em Lisboa, incluindo a identificação dos instrumentos que têm vindo a ser empregues para controlar e incorporar as mesmas, no planeamento urbano. A existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história, mas desde 2009 observa-se a actuação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. Tais iniciativas da CML vêm propor melhores condições a situações de cultivo já existentes, em condições precárias e desordenadas. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infra-estruturas de apoio aos cidadãos, tanto em Lisboa, como em muitas outras cidades. Uma vez que esta actividade, a agricultura urbana surge, sobretudo, de maneira espontânea e em condições precárias por necessidades económicas, ela ocorre em espaços vazios expectantes ou em espaços entre as infra-estruturas viárias. Por meio de uma revisão bibliográfica pretendemos, por um lado, apurar as características e benefícios da agricultura urbana, em especial as hortas urbanas na cidade de Lisboa, e por outro, listar as motivações que possam justificar a promoção da agricultura urbana nomeadamente das hortas urbanas.

Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da actividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse das entidades estatais para a sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiência das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. Em todo caso, pode ser indicado que as políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo top-down, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano são realidades apontadas pela própria população.

Abstract

In this paper we present the recent history of urban farms in Lisbon and we identify the instruments that have been employed to control and incorporate them into urban planning. The existence of urban farms in the city of Lisbon is present throughout its history. Since 2009 there is an action of the Lisbon Municipal Council (Câmara Municipal de Lisboa - CML) to create new horticultural parks, or sets of urban farms integrated in defined areas. Such initiatives of the CML come as a response to the precarious conditions and disorganization of the existing urban farms. The need to regularize the urban agriculture and stimulate it, are in the origin of a set of infrastructures to support citizens in Lisbon, as in many other cities. Once this activity the urban agriculture arises, mainly spontaneously and in precarious conditions, driven by economic needs, it takes place in expectant voids or in spaces between the road or rail infrastructure.

Through a literature review, we intend to, on one side, determine the features and benefits of urban agriculture, particularly urban farms in the city of Lisbon, and on the other, list the reasons that might justify the promotion of urban agriculture projects and implementation of urban farms. As a conclusion, we can anticipate that the food supply and financial income for citizens can be recognized as benefits of farming in urban areas, among other social, environmental, economic and emotional benefits, which are the reason why state authorities are interested in their regulation and formalization. We also recognize that it is still early to judge the efficiency of public policies to reshape and promote urban farms in Lisbon. However, it can be indicated that the policies that have been applied are top-down, despite the fact that the necessity and feasibility of farms in urban territory are realities identified by the population itself.

Introdução

Atualmente a agricultura urbana está integrada em programas políticos, solicitações comunitárias e discursos de ativistas das mais variadas vertentes. Há em várias cidades, tal como em Lisboa uma grande divulgação de iniciativas relacionadas com a agricultura urbana, sejam elas em forma de hortas urbanas, jardins comunitários, hortas verticais e micro-hortas domésticas. As motivações para tais iniciativas são variadas, podendo ser associadas à inclusão social de emigrantes ou minorias étnicas, a medidas como complemento dos rendimentos de famílias desfavorecidas, à sustentabilidade e resiliência urbana e, por último a novos estilos de vida. Os locais de implementação de atividades de agricultura urbana também são diversos, desde terrenos privados a áreas marginais de auto estradas, passando por terrenos públicos ou privados expectantes ou pequenos quintais privados. Muitas vezes a agricultura urbana é desenvolvida em espaços apropriados, sem a permissão dos donos ou em espaços públicos. Assim, esta actividade pode caracterizar-se por ilegal ou não.

Agricultura Urbana - definição

Para nos referirmos às hortas urbanas considera-se fundamental rever o conceito de agricultura urbana explorado por diferentes autores e que se encontra associado ao cultivo dentro ou nos limites das cidades. Segundo Veenhuizen (2006) , entende-se por agricultura urbana o cultivo de plantas e a criação de animais para alimentação dentro dos limites ou nos arredores das cidades. Para este autor a agricultura urbana completa a componente rural dos sistemas nacionais de alimentos contribuindo para a sua eficiência. Segundo o mesmo autor, a agricultura urbana usa recursos em contexto urbano (terra, mão-de-obra, lixo orgânico urbano, água), produzindo para os cidadãos urbanos. Esta actividade é fortemente influenciada pelas condições urbanas (políticas públicas, disputa de terras, leis de mercado urbano e preços) e tem impacto no sistema urbano (afetando a segurança alimentar urbana, os níveis de pobreza, a ecologia e a saúde).

Já Mougeot (2000) afirma que a agricultura urbana é complementar à rural, porque está integrada nos sistemas económico e ecológico urbanos, que podem ser designados como ecossistemas urbanos. Da investigação desenvolvida por Mougeot (2000), o autor refere que não há uma definição

consensual sobre a agricultura urbana e defende que isto dificulta os seus estudos. O autor relaciona as diversas características que devem ser incluídas na definição da agricultura urbana, que são: atividades económicas envolvidas, localização, tipos de área onde é implementada, escala, sistemas de produção, tipos de produtos e destino destes.

Um dos aspectos considerados por estes dois autores recai sobre as atividades económicas envolvidas, valorizando as características particulares da relação entre produção, distribuição, processamento e venda dos produtos. Mougeot (2000), refere que a produção, consumo e um possível processamento do produto, ocorrem próximos no espaço e no tempo, e portanto, a agricultura urbana viabiliza menor custos em relação ao transporte sendo, no entanto, uma economia que não se baseia na escala de produção a nível nacional, mas antes na produção de pequena escala.

No que diz respeito a localização, Veenhuizen (2006) diz que a agricultura urbana localiza-se dentro ou nas franjas das cidades. Mougeot (2000) coloca a importância de definir tais termos acrescentando conceitos complementares tais como: espaço urbano, espaços peri-urbanos e intra-urbanos. Viljoen, Bohn & Howe referem que a agricultura urbana pode ter lugar em qualquer espaço, como por exemplo espaços verdes, parques ou taludes junto aos sistemas viários, sejam eles grandes ou pequenos e das mais variadas topografias. Sobre a agricultura peri-urbana, os autores dizem que esta em geral ocupa maiores dimensões e que ocorre nas franjas das cidades, entre o rural e o urbano, ou em áreas suburbanas de baixa densidade. Sobre os tipos de áreas Mougeot (2000), refere que existe uma grande variedade de definições, já que cada autor usa diferentes critérios como referência, como por exemplo a proximidade da residência do produtor ou hortelão, a categoria do uso do solo, a área e o tipo de propriedade do terreno (Fig.1). A escala e os sistemas de produção são fatores que Mougeot (2000) descreve como componentes da agricultura urbana, enfatizando o auto-consumo e a venda (Fig.2). Assim, desde as atividades exercidas por uma família para consumo próprio, até às exercidas pelas multinacionais podem ser incluídas neste conceito. Também Veenhuizen (2006) admite que a agricultura urbana apresenta uma variedade de



Figura 1. Hortas urbanas de génese ilegal, Bairro da Liberdade, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012).



Figura 3. Hortas urbanas de génese ilegal, IC17, CRIL, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)



Figura 2. Hortas urbanas. Alta de Lisboa, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)



Figura 4. Hortas urbanas. Campolide, Lisboa. (Fonte: Fotografias de T. Madeira da Silva, 2012)

sistemas de produção, que podem ir, desde a produção para subsistência, até à produção feita totalmente para comercialização. Porém acrescenta que de uma maneira geral a agricultura urbana apresenta um baixo grau de organização, usando os recursos urbanos que estão próximos, como por exemplo resíduos orgânicos para compostagem e águas residuais para irrigação (Fig.3).

Agricultura Urbana - contexto histórico

É aceite que a cidade nasceu da agricultura. A alimentação é uma necessidade básica dos seres humanos que ao longo da história foi garantida pela agricultura que se desenvolvia dentro das cidades ou na sua envolvente. Com a revolução industrial, o crescimento das cidades e o desenvolvimento dos meios de transporte substituiu, em certa medida, a agricultura de proximidade pelos mercados de alimentos. A agricultura só permanece ao longo da evolução urbana nas cidades, porque sofreu adaptações feitas pelos cidadãos de acordo com a mudança das cidades e as suas regras. (Veenhuizen, 2006).

De um ponto de vista histórico, a agricultura urbana sempre foi vista como uma solução em momentos de crise, sejam elas crises económicas, ou crises temporárias decorrentes de desastres naturais, guerras ou epidemias (Veenhuizen, 2006). Em contexto de crise económica a produção agrícola para auto-consumo pode ajudar a economia familiar. Nalguns casos de desastres naturais, pode garantir parte da alimentação da população. Antes da revolução industrial com a falta de um sistema de transporte e de preservação do alimento eficientes, a produção de alimentos tinha que ser feita nas adjacências dos espaços habitados. A coexistência entre espaços habitados e de produção de alimentos deu-se até que, as consequências da revolução industrial empurrou a agricultura para fora das cidades (Fig.4). A garantia de emprego nas indústrias, a maior ocupação do solo urbano, as melhorias nos meios de transporte e na conservação de alimentos diminuí o interesse pelas práticas agrícolas dentro das cidades. Posteriormente a poluição dos rios pelos resíduos industriais e dos aglomerados urbanos influenciou o abandono das atividades agrícolas nas cidades. (Matos, 2010)

Contudo, em períodos de crise (guerras, depressões económicas, ondas de desemprego) observa-se uma volta à produção de alimento dentro das cidades. (Matos, 2010) Nestes momentos as hortas urbanas revelam o seu valor estratégico na garantia de alimento, necessidade básica dos seres humanos. Na Europa durante a segunda guerra mundial, jardins privados e parques se transformam em hortas urbanas para garantir alimentos (Sierra, 2003). Porém, no pós-guerra com a crescente prosperidade económica e a garantia de empregos, a produção de alimentos dentro das cidades deixa de ter uma importância estratégica e é inclusive associada à austeridade imposta pela guerra que não condiziam com a época de progresso que a Europa vivia (Viljoen, Bohn & Howe, 2005).

Nas palavras do Arq. Ribeiro Telles (defensor das hortas urbanas em Lisboa), o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural e, deste modo, a integração da ruralidade no interior da cidade deve-se sobretudo a razões históricas e culturais. Na linha da escola de arquitetura paisagista de Francisco Caldeira Cabral /Ribeiro Telles e mais recentemente João Gomes da Silva, a ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. Para estes autores, a identidade ou, se quisermos, o espírito do lugar, ou o “genius loci” de cidades como Lisboa assenta nas suas características rurais. E por isso a ruralidade deve continuar presente no espaço urbano. Segundo Sandra Xavier, Ribeiro Telles (arquiteto paisagista e grande defensor da agricultura urbana) defende a integração da ruralidade no interior da cidade sobretudo por razões históricas e culturais. Segundo a mesma autora e seguindo o pensamento de Ribeiro Telles, “o espaço urbano permaneceu ao longo da sua história ligado ao espaço rural. A ruralidade faz parte da memória da cidade e da cultura das pessoas que nela vivem. A identidade ou, se quisermos, o *genius loci* de cidades como Lisboa assenta nas suas características rurais. Para Ribeiro Telles, a base da portugalidade encontra-se no mundo rural. E por isso a ruralidade deve continuar presente no espaço urbano. Esta preocupação em manter a identidade e a cultura de cada lugar e, em particular, do território português é herdada de Francisco Caldeira Cabral, fundador da arquitectura paisagista em Portugal.” (Xavier S. 2007, 170).

Agricultura Urbana - Motivações

Os motivos que levam à implantação e à prática da agricultura urbana podem ser vários, estando relacionados com aspectos de ordem social, ou com a questão da saúde, lazer, economia ou ecologia.

No que diz respeito às motivações sociais, a agricultura urbana pode ser responsável pela inclusão social de minorias étnicas ou de grupos desfavorecidos, no sentido da integração comunitária e diminuição da pobreza urbana. Do ponto de vista sócio económico, a agricultura urbana pode significar a diminuição da pobreza urbana e desenvolvimento da economia local (Veenhuizen, 2006). Quando a agricultura urbana é praticada por famílias menos favorecidas, estas podem beneficiar o rendimento familiar, através da alimentação ou da diminuição dos gastos com esta ou através do incremento de rendimentos com a venda dos alimentos produzidos. Segundo Veenhuizen (2006), as políticas públicas podem apostar na agricultura urbana como promotor da diminuição da pobreza urbana. Em muitos países não há oferta de trabalho formal para toda a população e nestes casos as práticas agrícolas dentro do espaço urbano podem contribuir, em muitos casos, para gerar rendimentos. Por outro lado, a agricultura urbana também pode contribuir para a renovação da cidade e oferecer espaços de lazer e recreação para os cidadãos (Veenhuizen, 2006).

No que se refere às motivações económicas, podemos referir várias vantagens. Tal atividade pode ajudar a auto-sustentabilidade e resiliência urbana, já que através da agricultura urbana os alimentos são produzidos na cidade pelos cidadãos e para cidadãos (Gonzales Novo e Murphy, 2000). A agricultura urbana pode beneficiar das oportunidades de a sua localização pelo facto de se encontrar próximo dos consumidores, diminuindo os seus custos. Por outro lado, o uso de lixo orgânico urbano para a compostagem e consequente produção de adubo do solo. A utilização de águas residuais para a irrigação e a diminuição dos custos de transporte são outros factores que decorrem da proximidade entre produtor e consumidor (Veenhuizen, 2006).

A agricultura urbana pode também ser motivada pelo seu carácter ecológico, uma vez que, por um lado, pode contribuir para a biodiversidade da paisagem urbana e por outro, como base para a educação ambiental da população urbana (Veenhuizen, 2006). Smit (2001) diz que a agricultura urbana contribui para a biodiversidade, uma vez que numa pequena área cultivam-se diferentes alimentos utilizando poucos elementos tóxicos para a agricultura. No mesmo Smit (2001) afirma que a agricultura urbana diminui o circuito nutrientes-energia, porque utiliza dejetos orgânicos locais para ajudar a produção de alimentos para a população local. O autor coloca ainda a agricultura urbana como grande agente para a sustentabilidade urbana, pois pode colaborar com esta de várias maneiras: ou viabilizando a devolução do carbono ao solo, ou auxiliando os micro-climas e na conservação dos recursos hídricos, uma vez que garante a permeabilidade do solo. Também permite a reciclagem do lixo orgânico através do uso do adubo tanto através da alimentação de animais, como pela proximidade entre local de produção e de consumo, contribuindo para a diminuição da poluição no transporte dos alimentos e pelo reduzido número de embalagens utilizadas no transporte e armazenamento.

Veenhuizen e Smit concordam que as políticas públicas podem promover a agricultura urbana como auxiliar no manejo dos recursos e resíduos urbanos. Veenhuizen (2006) defende que a agricultura urbana pode diminuir o problema do lixo, através da sua conversão num recurso produtivo como seja a compostagem, a vermicultura e a irrigação com água residual. O autor também alerta para o impacto da agricultura urbana na paisagem da cidade, tornando-a mais verde, o que contribui para o melhoramento do micro-clima urbano, já que pode promover a quebra de correntes de vento e o sombreamento. Por outro lado ainda, segundo Veenhuizen (2006), a agricultura urbana pode ser implementada no planeamento urbano a fim de limitar a expansão urbana. Podem ser criadas áreas de transição entre o espaço urbano e o rural através da agricultura urbana e peri-urbana, criando obstáculos para a expansão das cidades. Neste sentido Viljoen, Bohn & Howe (2005) defendem o conceito de agricultura urbana e peri-urbana com o conceito de paisagem urbana contínua e produtiva (Continuous Productive Urban Landscape – CPULs). O principal ponto dentro do conceito de CPULs é a criação de uma rede de espaços abertos multi-funcionais, onde a agricultura urbana complementa e dá suporte ao espaço construído.

Polivalência da Agricultura Urbana

Os objetivos da agricultura urbana diferem consoante ao interesse dos atores envolvidos. Se por um lado, alguns membros das famílias de hortelãos estão interessados em garantir a produção de alimentos para consumo próprio, outros podem sentir-se mais incentivados à prática agrícola pelo rendimento que esta pode gerar. Também o poder público pode estar interessado no contributo que a agricultura urbana pode significar na sustentabilidade e resiliência urbana, no sentido de contribuir para a alimentação da população urbana, ou para programas de lazer, ou ligados à inserção social das populações mais segregadas.

As diversas vantagens da agricultura urbana têm sido amplamente divulgadas por investigadores e ativistas de diversos movimentos, contribuindo para o interesse de políticos e urbanistas ligados ao poder local. A agricultura urbana é uma atividade que muitas vezes se dá de maneira espontânea com um carácter temporário, em terrenos vazios, motivada pela necessidade de alimentação, de gerar rendimento ou, simplesmente, com fins ligados a actividades de lazer. Neste sentido, acaba por tornar-se intermediária para o alcance de vários objetivos no espaço urbano, como por exemplo o uso do meio ambiente urbano e a diminuição da pobreza urbana e da insegurança, uma vez que envolve diferentes actores. (Veenhuizen, 2006).

Devido ao rápido crescimento urbano e à falta de ofertas de trabalho, o sector informal cresce nas cidades e entre as atividades que fazem parte deste setor encontram-se algumas formas de agricultura urbana. Estas dinâmicas, dadas as suas potencialidades e funções múltiplas, acabam por despertar o interesse dos investigadores, de certas organizações e do poder público. Assim organizações não governamentais, poderes públicos e hortelãos passam a colaborar para promover a agricultura urbana e aumentar seus benefícios e reduzir riscos. (Veenhuizen, 2006).

Zeeuw, Gründel & Waibel (2000), alertam para o facto de as políticas públicas de promoção ou de intervenção na agricultura urbana deverem ser feitas através de um planeamento urbano específico para cada contexto, levando em consideração os objetivos a serem atingidos, analisando as

condições locais e possíveis impactos sobre o ambiente e comunidade. Os autores sugerem que os projetos de implantação da agricultura urbana ou intervenção, sejam feitos através de um processo de planeamento participativo com o conjunto de interessados desde o diagnóstico. Tais projetos necessitam do total apoio e interesse da população local, uma vez que essa será a responsável pela manutenção das hortas. Desta forma os processos participativos são essenciais para o sucesso do projeto. Ribeiro Telles também reconhece as vantagens oferecidas pela agricultura urbana e defende que estas devem fazer parte de um sistema de espaços verdes nas cidades. “A presença da natureza na cidade torna-se absolutamente necessária e pensa-se concretizá-la através de corredores verdes, construídos por diferentes ocorrências: jardins públicos, hortas, relvados e prados, árvores, flores, matas e ribeiros.” (Ribeiro Telles, 1996). O mesmo autor defende a agricultura urbana com o intuito de recriar a ruralidade dentro das cidades. O autor afirma que os cidadãos não querem apenas espaços verdes urbanos para contemplação, mas sim espaços onde tenham a possibilidade de trabalhar com a terra (Ribeiro Telles, 1996).

Hortas Urbanas

Dentro da variedade tipológica e espacial, apresentada pela agricultura urbana, estão as hortas urbanas, que podem ser vistas como principal tipologia de agricultura urbana e que se destaca pela importância em aspectos económicos, ecológicos, social e de lazer (Matos, 2010). As hortas urbanas são definidas pelo cultivo de alimentos dentro do espaço urbano. Em geral os hortelãos buscam nas hortas urbanas um complemento para o rendimento familiar ou lazer. Os alimentos cultivados são produzidos para o consumo familiar, comunitário ou venda e as mesmas são implantadas em pequenas parcelas privadas, em espaço público ou em terrenos privados e livres de edificações (Figs. 5 e 6).

Segundo Cook, Lee & Perez-Vasques (2005), as hortas urbanas podem trazer benefícios sociais, ambientais, humanos, económicos e emocionais. Matos (2010) completa o raciocínio sobre os benefícios das hortas, quando aponta que as hortas urbanas apresentam flexibilidade e capacidade de se adaptarem às mudanças de exigências da comunidade. A autora acrescenta que as hortas urbanas podem contribuir para o desenvolvimento



Figura 5. Antigas quintas em Lisboa – Quinta da Charca. Planta Topográfica Silva Pinto, Lisboa, 1910. (Fonte: https://www.google.pt/search?rlz=1T4ADFA_enPT_QuintaDaCharca-PlantaTopograficaSilvaPinto-Lisboa1910%252B)



Figura 6. Hortas urbanas de génese ilegal. IC17, CRIL, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

comunitário gerando participação social e regeneração urbana. Se as hortas urbanas podem gerar uma série de benefícios e se são flexíveis e adaptáveis às necessidades comunitárias, elas podem sempre influenciar na melhoria da qualidade de vida. As hortas podem começar como auxílio económico para famílias desfavorecidas numa fase de desemprego. Com o passar do tempo, quando o mercado volte a absorver a população inativa, as hortas podem se transformar em áreas de lazer comunitárias e fonte de educação ambiental. As hortas urbanas podem ser vistas como uma herança do passado que resistem ao mercado imobiliário, apresentam-se como enclaves de paisagem residuais do ponto de vista funcional e morfológico, que podem garantir espaços de convivência, auxílio económico e alimentação para os cidadãos (Pinto, 2007).

Movimentos pró Hortas Urbanas

As motivações, para a implantação das hortas urbanas, podem ser várias, mas algumas acabam por formar movimentos urbanos pró hortas urbanas. Estes movimentos podem ter diferentes caracteres, como por exemplo, social (inclusão de minorias étnicas), ecológico (desenvolvimento sustentável), para a saúde (consumo de alimentos frescos) e económicos (gerar rendimentos para desempregados). Destacam-se aqui alguns desses movimentos, como o Farm to Table e Green Guerrilla.

O Farm to Table promove laços comerciais entre agricultores e consumidores locais, incentivando a manutenção e a criação de espaços de produção agrícola e contribuindo para a redução dos custos ambientais do transporte de alimentos e para o consumo de alimentos frescos (Matos, 2010). Green Guerrilha foi um movimento que nasceu em Nova Iorque na década de 70, como consequência da falta de investimento do governo no espaço público urbano e nos problemas sociais. Assim, grupos comunitários apropriaram-se de terrenos vazios e ocupados pelo tráfico e consumo de drogas ou usados como depósito de lixo, promovendo a limpeza dos terrenos e reconversão em jardins ou hortas comunitárias. Esses grupos que reivindicavam espaços verdes comunitários e protestavam contra a negligência política, acabam por ser fortalecidos pelo apoio de grupos de ativistas. Juntos, ativistas e grupos comunitários promovem ações para transformar áreas abandonadas ou terrenos vazios em áreas verdes,

usando, para esse efeito, o que chamam de “bombas de sementes” ou “curativos-verdes” . Estas bolas, compostas de argila sementes e água eram atiradas nos terrenos vazios, que se encontravam isolados, com o objetivo de fazer brotar plantas e transformar os espaços em jardins ou hortas. (Zukin, 2010) Tais iniciativas melhoram a imagem dos bairros, criam espaços verdes que podem ser usados pela comunidade, diminuem a insegurança no espaço público fazendo diminuir o vandalismo nesses mesmos espaços. Actualmente vários grupos ainda, continuam a usar as técnicas do Green Guerrilha para criar áreas verdes, hortas comunitárias ou jardins em várias partes do mundo.

Tipologia das Hortas Urbanas

De uma forma geral e com base nos benefícios que se espera alcançar através das hortas urbanas, estas podem ser divididas de acordo com uma tipologia em hortas sociais, hortas de recreio e hortas pedagógicas. Hortas sociais atendem as necessidades alimentares de famílias de poucos recursos, a produção é consumida pela família, podendo eventualmente ser vendida para complementar o rendimento familiar (Lobato Simões, 2011). Esta tipologia de horta também pode ser empregada para motivar o convívio e a interação social (Pinto, 2007). Como exemplo desta categoria podem ressaltar dois casos, um da cidade de Nova Iorque e outro de Lisboa. Zukin (2010) diz que os jardins e hortas urbanas em Nova Iorque entre as décadas de 70 e 90 foram essenciais para emigrantes da América Latina e Ásia criarem raízes no novo local de moradia e sentir que faziam parte da nova comunidade. Na cidade de Lisboa no final da década de 80, Ribeiro Telles (1996) verificou que 3000 famílias lisboetas passariam fome se não fosse a produção de suas hortas, que as abastece de alimentos e garantem algum rendimento, sobretudo com a venda de crisântemo no dia de finados e manjericos no mês dos santos populares. As hortas de recreio são para o lazer dos utentes, podendo também ser fonte alternativa de alimentos para as famílias envolvidas e para a comunidade (Lobato Simões, 2011). Já as hortas pedagógicas são um instrumento de educação ambiental (Saraiva, 2005). Tais hortas podem promover o contacto com a terra, plantas e o cultivo, o aprendizado de técnicas agrícolas e o conhecimento das espécies vegetais e seus potenciais para a nutrição.

Hortas Urbanas em Lisboa

Em Lisboa a agricultura urbana é praticada de forma legal em áreas privadas, porém também de forma ilegal, pela apropriação irregular de terrenos expectantes, vazios e sem uso. As hortas urbanas são observadas em várias partes de Lisboa, mas cada uma apresenta diferentes especificidades e objetivos. Dentre os casos existentes, 4 são dados como exemplos. No Alto da Cova da Moura as hortas sociais e comunitárias auxiliam as famílias carenciadas a garantir a alimentação diária. Tais hortas estão localizadas no interior de quarteirões, em quintais particulares e em espaços não edificados nos limites do bairro. Além de melhorar a situação económica local, as hortas melhoram a imagem do bairro e a qualidade de vida de seus habitantes. (Carvalinho Batalha, 2010) Na Quinta da Granja encontram-se hortas de recreio, onde o que é produzido é para o consumo próprio. Os vegetais são cultivados por hortelãos que já se encontram reformados, mas que já vinham trabalhando nas hortas há bastante tempo antes da reforma. Em Telheiras, as hortas também são potencialmente para fins recreativos mas, de forma diferente dos reformados da Quinta da Granja, os hortelões de Telheiras fazem parte de uma população qualificada e economicamente ativa. (Matos, 2010). Já na zona de Chelas observa-se hortas que tem como principal objetivo completar o rendimento familiar. Os hortelões, que em maioria têm entre 30 e 70 anos e muitos desempregados vendem parte da produção. Porém, a rega é feita com água imprópria o que pode significar a produção de alimentos contaminados. (Matos, 2010).

Há diferentes tipologias de hortas em Lisboa, mas destaca-se que, em todas elas, os utilizadores são os responsáveis pela sua criação e manutenção. Contudo, recentemente essa situação começou a mudar, pois em Lisboa como em muitas outras cidades, as hortas vem saindo da informalidade e das páginas dos livros para fazer parte das políticas públicas. Uma atividade que era feita sobretudo de maneira espontânea por necessidade económica, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade e em espaços entre a infraestrutura viária, vem passando a ser uma atividade organizada e regulada pela Câmara Municipal de Lisboa - CML.

Em 2009 a CML deu início a um projeto para criar infraestrutura e reordenar 40 hectares de hortas, dentre eles o parque hortícola de Chelas, as hortas na



Figura 7. Hortas urbanas de génese ilegal. IC17, CRIL, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)



Figura 8. Hortas pedagógicas. Colégio Beiral, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

Quinta da Granja e no Jardim da Graça, projetos de dois terrenos de hortas e flores em Telheiras e os parques hortícolas no Vale do Rio Seco, na Ajuda e na Ameixoeira (Diário de Notícias, 22 de Agosto 2010). Juntamente com o projeto, uma comissão para legalizar as hortas urbanas foi responsável por desenvolver o Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: 210).

Após a remodelação dos terrenos, a CML vem abrindo concursos para atribuir espaços aos interessados. O regulamento, de uma maneira geral, objetiva contribuir para a sustentabilidade ambiental, saúde pública, valorização paisagística e valorização cultural dos sistemas de produção artesanais, assim como demonstrar as vantagens nutricionais do consumo de alimentos frescos e económicos da agricultura ecológica. Porém, define 4 tipos de hortas para Lisboa, hortas sociais ou comunitárias, hortas de recreio, hortas dispersas e hortas pedagógicas (Figs.7 e 8), onde cada uma delas têm objetivos específicos. Para cada tipo de hortas o documento

Hortas	finalidade	população alvo	área de implementação	produtos cultivados
hortas sociais e comunitárias A12: E20A12:E19	.terapia ocupacional	.pop. desfavorecida	.espaços verdes e parques urbanos (PDM - áreas de hortas)	.consumo próprio
	.interação social	.faixas etárias inativas	.terrenos municipais com aptidão agrícola	.comercialização
hortas de recreio	.contacto com natureza	.pop. inativa (faixa etária ou incapacidades físicas/mentais)		.consumo próprio
	.lazer			
hortas pedagógicas	.educação ambiental	.pop e entidades c/ interesse na ligação homem - terra		
hortas dispersas	.legitimar ocupação até acordo de ocupação temporária.	.população desfavorecida	.terreno expectante público	.consumo próprio
	.valorização ambiental, ecológica e paisagística			.comercialização

Tabela 1. Tipos de hortas. Fonte: Regulamento para a Instalação e Funcionamento de Áreas de Agricultura Urbana (Sousa Matos, 2010: anexo II).



Figura 9. Hortas urbanas. Campolide, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)



Figura 10. Hortas urbanas. Alta de Lisboa, Lisboa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

também define as áreas de implementação, como deve ser feita a utilização, que tipo de cidadãos poderá cultivar e o destino dos produtos cultivados. A revisão do PDM em 2011 reforça as políticas públicas a favor das hortas urbanas, quando colocada que a agricultura urbana deve ser incentivada nos espaços verdes da cidade, com o objetivo de aumentar a produção local de alimentos e consequentemente a auto-suficiência, a resiliência da cidade e a coesão das comunidades urbanas (Revisão do PDM, 2011: Artigo 50).

Em 2011 também são abertos os primeiros concursos para atribuição de talhões nos parques hortícolas da Quinta da Granja e nos Jardins de Campolide (CML, 2011a). Na Quinta da Granja foram atribuídos talhões para hortas sociais a 20 selecionados dentre 326 candidatos (CML, 2011b), e outros foram garantidos para pessoas que já praticavam atividade agrícola na área. Os hortelões terão que contribuir com uma taxa anual de 55 euros e mais o pagamento à CML pelos custos de manutenção do parque, e contarão com acesso à água e local para guardar ferramentas (CML, 2011a).

Já para os talhões dos Jardins do Campolide, foram selecionados 21 dentre 169 candidatos para o cultivo de hortas de recreio. Os hortelões deverão pagar taxas entre 55 e 100 euros assim como os custos de manutenção (CML, 2011a). Visto que o número de candidatos foi muito maior que o número de talhões disponíveis, a proximidade entre residência e o parque hortícola e a ordem de inscrição foram fatores determinante para a seleção (CML, 2011b). Observa-se que, para uma melhor inclusão social, outros fatores poderiam ser levados em consideração para atribuição dos talhões, como por exemplo, rendimento e agregado familiar. Estes fatores poderiam privilegiar as famílias com menores rendimentos que têm dificuldade de acesso a uma boa alimentação e a famílias com um agregado familiar maior, garantindo o cultivo das hortas e uma boa alimentação.

A CML, com o intuito de disponibilizar meios de educação ambiental, vêm organizando junto com a Escola de Jardinagem (CML, 2011c) e nos Jardins de Campolide (CML, 2012) cursos para promover a agricultura urbana, os temas vão desde a organização da horta até técnicas de agricultura

orgânica. Nota-se que ofertas de informação sobre o cultivo e técnicas agrícolas sustentáveis pode diminuir os riscos de alimentos contaminados e de desgaste ou poluição do meio ambiente.

Conclusão

A existência de hortas na cidade de Lisboa está presente em toda a sua história, mas desde 2009 que se observa uma actuação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) no sentido de criar novos parques hortícolas, ou conjuntos de hortas urbanas integradas em áreas delimitadas. Tais iniciativas da CML vêm dar respostas a situações de cultivo já existentes, mas em condições precárias e desordenadas. A necessidade de regularização da agricultura urbana e o seu incentivo estão na origem de um conjunto de infraestruturas de apoio aos cidadãos, tanto em Lisboa, como em muitas outras cidades (Figs. 9 e 10). Assim, esta atividade que é feita sobretudo de maneira espontânea por necessidades económicas, mas também por lazer, em espaços vazios expectantes da cidade ou em espaços entre as infraestruturas viárias, tem vindo a ser organizada e regulada pela CML, embora ainda se reconheça que muitas permanecem em condições precárias. Como conclusão, podemos adiantar que se reconhecem como benefícios da actividade agrícola em meio urbano, o fornecimento de alimentos e rendimentos financeiros para os cidadãos, assim como benefícios sociais, ambientais, económicos e emocionais, daí o interesse da sua regulamentação e formalização. Reconhecemos também que ainda é cedo para julgar a eficiência das políticas públicas de reordenamento e promoção das hortas urbanas em Lisboa. As políticas que têm vindo a ser aplicadas são do tipo top-down, embora a necessidade e a viabilidade das hortas em território urbano são realidades apontadas pela própria população.

Bibliografia

BATALHA, Ana Elizabete Carvalhinho (2010), **Arte na Minha Rua: Estratégia de Reabilitação Urbana para o Bairro da Cova da Moura**, Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Territorial, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

CML (2011a), Artigo 50º: Espaços verdes de recreio e produção, **Regulamento: Revisão do PDM: Julho de 2011: Versão Final**, 55-56, consultado em 09.06.2012, disponível em http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/elementos_constituintes/01_regulamento/01_Regulamento_com_Anexos.pdf

CML (2011b), **Concursos abertos para atribuição de talhões hortícolas na Quinta da Granja e Jardins de Campolide**, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58523>

CML (2011c), **Classificações - Candidaturas ao Parque Hortícola da Quinta da Granja**, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58691>

CML (2011d), **Curso de hortas urbanas**, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://atendimentovirtual.cm-lisboa.pt/Paginas/novidades.aspx>

CML (2012), **Câmara de Lisboa oferece ações de formação em horticultura**, consultado em 09.06.2012, disponível em <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=88&idi=59108>

COOK, Hadrian F.; LEE, Howard; PEREZ-VASQUES, Arturo (2005), **Allotments, Plots and Crops**, BRITAIN, Viljoen (org.), **CPULs, Continuous productive Urban Landscape – Design Urban Agriculture for Sustainable Cities**. Oxford: Architectural Press. Elsevier.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2010), **Reordenamento dos 40 hectares das hortas de Lisboa custa três milhões de euros**, consultado em 09.06.2012, disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1646070&seccao=Sul&page=2

GONZALEZ NOVO, Mario; MURPHY, Catherine (2000), **Urban agriculture in the city of Havana: a popular response to crisis**, BAKKER et al. (org.), **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**, Feldafing: German Foundation for International Development.

SIMÕES, Inês Lobato (2011), **A Construção da Cidade Pós-Quito: Um Projecto Urbano para Sete Rios**, Lisboa: **Mobilidade, Intensidade e Verde**, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

MATOS, Rute Sousa (2010), **A Reinvenção da Multifuncionalidade da Paisagem em Espaço Urbano: Reflexões**, Tese de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem, Évora: Universidade de Évora.

MOUGEOT, Luc (2000), *Urban Agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks*, BAKKER et al. (org.), **Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**, Feldafing: German Foundation for International Development.

MOUGEOT, Luc (2005), **Agropolis, the Social, Political and Environmental of Urban Agriculture**, London: AA Publications.

OLIVEIRA, Sandrina (2008), **Avaliação de Poluentes em Produtos Vegetais Cultivados Próximos das Vias de Tráfego**, Dissertação de Mestrado em Engenharia Química, Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa.

PINTO, Rute Sofia (2007), **Hortas Urbanas: Espaços para o Desenvolvimento Sustentável de Braga**, Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbanístico, Escola de Engenharia, Universidade do Minho.

RIBEIRO TELLES, Gonçalo (1996), **Um Novo Conceito de Cidade: a Paisagem Global**, Conferências de Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos, Matosinhos: Editora Contemporânea.

SARAIVA, António Paula (2005), **Princípios de Arquitectura Paisagista e de Ordenamento do Território**, Mirandela: João Azevedo Editor.

SIERRA, Pablo Arias (2003), **Periferias e Nueva Ciudad – El Problema del Paisaje en los procesos de Dispersión Urbana**, Sevilla: Universidad de Sevilla, Departamento de Urbanística y Ordenación del Território.

SMIT, Jac (2001), *Agricultura Urbana e Biodiversidade*, **Revista Agricultura Urbana**, nº 1, acessível em www.ruaf.org.

VAN VEENHUIZEN, René (2006), **Cities Farming for the Future. Urban Agriculture for Green and Productive Cities**, Filipinas: International Institute of Rural Reconstruction and ECT Urban Agriculture.

VILJOEN, Andre; BOHN, Katrin; HOWE, Joe (2005), **CPULs, Continuous Productive Urban Landscape - Design Urban Agriculture for Sustainable Cities**, Oxford: Architecture Press. Elsevier.

XAVIER, Sandra (2007), **Usos da ruralidade na arquitectura paisagista**, *Etnográfica*, 11 (1): 165-18.

ZEEUW, Henk de; GRÜNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann (2000), *The Integration of agriculture in Urban Policies*, BAKKER et al. (org.), **Growing Cities, Growing Food: Urban Agriculture on the Policy Agenda**, Feldafing: German Foundation for International Development.

ZUKIN, Sharon (2010), *The Billboard and the Garden: A Struggle for Roots*, Zukin, **Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places**. New York: Oxford University Press.

Social Inclusion as a Collective Urban Project: Urban Farm in Lisbon and Informal Public Markets in Rio de Janeiro.

Cescontexto, Debates, Rethinking Urban Inclusion: Spaces, Mobilisations, Interventions. (Editor: DUXBURY, Nancy), n.2, Coimbra: CES, U.C., Junho, p.269-281. Em co autoria com: MONTE, Marianna.



Alta de Lisboa. Urban Farm. (Source: Photography T. Madeira da Silva, 2013)

Abstract

In this paper, we present urban experiences in different contexts as an answer to the complex issue of social inclusion. We provide ideas to achieve a balance where city, urban space and social inclusion integrate migration, cultural diversity and poverty. We propose, using two different but interrelated case studies, 'the urban farms in Lisbon' and the 'informal public markets in Rio de Janeiro', to discuss the question of social inclusion. We see this issue not as a problem that exists and must be solved, but as reality to be integrated into a collective project, which is to live and to work in the city and in society. The urban offer and its accessibility to the population are important aspects to consider, with the participation of citizens crucial from a perspective of collective learning. The proposals presented can provide a range of open and flexible possibilities.

Introduction

This paper presents urban experiences in different contexts as an answer to the complex problem of social inclusion. These experiences are cases of informal activities that are performed by people who, for different reasons, are excluded from certain aspects of society, for example, the formal labor market or social interaction.

Informality in the urban context is a topic of great relevance, strongly related to processes of urbanization in developing countries. Nevertheless, informal activities can be observed in all countries, since the informality acts as a buffer of the effects of the socioeconomic crisis or appears as a consequence of social exclusion. In general, informal, illegal or clandestine activities can be broadly defined as activities that are carried out in disagreement with the law. According to Komlosy et al. (1997), in informality the legal rules are replaced by social networks, their traditions and limits.

Informality has advantages and disadvantages for the society. On one hand, it often implies public or private property misuse as well as tax evasion and potentially unsafe activities. On the other hand, it is an alternative to fulfill the basic needs of individuals when this is not possible in a formal way. Without the buffering effect of informality, these situations could lead to severe social instability problems. The management of informality represents a big challenge for governments because of its polymorphic and ambiguous nature. It is not clear, however, what is the best way to handle this phenomenon. Due to its constant growth and the current economical conjuncture, it is nevertheless urgent to reflect on this issue.

Two different cases of informal activities which developed in different contexts, are studied. Both cases are activities suffering from a legalization process. The cases are the urban farms in the city of Lisbon and the street vendors in the city of Rio de Janeiro. In the two cases, we analyze the policies employed and discuss their effect on the social inclusion of the people involved.

Urban farms in Lisbon

Nowadays, urban agriculture is on the agenda of many political programs, community requests and speeches of activists of various movements. In cities like Lisbon there is a large dissemination of initiatives related to urban agriculture in the form of urban farms, community gardens, vertical farms and micro-home-farms. However, the motivations for such initiatives vary and may be linked to social inclusion of immigrants or ethnic minorities, measures to supplement the income of disadvantaged households, urban sustainability and resilience and new lifestyles. The locales of the implementation of urban agriculture activities are also diverse, from private plots to areas on the edges of highways, through public or private expectant spaces and small private yards. The occupation may be illegal or not. Urban agriculture is often developed in private spaces by appropriation without the permission of the owners or in public spaces, also illegally occupied (Figs.1 and 2).

Urban farms are one of the typological and spatial varieties considered in the field of urban agriculture. Urban farms can be seen as the main type of urban agriculture and that stands out by its economic, ecological and social importance, as well as its relevance for leisure (Matos, 2010). Urban farms are defined as growing food in the urban environment. In general, the growers seek in the urban farms a supplement to the family income or a possibility for leisure. The foods grown are produced for the family, community or for sale. The urban farms are deployed in small private plots, in public space or on private land free of buildings.

According to Cook, Lee and Perez-Vasquez (2005), urban farms can bring social, environmental, human, economic and emotional benefits. Matos (2010) completes the argument in favor of urban farms by pointing out that they provide flexibility and a capacity to adapt to changes in community demands. The author adds that urban farms can contribute to community development, generating social participation and urban regeneration. If urban farms can generate a lot of benefits and are flexible and adaptable to community needs, they can influence the improvement of quality of life. The farms may begin as a complement to economically disadvantaged families in a situation of unemployment. Over time, when the market is able to re-



Figure 1. Informal urban farms, IC17, CRIL, Lisbon. (Source: Photography T. Madeira da Silva, 2013)



Figure 2. Informal urban farms, IC17, CRIL, Lisbon. (Source: Photography T. Madeira da Silva, 2013)

absorb the inactive population, the farms can become community recreation areas and a source of environmental education.

Urban farms can be seen as a legacy of the past that resists the real estate market. They present themselves as enclaves of residual landscape from the functional and morphological point of view, and can ensure living spaces, economic aid and food to citizens (Pinto, 2007). Urban farms can be seen as an answer to the complex problem of social inclusion, as well as a reality to be included in the collective project that is living and working in the city and in society. In the case of Lisbon, the creation of horticultural parks, or sets of integrated urban farms in a bounded area, has been promoted by the Câmara Municipal de Lisboa (CML), Lisbon City Council. This has been done in response to the existing conditions of the urban farming activities, which were in precarious and disorganized conditions. The initial need for regularization and incentives was the genesis of a set of infrastructures to support citizens in Lisbon, as in many other cities.

Urban farming appeared spontaneously due to economic needs, as well as for leisure purposes, in expectant empty spaces of the city or in spaces between roads. It has been an activity organized and regulated by CML, although a lot of urban agriculture activity still occurs in precarious conditions (especially along the highways and traffic axes, and land with steep slopes and poor conditions of urbanization).

In 2009, CML initiated a project to create a set of infrastructure and reorder 40 acres of urban farms. Among them were the horticulture park of Chelas, the urban farms at Quinta da Granja and Jardim da Graça, projects for two farming and gardening lands in Telheiras, and the horticultural parks in the Vale do Rio Seco, Ajuda and Ameixoeira (Diário de Notícias, 2010). Together with the creation of these infrastructures, a commission to legalize urban farms was responsible for the development of a “Regulation for the Installation and Operation of Urban Agriculture Areas” (Matos, 2010: 210). After the reshaping of land, CML opened competitions for assigning plots to interested citizens. The regulation, in general, aims to contribute to environmental sustainability, public health, landscape valuation and cultural valuation of handcraft production systems, as well as to demonstrate the

nutritional benefits of consuming fresh food and economic benefits of organic agriculture. In the “Regulation for the Installation and Operation of Urban Agriculture Areas”, four types of urban farms for Lisbon are defined, each with its own specific objectives: social or community urban farms, leisure urban farms, pedagogical urban farms and dispersed urban farms. For each type of urban farm, the document also defines the areas of implementation such as the use that should be made, what kind of people can grow and the destination of the products to be grown.

Urban farms	Objectives	Target population	Implementation area	Products grown
social or community urban farms	. occupational therapy	. underprivileged population	. green spaces and urban parks (PDM - urban farming areas)	. own consumption . to sell
	. social interaction	. inactive ages	. municipal land with agricultural capability	. own consumption
pedagogical urban farms	. environmental education	. population and entities interested in the connection man - land		. own consumption
dispersed urban farms	. to legitimize the occupation until the temporary occupation agreement . environmental, ecological and landscape valuation	. underprivileged population	. public expectant land	. own consumption . to sell

Table 1: Regulation for the installation and operation of urban agriculture areas. (Source: Matos, 2010: anexo II).

The revision of the Municipal Master Plan (Plano Director Municipal – PDM) in 2011 strengthens the public policy in favor of urban farms, suggesting that urban agriculture should be encouraged in the city’s green spaces. The aim is to increase local food production and consequently the self-sufficiency and resilience of the city, and the cohesion of urban communities (CML, 2011a: 55-56). In the same year, the first calls for the assignment of plots in the horticultural parks of Quinta da Granja and Jardins de Campolide (CML, 2011b) were opened. At Quinta da Granja, plots were assigned to social urban farms in 20 out of 326 applicants (CML, 2011c)

and others were granted to people who already practiced farming in the area. The growers have to contribute with an annual fee of 55 euros, plus a payment of the maintenance costs of the park to CML, obtaining in this way, access to water and a place to store tools (CML, 2011b). As for the plots of the Jardins do Campolide, 21 were selected from among 169 candidates for the cultivation of leisure urban farms, and the growers must pay fees between 55 and 100 euros as well as maintenance costs (CML, 2011b). Since the number of applicants was much larger than the number of plots available, the proximity between residence and horticultural park and the order of entry were determining factors for selection (CML, 2011c).

In order to provide a means of environmental education, CML organized courses to promote urban agriculture together with the School of Gardening (CML, 2011d) and independently in the Jardins do Campolide (CML, 2012) (Figs. 3 and 4). The themes ranged from the organization of an urban farm to organic agricultural techniques.

In addition to the previously mentioned benefits, such as providing food and financial income for citizens, other benefits can be obtained from these activities: social (recreation, therapy for individuals with special needs, rehabilitation of youth in risk), environmental (renewal of abandoned urban spaces, diversity of urban land uses, increase of biodiversity, preservation of the water, soil and air cycles, reducing the ecological footprint), human (promotion of sociability, social contact, health benefits through physical exercise, greater diversity in diet), economic (stimulus to local economies) and emotional (break in daily routine) (Matos 2010: 205).

At the time of the divulgation of the reorganization project of urban farms in Lisbon, Ribeiro Telles, a landscape architect and a great defender of urban agriculture, declared in an interview with the Diário de Notícias that the inclusion of agriculture in urban policies for green spaces in Lisbon is justified to ensure the food supply and reduce the reliance on national or European food supply policies. Ribeiro Telles argues that the supply of fresh food should be interrelated with the plan of the city, defending the idea of sustainability corridors in the city where meat, milk and vegetables are produced (Diário de Notícias, 2010).

Beyond these benefits at the territorial scale of the city, the urban farms contribute to the development of the communities where they operate, generating social participation and regeneration of urban spaces, many of them expectant. According to Rute Sousa Matos, the creation of more open spaces built with vegetation in urban areas will also create more educational opportunities, more pedagogical information on the production of food and animals (including school visits and educational activities), integration of people with learning difficulties and/or other special needs, and the development of practices of community enterprises such as cafes, garden centers and/or community business. These are among the activities directly related to the development of urban farms (Matos, 2010: 206).

The political measures that have been applied to legalize and promote urban farms in Lisbon are top-down policies. However, the necessity, viability and benefits of some farms in the urban territory have been identified by the population itself, when some citizens appropriated expectant land to grow food within the city. Growing food in the form of urban farms is born spontaneously by the need to ensure food for the family or for leisure. Thus, it is possible that when the policies employed are bottom-up, they could create even more benefits and be more inclusive.

It can be noted that the process of selection of growers for the new stands does not take into account socioeconomic factors that could give the urban farms a more inclusive character. Only the proximity to the residence is taken into account when choosing among candidates for the new plots created by CML. Factors such as labor inactivity (unemployment or retirement), family income, number of family members and physical or mental disabilities could be included for the selection of candidates, making the urban farms more inclusive and with more economic benefits for communities.

Street vendors in Rio de Janeiro

Like the urban farms in Lisbon, the situation of the street vendors in Rio de Janeiro is also an opportunity to address the issue of social inclusion. Dealing with informal street vending, the most visible part of the informal market, is a challenge for governments because this activity has potential benefits for the society. Its proper management can be beneficial for the

vendors involved, for the general population and even for government itself. An informal market in the public space is a reflection of some social problems such as a lack of employment and social exclusion. It is comprised of an economic activity outside the legal rules and the illegal occupation of public space, and generates urban problems. However, informal street vending can also be seen as job creator, a motor of vitality in the public space and a creator of commerce and supply of services (Bromley, 2000:1).

The government has many responsibilities in the management of informal street vending. It is responsible for law enforcement, tax collection, consumer protection, control of public space, promotion of employment opportunities and ensuring supply of goods and services (Bromley, 2000: 16, 17). Although the roles of government are clear, the policies implemented can be divergent. Persecution, regularization, promotion and tolerance policies are commonly used (Bromley, 2000: 22). The way that governments deal with informal street vending depends on many factors such as interest of influential groups and the ideology of the ruling political party.

An extreme case of persecution is the policy of 'Zero Tolerance', which is the repression of any sign of disorder, including informal street vending, to keep the city clean. An example of such a policy was promoted by Mayor Giuliani in the city of New York, which eradicated the informal vendors from the streets. Extreme cases of persecution of informal vendors are typical when a city is the future host of a big international event, when the government sees itself obliged to clean the image of the city to sell it to foreign visitors (Bromley, 2000: 30).

There is no ideal solution, but in general the idea of regulating and promoting simultaneous economic, social and urban planning approaches can produce the best result, minimizing the negative aspects and highlighting the positive. On the impossibility of creating formal jobs, the government should see street vending as an escape valve for a surplus labor force, which needs to generate income. However, the regulation of economic activity is necessary to enforce health and safety rules, for the benefit of vendors and consumers, to ensure tax collection, to include social security benefits and to control the occupation of public space.



Figure 3. Urban farms, Campolide, Lisbon. (Source: Photography T. Madeira da Silva, 2013)



Figure 4. Urban farms, Campolide, Lisbon. (Source: Photography T. Madeira da Silva, 2013)

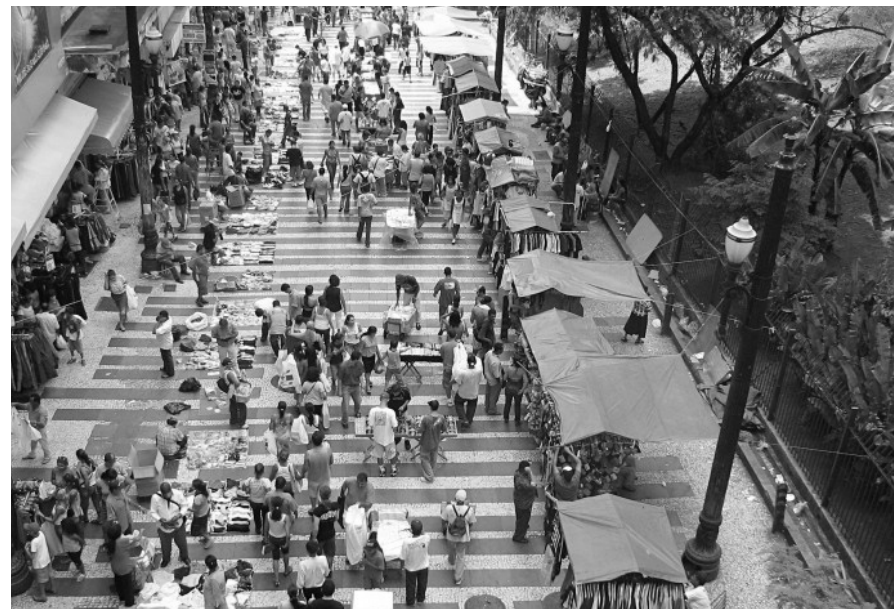


Figure 5. Informal Street vendors (Camelôs) in Rio de Janeiro. (Source: <http://www.pacs.org.br/2014/09/11> photography: Marcos Santos/USP Imagens).



Figure 6. Informal Street vendors in Rio de Janeiro. (Source: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/02/> photography: Adneison Severiano G1/AM).

As a case study, we consider the city of Rio de Janeiro which has a quite inclusive law regulating street vending. First, the rules that regulate the street vending, described in the law, will be presented. This will be followed by two examples of the formalization of informal street vending, which were studied over the years 2009 and 2010. Finally, the public policies put in place in Rio de Janeiro starting from 2009 will be discussed. These policies aim to prepare the city to host the FIFA World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016.

Informal street vending has been present in the public space of Rio de Janeiro for a very a long time. The first reference dates back to the beginning of the XIX nineteenth century (Lopes, 1996: 37). Since then, the informal street vendors, camelôs as they are known in Brazil, have been the subject of many, often contradictory, policies (Figs.5 and 6).

The informal street vending phenomenon in Rio is characterized by its diversity. This can be observed in the variety of vending places, in all neighborhoods of Rio from streets to public transportation; in the many ways that the sales are done, using different equipment to expose and carry their products; in the wide range of working times – they can be found 24 hours a day during the whole year; and in the heterogeneity of the vendors. Many people unable to find a formal job become informal street vendors and remain in the informality either due to the continuous lack of formal opportunities or their adaptation to being self-employed informal street vendors (Monte, 2010).

In Rio de Janeiro, street vending is not necessarily an illegal activity; the vendors have the possibility to become formal and work inside the law. The legal rules that regulate the street vending are a frequent matter of discussion due to the relevance of the street vendors in the urban space and in the economy. Changes in the legal rules usually reflect politicians' perceptions about the informal street vending phenomenon (Monte, 2010). The main rules in the municipality of Rio de Janeiro are currently presented in Lei do Ambulante (Municipal Law 1876, of June 29, 1992). This municipal legal rule regulates multiple aspects of street vending in Rio, defines who can be a street vendor, which products can be sold, where the street vendors can work, and how they can exercise this activity.

The law defines street vending as a temporary professional activity, which is exercised by a person in the public space at his own risk as self-employed. To be a 'formal' street vendor, the person should have a license issued by the municipality, but not everyone is eligible for such authorizations. The candidate must belong to one of the following categories:

- Being a disabled person
- Being more than 45 years old
- Have been employed as a street vendor before the law change of 1992
- Have been unemployed for more than one year or being an ex-convict (allowed for a maximum of 2 years)

Even if someone falls into one of these categories, it is possible to not obtain a license because its number is limited. To assign those licenses, a system of points is used, which takes into account the social conditions of the candidate. Aspects as age, the existence of dependent relatives, and time of unemployment are relevant. Those who obtain a license are insured by the public social security and pay taxes for their insurance and the use of public space. The authorized street vendor is also allowed to have one assistant by paying a payroll tax; in the case the assistant is a relative, the tax is exempted.

The license lists the name of the vendor, the assistant's name, the kind of products sold and the vehicle's license, if used. This license is not definitive, it can be canceled or confiscated and the vending location can be changed. All authorized street vendors have one established place to work, which can be a specific location of the public space for the vendors with a fixed point or an area of a neighborhood for the wandering vendors. The violation of rules can be punished by a fine or a license cancellation, and products or equipment outside the rules can be seized.

Observing the Lei do Ambulante, street vending is still perceived as a transitory phenomena that temporarily provides work to individuals who will return sooner or later to the formal marketplace. Despite this, many workers become trapped in this way of life.



Figure 7. Camelódromo da Uruguaiana. Rio de Janeiro. (Source: Photography M. Monte, 2009)

As examples of intent to observe compliance with the legal rules, two examples of street vending formalization in Popular Markets, Camelódromo da Uruguaiana (Fig.7) and Mercado Popular da Rocinha (Fig. 8), were studied. The Popular Market, or Mercado Popular in Portuguese, is a program that was created by the municipality with the objective of constructing organized and standardized spaces for street vending (Secretaria de Obras, n.d.) in areas of the city with high demand for this activity.

The Camelódromo da Uruguaiana was founded in a plot, a property of the metro offered by the municipality but without any additional infrastructures like electric and water supply, toilets and storing facilities. The foundation of the Camelódromo in 1994 originated with the transference of the camelôs operating in the center of Rio, spread throughout busy streets of the city center, to the empty space in Uruguaiana Street. Camelódromo da Uruguaiana was the first experience to promote a street vendor concentration in a delimited area of the public space. The results were very positive and the idea was applied in other areas of the city (Lopes, 1996: 67).



Figure 8. Mercado popular da Rocinha. Rio de Janeiro. (Source: Photography M. Monte, 2009)

After the reallocation of the street vendors in the Camelódromo, the municipality did not offer any assistance or infrastructure. Initially sales decreased because the Camelódromo was not in the main route of people flow, which made them lose lots of customers. However, the low prices eventually brought the customers back over the time, making the Camelódromo da Uruguaiana a famous place. The overall infrastructure constructed in the Camelódromo was done by the vendors' association, while each camelô remained responsible for his own stand.

The strengthening of the Camelódromo also increased the value of the stands, which led some vendors to rent or even to sell their stands. This was against the rules established by the municipality since the vendors do not have ownership of the stands plot, but only the license to work in the area. The original purpose was to offer a place to those working as street vendors. The original camelôs who founded the market are not easily found vending in the stands any more. Some of them have sold the stands and others rent them, but most of them have more than one stand and work in the administration of their employees. Usually the stands have two vendors

who are informal workers, while the 'owner' of the stand is a formal micro-entrepreneur.

The Mercado Popular da Rocinha is located at the entrances of the Rocinha's favela. The market was implemented in 2004 in the same area of the public space where the informal street vendors already worked. The infrastructure of the market was completely constructed by the municipality under the architecture design of Azevedo Arquitetos Associados. The design of the market assigns regularity to it and includes it in the formal urban design of the city. Nowadays there are some changes with respect to the original design made by the vendors to improve the stands.

The formalization of the market under a well-done infrastructure increased the sales, but, similar to the cases of the Camelódromo, some of the street vendors who worked on the original informal street vending activities sold their stands. In the case of Rocinha, this has led to a single individual possessing more than one stand, sometimes joining them together in a double stand. While the number of stand 'owners' has decreased, the total number of people working in the market is now bigger. Almost all stands have more than one person selling products. There are stands where the 'owner' works together with an assistant and there are also stands where various assistants work in different turns for an 'owner'. All the people who work in the market live in the Rocinha favela.

In these two examples of street vending formalization, it was observed that the social measures applied by the law do not last long. Some formalized vendors cannot afford the taxes and leave the market; in contrast, others do so well that employ more than one assistant, but informally.

Both markets presented here, as well as many other clusters of street vendors, are organized into associations. These associations are responsible not only for the administration of the common areas and maintenance fees, but also for the protection of the group. The leaders of the associations represent the interests of street vendors with the government on occasions of discussion of new policies involving street vendors. The associations deal with the public institutions and politicians to ensure the continuation of the

markets and they use their electoral power, through the high number of voters involved in each association, to make political pressure in defense of their interests. Thus, even in top-down policies the vendors have their interests defended by some politician that they support.

In 2009 urban policies were created for the city of Rio de Janeiro to prepare it for international sporting events to be held in 2014 and 2016. Part of the attention was focused on the elimination of urban disorder and the minimization of informality. The measures regarding street vending are specified in the 'Operation to Combat Urban Disorder', a plan to restore public order. Regarding the street vending, a set of programs, operations and tools to persecute, promote and regulate street vendors were put into place. Different measures are used in different ways in different localities of the city, depending on the characteristics of each locality as well as the interests of stakeholders. The program also aimed to ensure that the already established rules were respected again.

Persecution occurred from 2009 to 2010 by the Choque de Ordem (Shock of Order), which controlled the compliance with legal rules, confiscated and demolished irregular equipment and confiscated prohibited products. Regulation involved the formulation of C.U.C.A. – Cadastro Único do Comércio Ambulante (Single Cadastre of Street Vendors) in 2009 based on the Municipal Law 1876, of June 29, 1992. With the C.U.C.A., the municipality aimed to reduce frauds in the promotion policies, and ensure the compulsory taxes payment and the guarantee of social insurance (Secretaria Especial de Ordem Pública, n.d.). The promotion policies are based on the program Empresa Bacana (Nice Enterprise), which stimulates the formalization of street vending into micro-enterprises, guarantees that the micro-entrepreneurs have access to credit and special taxation, creates new work opportunities to people not included in C.U.C.A. and determines new locations for authorized street vendors (Paes, 2009). Other measures to promote street vending are the program Mercado Popular and the insertion of urban furniture for street vending in urban design projects in the city. The program Mercado Popular creates and maintains popular markets around the city. The use of urban furniture for street vending defines patrons, standardized uses, upgrades the vending activities and promotes new

activities, and facilitates control over the street vendors (Monte, 2010).

However, the formalized popular markets are not outside of the municipal policy of persecution and regulation of informality. The municipality carries out control operations in the market, searching mainly for irregular products, usually pirated media, clothes and fashion accessories (Notícias Rio, 2009).

Conclusion

By reflecting about urban farms in Lisbon and street vending in Rio de Janeiro, it can be concluded that both are urban products accessible to people of low incomes who otherwise would not have access to the labor market. As we have explained, the presence of citizens is crucial from the perspective of collective learning, as well as the measures implemented by the respective public powers.

The growth of cities is due in large part to migration from rural areas to cities. This is particularly important in current times when cities face new challenges such as a shortage of jobs and infrastructure, as well as the planning and maintenance of open space for healthy recreation (as opposed to supermarkets and shopping centers). Food also forms a substantial part of the budget expenditure of each household (many with low incomes). Given these facts, the informal market and urban agriculture may thus constitute an alternative to improve the living conditions of many families and alleviate the effects of a depressed economy.

The cities are capable of providing a range of open and flexible opportunities, taking into account each case and each urban context, in the case of Rio through the informal markets and in the formalization of street vendors, and in the case of Lisbon through urban agriculture and the implementation of different types of urban farm.

In the case of urban farms, they offer to the society a set of opportunities to exchange experiences, based on collective living. In urban areas and in inhospitable places of the cities, new urban spaces can arise where the diversity of experiences contributes to a better society.

In the case of informal markets, the strategies and stakeholders involved differ from case to case. The aim of the popular markets is the creation of a place where street vendors can work formally in better conditions and with a better infrastructure. The real consequences of the popular market are positive for some and negative for others. While some vendors thrive on sales and expand their business with the purchase of other stands and hire new workers in an informal way, others cannot afford the costs of formalization and have to sell their stands. Both cases are out of the legal rules and pose difficulty in terms of the social inclusion proposed by them. However, as in other cities, perhaps after the full implementation of new policies currently taking place in Brazil, these situations can be minimized. With access to a micro-credit company presented through Empresa Bacana, pioneer vendors maybe can keep their stands. C.U.C.A. can also facilitate the control of licensed vendors. However, these actions could be in part prevented by participatory policies that take into account the needs and priorities of the suppliers.

References

ALENCAR, Marcelo (1992), Lei N° 1876 de 29 de Junho de 1992, Dispõe sobre o Comércio Ambulante no Município e dá outras Providências, *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, 02.07.92, Município do Rio de Janeiro.

BROMLEY, Ray (2000), Street vending and public policy: A global review, *The International Journal of Sociology and Social Policy*, 20, 1-28.

CML (2011a), Artigo 50º: Espaços verdes de recreio e produção, **Regulamento: Revisão do PDM, Julho de 2011**, Versão Final, 55-56, accessed on 09.06.2012, at http://pdm.cm-lisboa.pt/downloads/elementos_constituientes/01_regulamento/01_Regulamento_com_Anexos.pdf.

CML (2011b), **Concursos abertos para atribuição de talhões hortícolas na Quinta da Granja e Jardins de Campolide**, accessed on 09.06.2012, at <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58523>.

CML (2011c), **Classificações - Candidaturas ao Parque Hortícola da Quinta da Granja**, accessed on 09.06.2012, at <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=42&idi=58691>.

CML (2011d), **Curso de hortas urbanas**, accessed on 09.06.2012, at <http://atendimentovirtual.cm-lisboa.pt/Paginas/novidades.aspx>.

CML (2012), **Câmara de Lisboa oferece ações de formação em horticultura**, accessed on 09.06.2012, at <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=88&idi=59108>.

COOK, Hadrian F.; LEE, Howard; PEREZ-VASQUES, Arturo (2005), Allotments, plots and crops, VILJOEN, Britain (ed.), **CPULs, Continuous Productive Urban Landscape – Design Urban Agriculture for Sustainable Cities**, Oxford: Architectural Press, Elsevier.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2010, August 22), **Reordenamento dos 40 hectares das hortas de Lisboa custa três milhões de euros**, accessed on 09.06.2012, at http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1646070&seccao=Sul&page=2.

KOMLOSY, A.; PARMREITER, C.; STACHER, I.; ZIMMERMANN, S. (1997), Der informelle Sektor: Konzepte, Widersprüche und Debatten, KOMLOSY, A.; PARMREITER, C.; STACHER, I.; ZIMMERMANN, S. (eds.), **Der informelle Sektor in der Weltwirtschaft**, Frankfurt am Main, Brandes and Apsel, Wien: Südwind.

LOPES, Rodrigo (1996), **A Economia Informal no Rio de Janeiro: Problema ou Solução**, Rio de Janeiro: Muad.

MATOS, Rute Sousa (2010), **A Reinvenção da Multifuncionalidade da paisagem em Espaço Urbano – Reflexões**, PhD thesis Artes e Técnicas da Paisagem, Évora: Universidade de Évora: Instituto de Investigação e Formação Avançada.

MONTE, Marianna (2010), **Informal Street Vendors and Urban Policies in Rio de Janeiro**, Master's thesis in Urban Design, Berlin: Technische Universität Berlin.

NOTÍCIAS RIO (2009, May 28), Megachoque de ordem na Rocinha derruba 49 barracas e apreende 644 DVDs piratas, **Notícias Rio**, accessed on 09.06.2012, at http://noticiasrio.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=18360.

PAES, Eduardo (2009, April 8), Decreto N° 30588 de 7 de Abril de 2009, Cria o Projeto 'Empresa Bacana', regula o tratamento diferenciado ao Micro empreendedor Individual – MEI, no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências, *Diário Oficial do Rio de Janeiro*.

SECRETARIA ESPECIAL DE ORDEM PÚBLICA (n.d.), **Formalização do Ambulantes**, accessed on 09.06.2012, at <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=1740822>.

SECRETARIA DE OBRAS (n.d), **Mercados Populares**, accessed on 09.06.2012, at http://obras.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqncl_publicacao=470.

SOLÀ-MORALES, Ignasi (2003), **Territorios**, Barcelona: Gustavo Gil.

3

2012

A Informalidade como Agente Dinamizador da Morfologia Urbana: Lisboa, Rio de Janeiro.

Informality as Urban Morphology Dinamizador Agent: Lisbon, Rio de Janeiro.

Atas da Conferência Internacional, PNUM 2012 - Portuguese Network of Urban Morphology. (Editores: ANDRÉ, Paula; MARAT-MENDES, Teresa; SAMPAYO, Mafalda Teixeira). Lisboa: ISCTE-IUL, 5 e 6 de Julho, pp.1735-1749. Em co-autoria com: MONTE, Marianna.



Bairro Novo de Stº Eloy, Pontinha, Lisboa. Bairro de génese ilegal. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

Resumo

Atualmente o território urbano caracteriza-se por uma dualidade assente, por um lado, na existência de várias centralidades oriundas dos núcleos antigos das cidades, e, por outro, pelo aparecimento de um tecido urbano relativamente recente, que se apresenta disperso e fragmentado. É aqui onde encontramos diferentes realidades, normalmente sem um modelo e limites definidos fruto de atividades de carácter informal e por vezes até ilegal. No espaço urbano podemos observar dois tipos de informalidade que agem diretamente sobre a morfologia das cidades: os assentamentos informais e o comércio informal no espaço público. Tendo como hipótese, o facto de estes dois tipos de informalidade trazerem consequências para a morfologia urbana das cidades onde se inserem, iremos através de diferentes casos de estudo - duas áreas urbanas de génese ilegal, (favelas no Rio de Janeiro e Augis na área metropolitana de Lisboa) e uma tipologia de comércio em espaço público na cidade do Rio de Janeiro -, refletir sobre as vantagens e os inconvenientes destes tipos de dinâmicas. Serão aspetos a considerar as intervenções públicas “top-down”, que visam formalizar essas atividades e inseri-las no desenho urbano convencional uma vez que estas trazem consequências positivas e negativas para a vida dos seus habitantes.

Abstract

Currently the urban territory is characterized by a duality based, on one side, on the existence of several centralities coming from the old core of cities and, on the other side, on the appearance of a relatively recent urban fabric, which presents itself scattered, and fragmented. It is here where we find different realities, usually without a model and defined limits, as a result of informal activities and sometimes even illegal ones. In the urban space we can observe two types of informality that act directly on the city morphology, informal settlements and informal street vending. Having as a hypothesis the fact that these two types of informality bring consequences for the urban morphology of the cities where they are located, we will, through different case studies - two urban areas of illegal origin, (favelas in Rio de Janeiro and augis in metropolitan Lisbon) and one type of street vending in the city of Rio de Janeiro -, reflect on the advantages and inconvenients of these types of dynamics. Aspects to consider are public interventions “top-down”, which aim to formalize these activities and insert them in the conventional urban design, once they bring positive and negative consequences for the lives of its inhabitants.

Introdução

A informalidade, no contexto urbano, é um tópico de grande relevância fortemente relacionado com processos de urbanização em países subdesenvolvidos. Contudo, podem observar-se processos ou atividades informais em todos os países, já que muitas vezes a informalidade se apresenta como amortecedor de crises sócio-económicas ou como consequência da exclusão social. No espaço urbano podemos observar dois tipos de informalidade que agem diretamente sobre a morfologia das cidades, são eles: os assentamentos informais associados a áreas urbanas de génese ilegal e o comércio informal no espaço público.

De um modo geral, as actividades informais, ilegais, espontâneas ou clandestinas, podem ser definidas como todas as actividades que não são produzidas de acordo com a lei. Segundo Komlosy, na informalidade as regras legais são substituídas pelas redes sociais, suas tradições e limites. (Komlosy et all. 1997). Os primeiros estudos que diferenciavam as actividades formais das informais foram feitos no campo das ciências sociais na década de 50 sobre dinâmicas sociais e económicas no terceiro mundo. Na época a informalidade era entendida como um fenómeno transitório dentro de um processo de modernização incompleto (Komlosy et all. 1997:10). Posteriormente, segundo Hernando de Soto, a informalidade no domínio urbano, é a resposta espontânea da população às necessidades não atendidas pelos governos, ou seja, é uma consequência do complexo sistema de regras legais e dos elevados custos do sistema tributário do mercado formal (Soto, 1986). Recentemente Peter Hall e Ulrich Pfeffer nomeiam a relação direta entre o crescimento da população urbana e o aumento da informalidade, num fenómeno chamado “informal hipergrowth cities”, que acontece quando os investimentos no sector formal não acompanham o aumento populacional (Hall, Pfeffer, 2010).

A informalidade apresenta vantagens e desvantagens para as sociedades. Se por um lado, promove a fuga aos impostos, é também uma alternativa para preencher as necessidades básicas, quando estas não são possíveis de maneira formal. A gestão da informalidade representa desafios aos governos, por causa de sua natureza polimórfica e ambígua. Ainda não está claro, no entanto, qual é a melhor maneira de lidar com este fenómeno,

mas devido seu constante crescimento, torna-se urgente reflectir sobre esta questão. Este artigo trata do modo como as atividades informais influenciam a morfologia urbana em duas cidades: Rio de Janeiro e Lisboa, quais as dinâmicas que proporcionam e de que modo as cidades crescem e se transformam acompanhando o modo como os seus habitantes utilizam e usufruem o espaço urbano público.

Os assentamentos informais, sejam na forma de favelas (bairros de lata, no Brasil), ou de augis (áreas urbanas de génese ilegal, em Portugal), apresentam uma dinâmica morfológica acentuada, mesmo que o seu desenvolvimento seja desestruturado e sem planeamento. Esta dinâmica resulta de formas de apropriação do espaço originando um tecido fragmentado, composto por diferentes configurações com identidades territoriais e culturais distintas.

A cidade do Rio de Janeiro, tem parte da sua morfologia muito influenciada pela informalidade, sendo as favelas parte integrante da paisagem (Figs. 1 e 2). Desta forma, a cidade conta com uma longa história de interação com as atividades informais incluindo políticas não só punitivas e proibitivas mas também de estímulo e integração. O mesmo se passa na área metropolitana de Lisboa em relação às áreas urbanas de génese ilegal, onde o poder local procura a melhoria das condições de vida destes bairros, através, num primeiro momento, da criação de infraestruturas básicas e da legalização dos lotes e das habitações. Por outro lado, o comércio informal no espaço público é o foco de diversas políticas públicas de controlo da informalidade, pois, para além de ser uma atividade não regulamentada, promove a ocupação irregular do espaço público.

As intervenções públicas “top-down”, que visam formalizar essas atividades e inseri-las no desenho urbano convencional, por um lado, minimizam, em alguns casos o carácter dinamizador da morfologia urbana, por outro, controlam a corrupção e as suas consequências. Mesmo irregular e sem controlo esta realidade muitas vezes trazendo problemas de gestão do espaço público, também gera aspetos positivos, como a vitalidade do espaço urbano e, de certa forma, a melhoria das condições de vida de muitos habitantes. É sobre as vantagens e os inconvenientes das dinâmicas

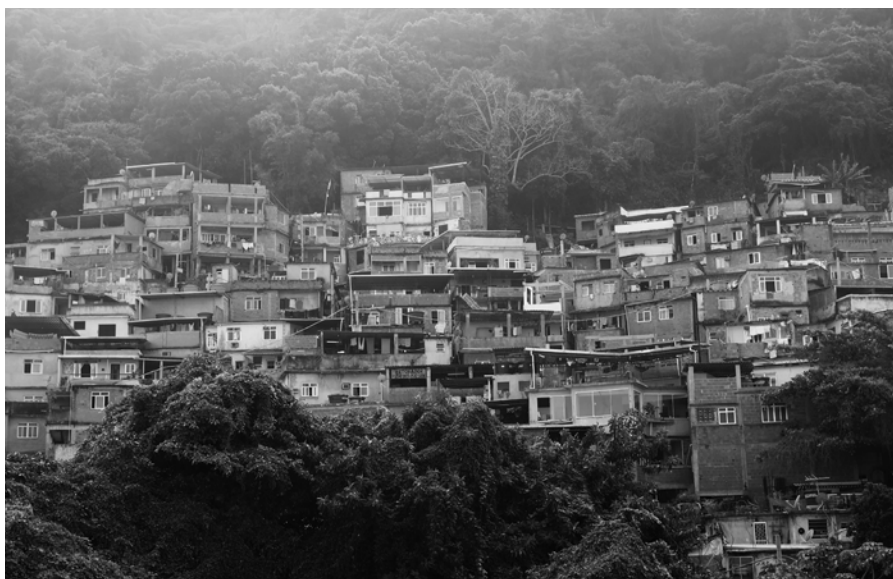


Figura 1. Favela Babilónia, vista geral. (Fonte: Fotografia M. Monte, 2016)

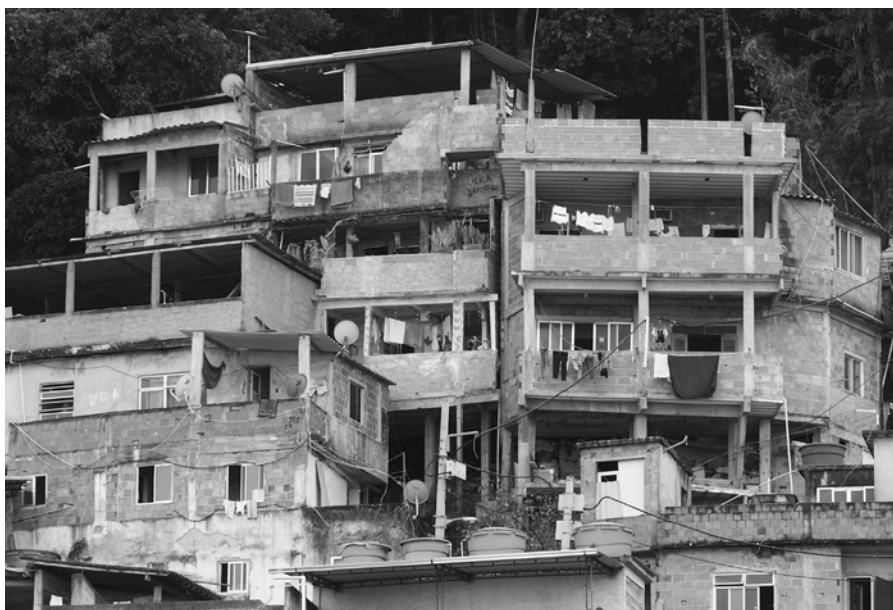


Figura 2. Favela Babilónia (Fonte: Fotografia M. Monte, 2016)

geradas pela informalidade na morfologia urbana contemporânea, quer sobre a forma de assentamentos urbanos (favelas no Rio de Janeiro e AUGIS na área metropolitana de Lisboa) quer sobre formas de comércio informal que pretendemos refletir através deste artigo.

As Favelas do Rio de Janeiro

Não existe uma única definição para o conceito de favela. Para fins estatísticos o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considera, as favelas, como as unidades especiais formadas por um ou mais sectores do tipo aglomerado subnormal. (IBGE,2003) Já o Observatório das Favelas , considerando o perfil sócio-urbanístico, define favela como “um território de edificações predominantemente caracterizadas pela auto-construção, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. A apropriação social do território é configurada especialmente para fins de moradia, destacando-se a alta densidade de habitações das suas áreas ocupadas e de sua localização em sítios urbanos marcados por alto grau de vulnerabilidade ambiental.” (Souza e Silva et al, 2009: 97).

A primeira favela aparece na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX, mas apenas na década de 50 do século XX se verifica um crescimento extraordinário devido à migração causada pela industrialização. Muitas pessoas deixaram a região nordeste do Brasil em busca de trabalho nas modernas e grandes cidades do sudeste, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, as primeiras cidades a experimentar o processo de industrialização. A falta de oferta habitacional nessas cidades para os novos habitantes, levou-os a construir as suas próprias casas.

A morfologia do município do Rio de Janeiro é condicionada, por um lado, pela sua topografia e pelas questões sociais, e ambas são características marcantes da paisagem da cidade. O traçado urbano é desenhado entre as montanhas e o mar e estende-se por uma planície pontuada por morros até os limites interiores do município. A morfologia urbana é heterogénea, materializando as tensões sociais, na articulação e fragmentação do espaço urbano (Coelho et al.:3). Observa-se uma especial dicotomia entre a cidade formal e planeada e a cidade informal e espontânea. A cidade formal apresenta um traçado bem definido e uma morfologia urbana sem

surpresas, pois a sua volumetria e implantação é previsível através de leis e regras de planeamento urbano. Já a cidade informal tem um traçado urbano confuso, quase imperceptível, que visto de topo, praticamente só se apreende um grande aglomerado sem espaços públicos, denso e com volumetria variável. Esta apresenta, uma grande dinâmica morfológica, pelo seu crescimento, densidade e expansão.

As favelas estão localizadas em locais com menor valor comercial, que, na sua maioria, têm mais vulnerabilidade ambiental: encostas e proximidades de rios (Costa, 2011). Pela topografia do município do Rio de Janeiro essas áreas estão espalhadas por todo o município, sendo que as favelas mais antigas estão na parte leste, são mais consolidadas e densas e situam-se predominantemente nos morros. Já na parte oeste, as que existem, são mais recentes, apresentando-se de forma mais dispersa e localizando-se tanto em encostas como em áreas planas. (Costa, 2011:5). Devido à topografia do Rio de Janeiro, estas, encontram-se por toda a cidade, fazendo com que a dicotomia entre formal e informal esteja sempre presente. As favelas surgem pela falta de oferta de casa para a população de baixos rendimentos que chega às grandes cidades à procura de trabalho, resultando em conflitos sociais e políticos, sendo a materialização do direito à cidade e geram uma morfologia urbana complexa diversificando a paisagem urbana. (Coelho et al.).

Viver nas favelas mais centrais do Rio de Janeiro - nos morros do centro - zona sul e zona norte, possibilita à população pobre estar perto do trabalho, ter acesso a escolas, hospitais e equipamentos desportivos e de lazer, quando a sua única alternativa seria viver na periferia da cidade. Assim, a geografia do Rio de Janeiro pontuado por morros, oferece à população pobre a possibilidade de os ocupar, viver junto do centro e usufruir de algumas das facilidades urbanas usadas pelas classes média e alta, proporcionando uma mistura social onde a classe menos favorecida coexistindo no mesmo espaço urbano das classes mais altas. Embora a morfologia das favelas se destacar facilmente da morfologia dos bairros formais, a população da cidade formal e da cidade informal divide o mesmo espaço público.

Várias foram as acções implementadas como práticas de actuação em relação aos problemas das favelas. Em 1937 são reconhecidas oficialmente, entrando no código de obras, o qual proíbe a criação de novas favelas, levando a políticas públicas de remoção das mesmas. (Valadares, 2000). Nas décadas de 60 e 70 várias favelas da zona sul mais valorizada comercialmente, foram removidas e os moradores realojados em conjuntos habitacionais em áreas distantes. (Perlman, 1977). Esta política trouxe várias consequências, sócio-económicas e geográficas: muitas pessoas não suportariam as novas distâncias do trabalho, o que originou o aparecimento de actividades marginais (Perlman, 1977), assim como, uma alteração radical na morfologia da cidade, pois as áreas que ficavam livres eram rapidamente reocupadas por grandes edifícios para as classes mais favorecidas. Apenas na década de 90 com o projecto Favela-Bairro, verificamos uma alteração significativa no modo de lidar com o problema das favelas. Deixou de se pensar, apenas, na remoção e passou a legitimar-se as favelas. A principal política desde então é a de urbanizar as favelas, construindo infraestruturas, como pontos de abastecimento de água, rede de esgoto, caminhos pavimentados e construção de equipamentos públicos. Já recentemente desde 2007, o programa responsável pela requalificação das favelas, o PAC - Programa do Aceleração do Crescimento, visa o investimento em infraestruturas e habitação.

As augis na área metropolitana de Lisboa

Tal como as favelas, as augis são áreas urbanas de génese ilegal. Aqui, os proprietários adquirem legalmente uma parcela (ou mais) de terreno rústico, onde constroem ilegalmente uma casa. Estas áreas são, na sua maioria, constituídas por habitações, de construção clandestina, em moradias unifamiliares de dois pisos, construídas através de um processo ilegal de autoconstrução, em lotes com 250m² a 350m², com jardim, horta e anexos (Figs. 3 e 4). Também podemos encontrar augis ocupadas com construções, também sem licença, dispersas por zonas rurais ocupando terrenos com boa aptidão agrícola. Aqui o tecido urbano é mais disperso e estende-se em zonas de pequenas propriedades, onde as habitações acarretam elevadas carências em infraestruturas urbanísticas e equipamentos colectivos. As condições de habitabilidade são, por vezes, precárias, e com relações com as zonas de trabalho inadequadas. Na medida em que se implantam



Figura 3. Periferia de Lisboa. Áreas Urbanas de Gênese Ilegal - AUGI. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)



Figura 4. Portela da Azoia, São João da Talha. Área Urbana de Gênese Ilegal - AUGI. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2012)

em zonas rústicas, comprometem a utilização agrícola dos solos. (Matos, 1989). Em termos de morfologia criam paisagem onde o tecido é disperso, fragmentado e espacialmente sem regras claras.

Esta realidade, que no caso da área Metropolitana de Lisboa, foi provocada pelo crescimento demográfico a partir dos anos 50, fruto por um lado, de migrações de áreas rurais do interior do país e, por outro, já a partir de meados da década de 1970, da vinda das populações das ex-colónias, acarreta aspectos positivos e negativos que importa salvaguardar. Estes bairros, embora “clandestinos”, inacabados, alguns sem infra-estruturas, têm em comum um aspeto importante: esta realidade exigiu um grande investimento económico e social das famílias implicadas. A população que habita estes bairros é um misto de população permanente e de habitações de segunda residência, tendo uma característica muito particular em relação ao sítio onde mora: habita numa moradia, que construiu quase sempre por administração directa, que é propriedade sua e que é clandestina. (Ferreira, 1985).

O elevado custo da promoção habitacional legal (que não acompanhou o rápido crescimento demográfico), a rigidez, a burocratização e a morosidade dos processos de planeamento e de licenciamento, a dificuldade de acesso ao mercado legal, a inacessibilidade ao crédito à habitação por parte das famílias de fracos recursos e a fraca compreensão dos verdadeiros problemas e interesses da população, cuja participação nos respectivos processos era bastante limitada (Ferreira, 1985), originou este tipo de ocupação do solo. Aqui encontramos diferentes formas de apropriação do espaço a partir de um tecido fragmentado, composto por diferentes configurações com identidades territoriais e culturais distintas.

No que se refere à dimensão física e urbanística, podemos perceber que estes bairros não funcionam de forma complementar com a cidade que os envolve, uma vez que servem apenas os seus habitantes e utilizadores e raramente são atravessados por terceiros. Segundo Teresa Costa Pinto, a “urbanização clandestina” foi, ao longo dos anos, uma das principais formas de expansão dos aglomerados urbanos e de transformação do solo urbano em Portugal com graves consequências ao nível urbanístico, social, económico e autárquico.” (Pinto, 1992).

Na maioria dos casos, as referências espaciais são escassas dado que não existem espaços urbanos com carácter de centralidade, assim como zonas verdes públicas: somente as ruas de acesso aos lotes e alguns terrenos baldios. Nestes bairros a carência de infra-estruturas, a falta de espaços públicos e equipamentos, os arruamentos precários e mal organizados, a deficiência da recolha de lixos, a insuficiência de transportes públicos são algumas das lacunas em termos urbanísticos que podemos verificar. Nalguns casos, as augis surgiram em zonas com fraca aptidão urbana, por vezes nas imediações de cabos de alta tensão, encostas com inclinações muito elevadas e sujeitas a servidões de carácter administrativo.

Dadas as questões que se levantam, relativamente a este tipo de ocupação, tanto moradores como o poder público desde os anos 70 que se preocupam em criar melhores condições de vida para os seus habitantes. Numa primeira fase a iniciativa partiu, na maioria dos casos, dos próprios moradores através da criação de associações de moradores para apoio e melhoramentos dos bairros. Mais tarde, e tendo em conta alguns problemas encontrados por estas associações, muitas Câmaras Municipais decidiram avançar com processos de melhoramento, de Iniciativa Municipal, centrados nas questões de reconversão e legalização dos bairros, quer através de projectos de loteamento e de obras de urbanização. A resposta a estes problemas foi nalguns casos a criação de gabinetes de intervenção que, por meio de equipas técnicas asseguram o atendimento descentralizado e especializado aos proprietários.

“A Lei 91/95, conhecida como a Lei das AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), constituiu um momento importante no processo de reconversão dos “loteamentos clandestinos” na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Segundo a apresentação realizada no Seminário Internacional Urbanização de Territórios de Génese Ilegal, “esta Lei imprimiu uma nova dinâmica nos procedimentos municipais de reconversão, bem como na organização dos proprietários, e acelerou a resolução de alguns processos. Todavia, (...) desde a sua criação (...), apenas cerca de um terço das AUGI da AML logrou obter o título de reconversão (correspondente ao alvará de loteamento ou à certidão do Plano de Pormenor)...” (Raposo, 2010). Para além destas questões, se por um lado, estes gabinetes garantem uma maior

proximidade ao bairro e à população, identificando mais facilmente os proprietários, e acompanhando a discussão dos projectos de loteamento, por outro, vêem-se enredadas ainda numa série de entraves burocráticos e de natureza administrativa que dificulta a sua acção.

Comércio Informal no Espaço Público do Rio de Janeiro

O comércio informal no espaço público do Rio de Janeiro influencia de forma dinâmica a morfologia urbana da cidade, sendo caracterizado por uma certa diversidade. Os vendedores de rua ou camelôs, como são chamados no Brasil, formam um enorme e heterogéneo grupo, activo, não só nas ruas, mas também em todo espaço público, alcançando inclusive praias, e transportes públicos. Estes operam em toda a cidade do Rio de Janeiro, ocupando o centro da cidade, bairros pobres e ricos assim como os assentamentos informais. Os vendedores de rua usam diferentes tipos de equipamentos para expor e armazenar as suas mercadorias e inventam uma multiplicidade de técnicas e truques para vender uma inacreditável variedade de produtos, têm horários de trabalho flexível, podendo serem vistos 24 horas por dia, 7 dias durante todo o ano. Esta diversidade é ditada pelo polimórfico aspecto do comércio informal de rua. Por causa da dimensão reduzida do negócio, os vendedores adaptam as suas possibilidades às condições impostas pelo meio, adaptando-se a novos produtos, mudanças de estilo de vida e mudanças de legislação, num contínuo esforço de procurar novos clientes (Figs.5 e 6).

A actividade informal no espaço público não é de todo proibida. Os vendedores podem actuar dentro da lei, desde que sejam cadastrados e realizem as suas actividades cumprindo uma série de regras que estão dispostas na Lei do Comércio Ambulante (Lei Nº 1876 de 29 de Junho de 1992 do município do Rio de Janeiro), deixando de ser trabalhadores informais para passarem a ser trabalhadores autónomos.

A diversidade de uso atribuída ao espaço público pelos camelôs, a irregularidade da sua actividade e o facto de as estruturas usadas não serem permanentes são alguns dos factores que provocam uma influência dinâmica na morfologia urbana. Quanto maior o número de camelôs existente num determinado espaço, maior é a sua influência temporária na



Figura 5. Mercado popular da Rocinha. Rio de Janeiro. (Fonte: Fotografia M. Monte, 2009)



Figura 6. Mercado popular da Rocinha. Rio de Janeiro. (Fonte: Fotografia M. Monte, 2009)

morfologia urbana ocasionando mudanças facilmente observadas através dos seus horários de chegada e partida, quando armam ou desarmam as suas barracas ou quando se observa as ruas vazias, onde normalmente se posicionam, num dia de semana e num domingo.

Normalmente, quando um grupo de vendedores se estabelece, forma uma associação com o objectivo de proteger o grupo e os seus interesses. Muitas vezes as associações promovem uma identidade visual homogénea de barracas, com as mesmas cores e características, o que diminui o impacto visual informal na paisagem urbana. Essa iniciativa diminui o seu aspecto informal, uma vez que esse tipo de medidas é também usada pelo governo para identificar os vendedores já legalizados. (Monte, 2010:25).

O crescimento do número de vendedores informais no Rio de Janeiro está associado à forte migração da década de 50 e ao consequente aumento dos assentamentos informais, já que nesta época o sector industrial e os serviços, que cresceram na cidade, puderam absorver o excedente populacional. (Lopes 1996: 14). A economia informal, e consequentemente o número de vendedores nas ruas da cidade, só começa a mostrar um crescimento substancial no início da década de 80 com a crise económica que limitou o número de trabalhadores, mas é na década de 90 com a liberalização económica do mercado brasileiro, que o crescimento do número de vendedores informais se acentua (Lopes 1996). Reflectindo sobre o aumento de trabalhadores e consequentemente vendedores informais na década de 90, Melo e Teles concluem que as actividades informais e dentre elas o comércio no espaço público, não se apresenta de forma transitória e que não desapareceriam espontaneamente num futuro previsível (Melo e Teles, 2000). Por outro lado, Lopes alerta para a grandeza da informalidade, que em 1993 divulgava números como, 15.000 camelôs espalhados pelas ruas da cidade, onde 70% das pessoas compravam produtos vendidos por eles, números que empurravam para medidas urgentes de reorganização urbana (Lopes, 1996: 52). Em consequência deste facto, o governo municipal passou a criar políticas mais restritas para controlar o comércio informal. Em 1993 deu-se início a um novo processo de reorganização da cidade, que incluía medidas para controlar o comércio informal nas ruas, como por exemplo a criação da guarda municipal, que

tinha como atribuição o controle do espaço público. Nesta altura foram implementadas medidas de reorganização do espaço público, como: a nova regulamentação das feiras livres, a promoção de feiras de arte e antiguidades e a criação dos mercados populares (Lopes:1996).

Do ponto de vista urbanístico o processo de reorganização do espaço público é concentrado no programa Rio-Cidade, onde se incluiu a modernização da infra-estrutura urbana e a reurbanização dos espaços públicos. Foi implementado entre 1993 e 2008 por meio de projectos isolados para diversos bairros fundamentalmente em áreas com alta actividade comercial, circulação de veículos e pessoas (Secretaria de Obras). Como parte do plano de reurbanização dos espaços públicos e com o objectivo de reduzir o congestionamento de pessoas e automóveis nas principais ruas, os projectos do Rio-Cidade incluíram reformas específicas para lidar com os vendedores informais (Alvarenga, 1996:26), uma vez que estes eram um dos principais responsáveis pelo congestionamento dos passeios dificultando até a circulação de automóveis. Assim, em alguns casos, foram construídos, mobiliário urbano e pequenos jardins que preveniam a ocupação do espaço pelos vendedores (Alvarenga, 1996), e simultaneamente foram criados alguns pontos para o comércio de rua nas ruas secundárias e em área delimitada.

Actualmente as políticas urbanas no Rio têm como objectivo organizar a cidade para a Copa do Mundo de Futebol de (2014) e as Olimpíadas (2016). Para alcançar este objectivo, a municipalidade tem concentrado a sua atenção na eliminação da desordem urbana, na qual o fenómeno da informalidade urbana desempenha um papel importante. No que diz respeito ao comércio informal de rua, a municipalidade elaborou em 2009 o plano de restabelecimento da ordem pública, através de novos programas, operações e ferramentas em associação com alguns já anteriormente utilizados, que actuam fazendo o controlo dos camelôs: perseguindo-os em lugares não autorizados, controlando as suas mercadorias e regulando a sua formalização. Alguns dos resultados destas políticas, que procuraram inserir no desenho urbano formal o comércio no espaço público, são os mercados populares. Aqui, pretende-se juntar os vendedores de rua numa área limitada, seja ela originalmente parte do espaço público ou uma área de posse do governo municipal cedida para a sua actividade.

Existem alguns mercados populares que são disponibilizados aos camelôs, como o Camelódromo da Uruguaiana, ou outros, com toda a infra-estrutura construída pelo governo municipal, como é o caso do Mercado Popular da Rocinha. Nos dois exemplos de mercado popular observa-se, de forma espontânea ou planeada, a busca pela fixação permanente dos pontos de vendas e a troca das barracas por stands desaparecendo com esse facto alguma dinâmica na vivência da cidade.

Conclusão

A acção provocada pelos três tipos de ocupação referidos neste artigo - favelas, augis e vendedores de rua, fomenta em relação ao espaço público, reacções contraditórias, apresentando aspectos positivos e negativos. Este tipo de realidade cria territórios que provocam motivos de reflexão e de intervenções tanto da parte do poder público, como dos seus habitantes. As intervenções urbanas nas favelas, através de políticas "top down", visam melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, no entanto, não estando incluídas no planeamento urbano da cidade, as soluções criadas acabam por impor barreiras ao crescimento e adensamento do território ocasionando a diminuição da dinâmica morfológica que esse tipo de assentamentos provoca. As intervenções no espaço público das favelas, como o programa Favela-Bairro, define e diferencia o espaço público do construído, limitando a ocupação do solo. Já os programas que investem no realojamento dos habitantes das favelas em áreas construídas formalmente e longe do centro, eliminam totalmente essas dinâmicas morfológicas, pois acabam por completo com o carácter informal do assentamento, provocando desvantagens para os seus habitantes, como a distância entre o local do trabalho e a casa. Através do tipo de morfologia urbana, como as augis, constatamos que a expansão urbana, ou seja a ocupação dispersa e longe do centro é igualmente acusada de degradar as paisagens, sobretudo a paisagem rural à volta das grandes cidades. Este tipo de ocupação, dispersa e de baixa densidade, tem inconvenientes de ordem ambiental a nível global, uma vez que implica uma forte mobilidade individual (o uso do carro), e portanto emissões importantes de gás com efeito de estufa. Por outro lado, implica, por parte das populações que aí vivem que estas percorram grandes distâncias entre casa e o local de trabalho.

Face a estes inconvenientes duas soluções se poderão colocar: criar melhores condições de habitabilidade nas ocupações precárias dos centros das cidades (favelas), ou tentar corrigir os efeitos ambientais incorretos das ocupações extensivas fora do centro (augis), por via por um lado, da construção de casas com alta qualidade ambiental, por outro, pelo desenvolvimento de transportes de acordo com a procura e em intermodalidade, assim como, polarizar equipamentos de proximidade em microcentralidades.

Relativamente ao comércio informal, entre os aspectos positivos está a oferta de produtos e serviços em localidades onde não existe comércio formal, assim como a atribuição de vitalidade a espaços urbanos pouco movimentados. Por outro lado, este tipo de actividades gera rendimentos para os vendedores e suas famílias, quando estes não têm possibilidade de entrar no mercado de trabalho formal. Já quanto aos aspectos negativos, podemos referir o congestionamento das ruas e passeios públicos, a evasão fiscal, a concorrência desleal com o comércio formal e os riscos para a saúde e segurança dos compradores e vendedores.

Como tivemos ocasião de verificar a informalidade surge em qualquer das situações anteriormente descritas como forma de melhorar o conforto e o nível de vida familiar face às condições de habitação ou ainda como alternativa para a realização de ocupação remunerada.

O tipo de população que recorre à informalidade caracteriza-se por um baixo nível profissional e escolar. Isto explica (no caso das favelas) a localização em locais de risco, próximo do centro e por isso de baixo custo. No caso das augis, a origem rural explica o facto de o modelo de habitação desejado ser a moradia unifamiliar individual própria, muitas vezes, com jardim e horta. O processo de realização de casa, tanto num caso como noutro, baseia-se na autoconstrução (devido aos fracos rendimentos e capacidade de poupança), acompanhando-se numa rede de solidariedade que acompanha todo o processo. A facilidade de comprar o terreno, a ajuda de familiares e amigos, assim como, a facilidade de obter materiais de construção são factores que explicam o êxito destes fenómenos. No caso das augis, se por um lado expressa uma ascensão social dificultada pela

baixa escolaridade, por outro, é uma fonte de segurança familiar uma vez que, através da casa, se constitui património familiar acrescido de um valor simbólico importante. Apesar de existirem limitações e problemas quer de habitabilidade, quer em termos urbanos, é importante ter em conta que o mercado clandestino é também um garante de vitalidade das populações.

Bibliografia

ALENCAR, Marcelo (1992), Lei Nº 1876 de 29 de Junho de 1992, Dispõe sobre o Comércio Ambulante no Município e dá outras Providências, *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, 02.07.92, Município do Rio de Janeiro.

ALVARENGA, A. (1996), *Rio Cidade: O Urbanismo de Volta às Ruas*, Rio de Janeiro: Muad.

ARCOWEB (s.d.), *Mercado Popular da Rocinha*, Rio de Janeiro, disponível em www.arcoweb.com.br, consultado em 13 de Abril de 2005.

C.M.S. (1982), *Primeiras Jornadas Nacionais sobre Loteamentos Clandestinos*, Seixal, acessível em: <http://www.cm-seixal.pt>

COELHO, G.; LOURES, M.; BERTOLDO, F.; BARROS, J.; CARMO, P. (s.d.), *Paisagem Urbana No Rio de Janeiro: O projeto-Urbano na Cidade entre a Legalidade e a Legitimidade*, Rio de Janeiro.

COSTA, V. (2011), Rio de Janeiro: suas Favelas e a "Primeira Natureza", *Revista Geográfica de América Central*, Número especial, Costa Rica: EGAL.

DGOT (1989), *Encontros sobre Construção Clandestina I e III*, Lisboa: DGOT.

FERREIRA, António Fonseca et al. (1985), *Perfil Social e Estratégias dos "clandestinos" Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.

HALL P. Pfeifer U. (2000), *Urban Future 21: A Global Agenda for Twenty-First Century Cities*, New York.

IBGE (2003), *Metodologia do Censo Demográfico 2000, Séries Relatórios Metodológicos*, 25, Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2011), *Censo Demográfico: Aglomerados Subnormais - Primeiros Resultados*, Rio de Janeiro: IBGE.

KOMLOSY, A., PARMREITER, C., STACHER, I., ZIMMERMANN, S. (1997), *Der informelle Sektor: Konzepte, Widersprüche und Debatten*, KOMLOSY, A; PARMREITER, C; STACHER, I; ZIMMERMANN, S. (org.), *Der informelle Sektor in der Weltwirtschaft*. Frankfurt am Main, Brandes und Apsel e Wien, Südwind, 9-30.

LOPES, R. (1996), *A Economia Informal*, Rio de Janeiro.

MATOS, F. L. de (1989), Breve análise da construção clandestina. O caso do Concelho de Vila Nova de Gaia", *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, I série, V, 61-81, Porto.

MELO, H. Pereira de; TELES, JL. (2000), *Serviços e Informalidade: O comércio Ambulante no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.

MONTE, M. (2010), *Informal Street Vendors and Urban Policies in Rio de Janeiro*, Tese de Mestrado em Desenho Urbano, Berlim: Technische Universität Berlin.

4

2012

A Cidade Africana Contemporânea de Origem Portuguesa: São Tomé Pré e Pós-independência.

The Contemporary African City of Portuguese origin: São Tomé Pre and Post-independence.

Urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.4, n.2, pp.75-88.



São Tomé junto ao cais. (Fonte: Fotografia de I. Godinho, 2009)

Resumo

A cidade de São Tomé foi território português desde as primeiras ocupações até 1975 (data de sua independência), tendo nesse tempo crescido segundo os princípios do urbanismo de origem portuguesa. Para além da cidade planeada e consolidada, construída no período de ocupação colonial, a cidade desenvolveu, sobretudo no período pós-independência, um outro tipo de estrutura sem planeamento. À semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, essa nova estrutura localiza-se na periferia do centro urbano. Este artigo apresenta dois argumentos. O primeiro considera que a cidade de São Tomé apresenta uma estrutura dual, tal como outras cidades africanas: uma zona central planeada, construída no período da ocupação colonial (pré-independência), e outra periurbana, constituída essencialmente por habitações resultantes da expansão habitacional do centro urbano e com certas características semi-rurais: vivendas associadas a espaços de produção agrícola familiar. O segundo argumento refere que tanto a estrutura central planeada, desenvolvida no período colonial, como a estrutura periférica não planeada, desenvolvida posteriormente, têm, na sua origem e desenvolvimento, a procura de relações com o território e, tanto numa como noutra, reconhecem-se estruturas urbanas adaptadas às condições locais.

Abstract

São Tomé city was a Portuguese territory from the first occupations until independence in 1975; during that time, its growth was in line with Portuguese principles of urbanism. Outside of the city, which was planned and built during the colonial occupation, another type of structure developed without any planning. Like other African cities of Portuguese origin, this new structure is located on the outskirts of the urban center. This article presents two arguments. First, like other African cities of Portuguese origin the city of Sao Tome is believed to have a dual structure: a planned central area built during the colonial occupation (pre-independence), and another of essentially peri-urban dwellings resulting from the spread of housing from the urban center and with semi-rural characteristics: houses together with spaces for family agricultural production. Secondly, both the central planned structure of the colonial period and the peripheral structure developed later strive to relate with the territory and the urban structures are therefore adapted to local conditions in both cases.



Figura 1. Cidade de São Tomé. Blocos habitacionais. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2009)



Figura 2. Cidade de São Tomé. Casa elevada do chão assente em estacárias. (Fonte: Viagem a S. Tomé E Príncipe, 2010).

Introdução

No contexto dos estudos urbanos das cidades de origem portuguesa, é comum aceitar que a prática que se processava no continente português foi de certa forma exportada para as cidades da expansão, podendo desse modo afirmar-se que a tradição e a prática vigentes no continente na época (século XV), e em épocas anteriores e posteriores, foram o modelo que lhes serviu de base. Relativamente aos modelos que estiveram na génese das cidades insulares atlânticas e das cidades africanas de origem portuguesa, da qual a cidade de São Tomé faz parte, vários são os autores que referem a influência da cidade medieval e renascentista portuguesa do continente. Segundo Orlando Ribeiro (1962, p. 45), “o primeiro marco da expansão portuguesa, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, completamente ocupados nos meados do século XV, são uma réplica da fisionomia humana de Portugal numa paisagem física que o Continente desconhece onde todas as cidades têm um ar de família”.

Nuno Portas também refere que nas fundações de origem portuguesa fundadas na América Latina, Portugal, Costas da Índia e de África existe uma “constância dos modelos urbanísticos adotados”, assim como a “relação com a civilização de origem (...)” (Portas, 1995, p. 430). Igualmente, José Manuel Fernandes sustenta que os núcleos urbanos em estudo têm “uma influência mais ou menos direta do povoamento português” (Fernandes, 1989, p. 247). Também Manuel C. Teixeira refere que “(...) todas elas tinham o mesmo modelo de referência, o que lhes dava um carácter comum. Estes modelos de referência eram as cidades existentes construídas em Portugal” (Teixeira; Valla, 1998, p. 57).

É igualmente aceite que o seu desenvolvimento foi dual para a maioria das cidades africanas de origem portuguesa. Segundo Isabel Raposo e Cristina Henriques, e referindo-se à cidade de Maputo em Moçambique, “o aglomerado cresce dual: por um lado a cidade de ‘cimento’ dos colonos e por outro o ‘caniço’, sem direito de cidadania, onde se acomodam os seus múltiplos servidores” (Raposo; Henriques, 2005, p. 114). Também David Leite Viana reconhece essa dualidade ao apontar, relativamente à matriz da cidade africana, termos como: “colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, a ordem e a desordem,

o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas. Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a Cidade Africana e que a consubstancia enquanto mosaico urbano plural e polimórfico.” (Viana, 2010, p. 5). Também Ilídio do Amaral, em artigo publicado sobre o sector informal em países de África subsariana, afirma: “Está provado que nos países em desenvolvimento, com manifestas dificuldades do Estado e do sector dito formal darem respostas às necessidades básicas da população, o sector informal supere essas faltas (...)” (Amaral, 2005, p. 58) (Figs.1 e 2).

Um dos aspetos que caracteriza as ocupações de origem portuguesa, também referido por diferentes autores e facilmente observável em várias cidades, é o facto de se verificarem em quase todas elas características decorrentes da adaptação às condições locais, assim como às necessidades económicas, militares e de defesa. No caso das ilhas atlânticas, em cidades como o Funchal (na Ilha da Madeira), Angra do Heroísmo (no arquipélago dos Açores), ou a Cidade Velha (em Cabo Verde), ou cidades do continente africano, como Luanda (em Angola), Maputo e Beira (em Moçambique), só para citar algumas das mais importantes, podemos verificar que as condições físicas do território originaram escolhas cujos objetivos já estavam preestabelecidos: boas condições para a implantação de um porto, acessibilidade para o interior do território, facilidade de plantar culturas rentáveis, defesa da cidade e abastecimento de água à população foram, como para as outras cidades costeiras do continente português, fatores determinantes para a escolha da localização. Também para as áreas não planeadas, situadas nas periferias dos centros urbanos, a maioria das soluções encontradas, apesar dos baixos recursos das populações, são respostas às condições locais e a aspectos de ordem económica, social e ambiental. Assim, em relação à cidade de São Tomé e segundo Ana Silva Fernandes, Sá e Póvoas (2011, p. 2), “a recorrente elevação do solo (apoiando o espaço habitável em estacaria de madeira ou em pilares) ou a portabilidade das edificações (permitindo o desmonte e transporte para outro local) poderão apontar caminhos para a adaptação das construções populares às condições locais”.

David Leite Viana (2010), referindo-se à cidade africana, aponta para a importância das morfologias flexíveis e regenerativas que a caracterizam no sentido de elas serem o resultado da adaptação à diversidade dos contextos. Segundo esse autor, “é importante a consolidação da proposição de morfologias flexíveis e regenerativas da cidade africana, sensíveis e adaptadas à diversidade dos seus contextos (entendidos no sentido lato do termo: social; ambiental; económico; territorial, etc.), alvitando formas derivadas das mesmas” (Viana, 2010, p. 12).

Tendo como ponto de partida as perspetivas anteriormente referidas, analisaremos a cidade de São Tomé contemporânea, de forma a entender as transformações que se operaram ao longo dos diferentes períodos de ocupação, de modo a identificar características que se enquadrem nos argumentos já referidos. Refletiremos, numa primeira parte, sobre a génese e a evolução da cidade de São Tomé pré-independência, a qual designamos cidade histórica ou centro urbano. Depois refletiremos sobre a cidade pós-independência ou cidade dual, constituída pelo centro histórico e pela periferia. E, por fim, teremos uma conclusão acerca dos temas levantados no início deste artigo: a existência de uma cidade dual à semelhança das cidades africanas de origem portuguesa e a relação das estruturas urbanas respectivas com o território por meio da adaptação às condições locais e às necessidades de defesa e de carácter económico e ambiental.

A cidade histórica¹ (pré-independência)

Os primeiros assentamentos que deram origem à cidade de São Tomé, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, surgem com o início do povoamento da ilha quando ela é doada a João Paiva em 1485, cerca de 15 anos após sua descoberta. São Tomé, uma das cidades africanas de origem portuguesa, situa-se no arquipélago de São Tomé e Príncipe e é a sua principal cidade. O arquipélago divide-se em duas ilhas principais (a ilha de São Tomé e a ilha do Príncipe) e várias ilhotas, e foi território português desde a primeira ocupação até 1975, data da sua independência. Situado no Golfo da Guiné, o interesse pela ocupação desse arquipélago desde

¹ Parte do texto deste artigo referente à Cidade Histórica segue a linha desenvolvida em artigo publicado pela autora com o título “A Cidade de S. Tomé” In Fernandes, José Manuel (coordenação), África – Arquitectura e Urbanismo de Matriz Portuguesa. Lisboa: Caleidoscópio, pp. 37-49. ISBN: 978-989-658-147-3.

cedo se mostrou favorável. Esse facto deveu-se essencialmente a dois factores: por um lado, os interesses económicos que a coroa portuguesa mantinha em virtude do comércio no continente africano, por outro lado, as viagens que os portugueses efectuavam no contexto dos descobrimentos, durante o século XV, por todo o Oceano Atlântico.

A implantação do primeiro aglomerado urbano – a Povoação – foi condicionada por diversos factores relacionados com a adaptação às condições locais e com factores geográficos do território preexistente associados a necessidades económicas, sociais, ambientais e de defesa. Nesse sentido, o sítio escolhido caracteriza-se por se localizar junto a uma baía abrigada, numa zona onde existiam boas condições para a criação de um porto natural e as condições topográficas permitiam facilmente a implantação de pontos de defesa. A proximidade de uma ou mais ribeiras constituía igualmente uma característica do sítio escolhido, uma vez que permitiam o abastecimento de água potável às populações. Igualmente, a proximidade de terras que servissem para o cultivo de produtos agrícolas, para a alimentação das populações e apoio aos navios constituía outra das características do sítio para a implantação do núcleo urbano de São Tomé.

Assim, no sítio escolhido, junto a uma baía abrigada (Baía de Ana Chaves) existiam boas condições para a criação de um porto natural. A topografia facilitava a implantação de pontos de defesa e a qualidade das terras proporcionava o cultivo de produtos agrícolas. Igualmente, a proximidade de uma ribeira (ribeira Água Grande), facilitava o abastecimento de água potável às populações. É aceite que a coroa portuguesa recomendou, no início do povoamento, a introdução de várias culturas rentáveis nas diferentes ilhas atlânticas. Este facto fez Francisco Tenreiro se referir à intenção de uma “colonização dirigida”, (Tenreiro, 1956, p. 46), que abarcou todas as ilhas atlânticas, fazendo com que, desde cedo, os primeiros povoadores se apercebessem da importância das terras que melhor se prestavam para a exploração agrícola. O pequeno aglomerado, localizado a nordeste da ilha prosperou durante os primeiros anos em torno dos engenhos de açúcar e do porto, dando origem uns anos mais tarde, à cidade de São Tomé. Apesar da grande prosperidade que a cultura da cana-de-açúcar trouxe a essa ilha e a seus habitantes, durante o século XVI, com a concorrência,

tanto em quantidade como em qualidade do açúcar do nordeste brasileiro, nos fins do século XVII quebrou-se (como anteriormente tinha sucedido na Madeira) a vida agrícola à base da cana sacarina. Segundo a descrição do piloto anónimo acerca da “navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé”, apesar de terem chegado muitos mestres da ilha da Madeira para melhorarem sua qualidade, e “para fazerem os açucares mais brancos e mais duros (...) por mais diligências que tenham posto nisso, não o podem conseguir” (Albuquerque, 1989, p. 24). Segundo Francisco Tenreiro (1961, p. 72), “isto foi, não só uma consequência das incomensuráveis possibilidades do Brasil em terras para açúcar e da política ultramarina portuguesa, que depositou na América do Sul e na Índia todos os seus sonhos de grandeza, como resultou também da má qualidade do produto de São Tomé, que tinha nos mercados cotação inferior ao da Madeira e ao Brasil”.

À semelhança das outras ilhas atlânticas de origem portuguesa, o desenvolvimento da estrutura urbana é marcado pela presença da baía e da ribeira (Fig.3). Durante o século XVI, foi instalado o núcleo de carácter civil e religioso em torno da torre do capitão e da igreja Matriz de N. Sa. da Graça e da igreja e hospital da Misericórdia. Com o surto de desenvolvimento económico provocado pelo comércio açucareiro e com o aumento da população, a cidade cresce para poente desenvolvendo-se um outro núcleo, de carácter mercantil, ligado ao porto e aos edifícios cujas funções com ele estão associadas – o edifício da alfândega e o edifício da feitoria. A estrutura urbana inicial desenvolve-se assim, a partir de uma pequena rua, junto à costa e paralela ao mar que separa o quarteirão da Misericórdia do quarteirão dos edifícios confinantes com a torre. Essa rua liga o núcleo da Sé e da Misericórdia ao porto e constituiu o que se designou, segundo a planta de João Rozendo Tavares Leote (1788/1796), “Rua Grande” e, posteriormente, “Rua Direita” (Brásio, 1955c, p. 190).

O povoamento inicial era, portanto, do tipo linear e fazia-se ao longo desse caminho que acompanhava a linha da costa. Esse eixo é o elemento estruturador da cidade e é ao longo dele que se implantam os edifícios institucionais mais importantes da cidade: a torre do capitão, a Misericórdia e a Sé – ligada a esta por um amplo terreiro –, posteriormente, a alfândega, a câmara e a cadeia, e mais tarde, a fortaleza de S. Sebastião para nascente



Figura 3. Cidade de São Tomé. Vista da baía. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2009)



Figura 4. Cidade de São Tomé. Quarteirões na baixa de São Tomé. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2009)

e a igreja de S. João para poente. A adaptação às condições geográficas locais – é cara pela forma como foram implantados os primeiros edifícios e pela forma como se desenvolveu a primeira rua (ou caminho) de São Tomé, isto é, pela forma como a cidade evoluiu e se estruturou.

Na cidade de São Tomé, tal como se verificou para muitas outras cidades de origem portuguesa, existe um caminho ao longo da costa que constitui a estrutura primordial de ocupação do território. A Rua Direita, para além de ligar vários elementos urbanos de grande significado, estrutura uma malha urbana constituída por outras novas ruas que se cruzam com estas, mais ou menos na perpendicular.

Cria-se, assim, numa primeira fase, uma estrutura regular de quarteirões alongados, essencialmente constituídos por edifícios que serviam de armazém para guardar os açúcares e por edifícios pertencentes à alfândega, podendo ainda hoje adivinhar-se através do traçado existente. Os lotes urbanos são paralelos uns aos outros e ocupam de um lado ao outro do quarteirão, tendo uma frente para uma rua principal e outra para uma rua secundária (Fig.4).

A esse traçado corresponde a primeira fase de desenvolvimento urbano, iniciada com a chegada dos primeiros colonos e essencialmente marcada pela existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga. Essa fase, comum a outras cidades atlânticas de origem portuguesa (como o Funchal, Angra ou Ribeira Grande), é caracterizada pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos) ao longo do desenvolvimento da referida rua.

Mais tarde assiste-se, durante o século XVII, a uma outra fase de desenvolvimento urbano, marcada por uma malha regular que ainda hoje se reconhece na actual baixa de São Tomé. A estrutura de quarteirão caracteriza-se pela existência de lotes com uma única frente virada para a rua, sendo que a outra dá para o interior do quarteirão. A forma dos quarteirões passa a ser mais parecida com o quadrado. Nessa fase de crescimento, o núcleo urbano estende-se para o interior e ao longo da marginal, com a implantação de novas igrejas e pontos defensivos.

Os primeiros exemplos conhecidos são: a igreja de S. João Baptista, no local da atual igreja de S. João, a poente do núcleo central da cidade; a igreja da Madre de Deus, a “um quarto de légua [da cidade]” (Brásio, 1955b, p. 18); a igreja de Santo Amaro, “no termo da cidade” (Brásio, 1955a, p. 3); a capela de S. Sebastião, em frente à fortaleza de S. Sebastião e, por conseguinte, no extremo nascente da cidade; o Real Hospício de Santo António dos Capuchinhos Italianos, cuja localização não foi detectada; um outro hospício, este “no melhor çitio que tem a Cid.e” (Ambrósio, 1970, p. 298), não se reconhecendo a sua localização concreta; e finalmente um outro, o da Ordem de Santo Agostinho, que se localiza junto à Igreja da Conceição e que, em todo o caso, pode ser o anteriormente referido, cujo nome e local não se reconhecem.

À semelhança das outras cidades insulares portuguesas situadas junto a baías, as fortalezas são construídas nos seus extremos. Na cidade de São Tomé, contrariamente a muitas outras suas contemporâneas, não se verificou a construção de muralhas, apenas se verificou o início da construção de uma trincheira. As boas condições de defesa da baía (com uma curvatura muito apertada) talvez fosse a razão para a sua inexistência. Nessa altura (meados do século XVI), só a fortaleza de S. Sebastião foi edificada, no entanto, em 1613/1614 e em 1756, respetivamente, outros dois pontos defensivos foram instalados: o forte de S. Jerónimo, junto à Praia Pequena, e o Forte de S. José, no outro extremo da baía, na ponta de Cabo Verde. Dada a localização desses edifícios, é possível reconhecer uma rede viária em estrela que, a par com a ribeira que penetra para o interior da ilha, acentua essa tendência e fez com que o aglomerado se desenvolvesse para o interior.

Assim, essa fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente uma forma quadrangular, e onde a hierarquia das ruas anteriormente verificada desaparece para dar lugar a uma nova forma onde as frentes dos lotes dão para as ruas e as traseiras para os interiores dos quarteirões, organizando-se costas com costas. Aqui os traçados são influenciados pelo modo

de fazer cidade no continente português no século XV e XVI, onde a influência da teorização acerca da cidade ideal renascentista tem um papel importante. Aqui, como noutros casos já referenciados, o núcleo urbano de São Tomé estende-se para o interior através da implantação de igrejas ou pontos defensivos, criando por um lado uma rede viária em estrela, que J. M. Fernandes (1989, p. 248), designa por estrutura “radioconcêntrica” ou “irradiante”. Por meio da observação das plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino dos séculos XVII e XVIII, podemos bem verificar esta tendência.

Posteriormente e durante o século XX, o crescimento da cidade é marcado por importantes obras de saneamento, associadas à existência de pântanos e ao aparecimento de novos bairros de vivendas isoladas, típicas do Estado Novo, construídos sobre eles. São de destacar o antigo bairro Salazar (a norte), e o antigo bairro Marcelo Caetano (a poente, junto à marginal), construídos nos anos 50 do século XX. Também, o aparecimento de novos edifícios de equipamento como os do antigo cineteatro, do arquivo histórico e do mercado municipal, entre outros, imprimem à cidade o cunho modernista próprio da época (Fig.5).

Atualmente, podemos encontrar alguns edifícios e conjuntos urbanos de referência construídos no período colonial. Um exemplo é o edifício do Palácio presidencial, situado no local onde, por volta de 1492/1493, mandou-se construir, por Álvaro de Caminha a torre do capitão, um dos edifícios mais importantes da cidade, situado junto à ribeira, na Praça do Povo. Também situada junto à Praça do Povo, a antiga igreja de N. Sa. da Graça, actual Sé de São Tomé, teve sua construção iniciada no reinado de D. Manuel, na altura em que Álvaro Caminha era capitão da ilha. Segundo se presume, a atual Sé teve várias reconstruções: a primeira, por ordem do rei D. Sebastião, entre 1576 e 1578; posteriormente, em 1814, por iniciativa de alguns habitantes da ilha; e mais recentemente em 1956, verificando-se algumas alterações na fachada principal. A antiga Misericórdia, atual tribunal, é outro dos edifícios que podemos destacar entre as construções de referência do período colonial. Situado mais para norte, e por conseguinte mais perto da praia, em frente à Praça da Revolução, o atual tribunal localiza-se no antigo edifício da Misericórdia, constituído pela igreja

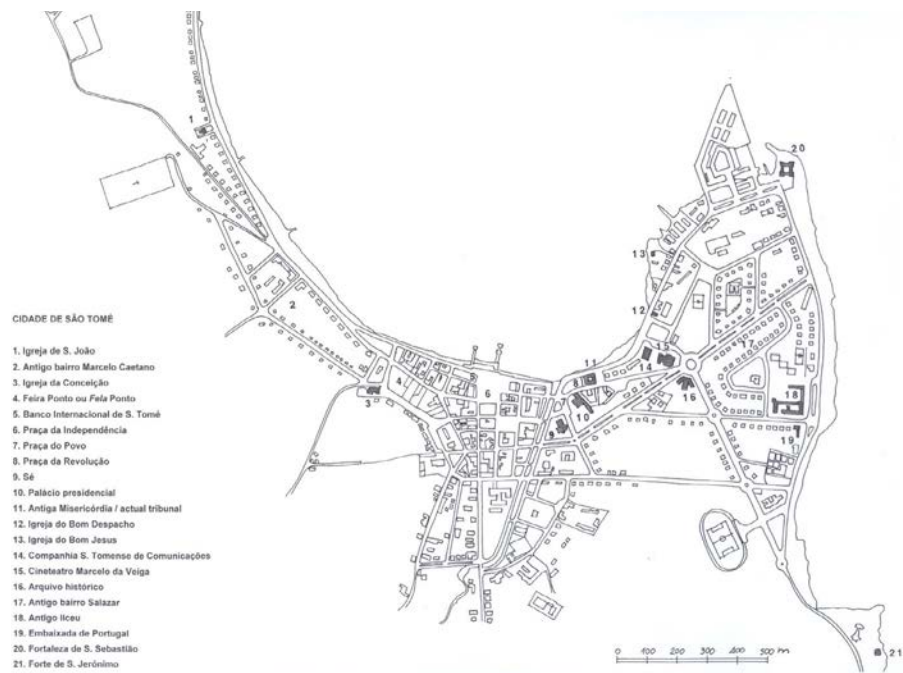


Figura 5. Cidade de São Tomé. Planta com a indicação dos edifícios e espaços urbanos significativos maioritariamente do período colonial. A partir do "Levantamento da cidade de São Tomé". Escala do original 1:2.500. SCOTRDSTP. (Fonte: Dados da pesquisa, 2001)



Figura 6. Casas coloniais de planta quadrangular construídas no período pré-independência. (Fonte: Viagem a S. Tomé e Príncipe, 2010)



Figura 7. Periferia da cidade de São Tomé; Casas de madeira. (Fonte: Viagem a S. Tomé e Príncipe, 2010)

e pelo hospital e mandado construir por D. Manuel em 1504. Na época em que foi construído, esse conjunto situava-se num dos melhores terrenos da povoação, não longe da Sé e da torre, integrando o núcleo primordial da povoação. Relativamente a conjuntos urbanos é de salientar o conjunto de quarteirões situado na atual baixa de São Tomé, constituído por edifícios de dois, três e quatro pisos, construído entre os séculos XVII e XIX e marcado pela regularidade do traçado urbano e de forma quadrangular.

Esse conjunto integra ainda hoje um tecido urbano consolidado e edifícios semelhantes aos construídos na mesma época no continente português. De cariz modernista, destacam-se: o edifício do mercado municipal, situado junto ao antigo frigorífico municipal na Avenida da Conceição; o edifício do liceu nacional, na Avenida da Armada; os edifícios do arquivo histórico e do antigo cinema Império (atual cineteatro Marcelo da Veiga), localizados na Praça dos Heróis da Liberdade, ambos construídos no fim dos anos 60 e recentemente recuperados; o edifício da Companhia Santomense de Telecomunicações, situado na marginal; e o edifício do atual Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, na Praça da Independência.

Localizadas sobretudo junto à marginal, ainda podemos encontrar algumas antigas casas coloniais de um ou dois pisos, sobrelevadas em relação ao pavimento térreo, formando uma caixa de ar (permitindo que o ar circule de modo a refrescar a casa e impedir a propagação da humidade), e construídas em madeira (Fig.6). Na sua maioria, a planta apresenta a forma quadrangular e o telhado é de duas ou quatro águas, incluindo, normalmente, varandas corridas em todas as fachadas, de modo a que as janelas fiquem à sombra.

Essas casas, tipicamente coloniais, são designadas por Francisco Tenreiro como o tipo tradicional de habitação na ilha de São Tomé (Fig.7). Segundo o mesmo autor, este tipo de casas apresenta as seguintes características: “ser de traça quadrangular, assentar em estacaria e inteiramente construída de elementos vegetais – tabuado, palha, nervuras e andalas de certas palmeiras. Mais complexa ou não, consoante o nível social do seu proprietário, a casa é por toda a ilha a réplica da Natureza.” (Tenreiro, 1961, p.123).

Há a destacar o edifício da atual embaixada de Portugal, cuidadosamente recuperado e localizado no cruzamento da Avenida da Armada com a Avenida Eng. Rebelo de Andrade, e alguns exemplares também recuperados, junto à marginal. Segundo Tenreiro (1961, p.123):

“a construção da casa é simples. Traçado o quadrilátero, assentam-se os prumos, de boas madeiras, como a de jaca, quina e pau-ferro, que constituíram a estacaria e o esqueleto, que depois de devidamente travado por paus colocados na diagonal será forrado de tabuado, deixando somente aberturas destinadas às janelas e à porta. A escada é exterior e a cozinha, em anexo, também de traçado quadrangular, terá proporções mais ou menos modestas, quase sempre térrea e separada do edifício principal. A casa assim construída apresenta a possibilidade de se desmanchar facilmente nos seus elementos constitutivos, permitindo que o seu proprietário, em caso de necessidade o desmonte e transporte para outro local mais do seu agrado”.

Verificou-se igualmente nesta altura o crescimento da cintura periférica ao centro urbano, em virtude da migração da população do interior da ilha, mais pobre, e atraída pelas ofertas de trabalho proporcionadas pela proximidade do centro urbano. Esse crescimento ocorreu, na maior parte dos casos, de forma espontânea, sem o controlo e sem o apoio político e administrativo. Aqui as casas são também de materiais naturais, no entanto de forma mais simples e modesta. São também de forma quadrangular, mas muitas são só com uma divisão. Normalmente abrem para um pequeno quintal onde as mulheres preparam os alimentos e fazem suas atividades diárias.

A cidade pós-independência

Na década de 1970, após a revolução de 25 de abril de 1974 e a independência das colónias africanas, verificou-se em todas elas a saída da maioria dos residentes de origem portuguesa, retornando ao continente português. Porém, nesta altura, no arquipélago de São Tomé houve dois movimentos populacionais – a saída da maioria dos residentes

portugueses e o regresso de centenas de refugiados são-tomenses vindos de Angola. Após independência, em 1975, o centro urbano foi ocupado pela elite nacional, mantendo-se a periferia como habitação de apoio à mão de obra que servia ao núcleo urbano. O centro urbano ou a cidade histórica mantiveram-se após a independência, até ao fim do século XX, quase sem alterações; apenas alguns edifícios se foram degradando e a cidade assemelhava-se, até há bem pouco tempo, a uma cidade parada no tempo. Atualmente, bastantes edifícios foram recuperados, as casas pintadas, e a cidade recuperou a beleza e o aspeto aprazível de épocas anteriores. Segundo dados do site oficial da Direção Geral de Turismo de São Tomé e Príncipe, atualmente a população de São Tomé e Príncipe resulta essencialmente de uma mistura de descendentes de escravos vindos de África e portugueses europeus. Segundo a mesma fonte, nas últimas décadas, a população tem crescido consideravelmente; todavia, com pouco mais de 151 mil habitantes, este país é um dos menores da África (São Tomé e Príncipe, 2012a).

Segundo um estudo divulgado pelo Gabinete de Ambiente de São Tomé e Príncipe (GASTP), do total da população, à volta de 131 mil vivem em São Tomé e 6 mil no Príncipe (São Tomé e Príncipe, 2012b). Mais de 60% da população concentra-se num raio de 10 km da capital do país nas duas das sete áreas administrativas (Distritos de Água Grande e de Me-Zóchi), que representam apenas 13,8% do território nacional. Ainda de acordo com o GASTP,

“a taxa de crescimento médio anual da população é de 1,6% por ano. A densidade populacional de São Tomé e Príncipe é de 137 habitantes por km². No entanto, ela chega a ser grande em algumas localidades (3.000 hab./km² no norte e nordeste de São Tomé) – e muito reduzida noutras (20 hab./km² no Sul-sudeste de São Tomé e na ilha do Príncipe), derivado do sucessivo fluxo da população em direção às zonas urbanas e peri-urbanas.” (São Tomé e Príncipe, 2012b, p.11-12).

Na capital, a densidade da população atinge o valor mais alto: 3.145 habitantes por km² enquanto o Distrito de Caué, (26,7% da superfície do país), tem apenas 21 habitantes por km². O distrito de Água Grande,

onde se situa a cidade de São Tomé, tem atualmente uma densidade populacional de quase 3 mil habitantes por quilómetro quadrado, sendo o Distrito com a maior concentração humana do país. Segundo o Plano Distrital do Ambiente para o Desenvolvimento Durável (PDADD),

“a migração interna rumo à Capital e seus arredores apresentava em 1991 uma taxa da ordem dos 2% ao ano. Tal fenómeno faz com que uma parte cada vez mais numerosa e em crescimento contínuo dessa população viva desenquadrada e em condições extremamente precárias, ao ser constituída por indivíduos deslocados e desenraizados, em busca de estruturas de acolhimento e meios de sobrevivência, que infelizmente não conseguem encontrar e nem é provável que venham a encontrar, ainda que a médio prazo, ou se calhar, mesmo até a longo prazo.” (São Tomé e Príncipe, 2012, p.27-28).

As ocupações, situadas próximo dos limites geográficos do centro histórico de São Tomé, são preenchidas por populações com poucos recursos e, por esse facto, verifica-se na maioria dos casos a coexistência de habitações associadas a atividades agrícolas (Figs.8 e 9). À semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, e como refere Isabel Raposo e Cristina Henriques, em relação à cidade de Maputo, “a expansão das áreas peri-urbanas, processa-se primeiro, de modo quase mono funcional, com a emergência de atividades económicas e a introdução de equipamentos e serviços de bairro os quais concorrem para o incremento da urbanidade” (Raposo, Henriques, 2005, p.116). Assim, o que inicialmente era ocupado por edifícios para habitação passou depois a servir para outras atividades de comércio ou serviço.

A cidade dual

Atualmente, a cidade de São Tomé é o núcleo urbano principal da ilha, o centro da rede de transportes e estradas, uma vez que é atravessada pela via de comunicação principal (a estrada que percorre o perímetro da ilha) e, à semelhança de outras cidades africanas de origem portuguesa, desenvolveu-se de forma dual: por um lado, encontramos o centro urbano consolidado, construído no período colonial; por outro, temos as zonas periurbanas nas margens do centro urbano com construções precárias,



Figura 8. Bairro do Riboque; casas de madeira. (Fonte: Viagem a S. Tomé E Príncipe, 2010)



Figura 10. Periferia da cidade de São Tomé; rua principal ladeada de casas de madeira. (Fonte: Viagem a S. Tomé E Príncipe, 2010)



Figura 9. Bairro do Riboque; arruamento. (Fonte: Viagem a S. Tomé E Príncipe, 2010)



Figura 11. Periferia da cidade de São Tomé; rua secundária. (Fonte: Viagem a S. Tomé E Príncipe, 2010)

feitas de materiais naturais, sobretudo de madeira (com cobertura de chapa de zinco), e ocupando grandes extensões de território. Aqui as casas assemelham-se às casas tradicionais do centro histórico, embora de forma mais modesta. Assim, também são de traçado quadrangular, com cozinha anexa, e são igualmente construídas com materiais naturais: a estrutura de madeira e cobertura de folhas de palmeira ou chapa, embora mais recentemente de zinco.

Alguns desses assentamentos desenvolveram-se, ainda no período pré-independência, na envolvente da cidade histórica: grandes áreas habitacionais que, segundo a terminologia de José Forjaz, poderemos considerar como sendo assentamentos informais.

Segundo esse autor, o “assentamento informal é, na maioria dos casos, a consequência de um processo longo e complexo de ajustamento das famílias, e dos indivíduos, a condições adversas onde os seus interesses, muitas vezes opostos, encontram formas de coexistência num equilíbrio precário mas, apesar de tudo, reconhecido por todos dentro do assentamento informal, ainda que tal nem sempre pressuponha o reconhecimento oficial pelas autoridades.” (Forjaz, 2006, p.42).

Essas zonas são ocupadas pelas populações do interior da ilha, que, por razões económicas ou mesmo sociais, decidem ocupar um território fora do centro urbano, mas com alguma proximidade em relação a este. Aqui cada indivíduo é o responsável pelas intervenções estruturais, habitacionais, viárias e sanitárias da sua própria casa, sem qualquer preocupação em relação ao espaço urbano coletivo. Apesar de esse tipo de estrutura não ter sido planeada, reconhece-se no parcelamento dos bairros uma hierarquia de vias estruturadas a partir dos caminhos principais de acesso ao centro urbano. Apesar de não serem loteados, no sentido tradicional do termo, reconhece-se neles uma hierarquia de caminhos de acesso às habitações a partir das vias principais de acesso aos bairros (Figs.10 e 11).

Na maioria dos bairros existe uma rede viária principal periférica constituída pelas vias de acesso à cidade. Não existem estradas acessíveis a viaturas no interior, mas sim alguns arruamentos bastante degradados

pelos efeitos da erosão. A rede de caminhos de peões que dá acesso às casas é constituída por caminhos de pé posto (de terra batida), bastante estreitos, degradados pela erosão e muitas vezes estrangulados por outras construções ou pelos seus quintais.

Podemos, desse modo, identificar em muitos casos vias de distribuição principais (rodovias), vias em asfalto deteriorado, caminhos de terra batida (caminhos de pé-posto) e ainda outros caminhos mais estreitos e tortuosos, resultante do espaço não ocupado e resultante de acrescentos ou novas construções em bairros já densamente ocupados. Assim, como referem Isabel Raposo e Henriques (2005, p.117), também aqui, “o aumento da densidade destes bairros faz[-se] não apenas através da ocupação de espaços livres públicos mas também do aumento da densidade das unidades habitacionais, quer com a subdivisão dos talhões, quer com o aumento do número de construções no talhão, o que confere nova fisionomia às áreas habitacionais”.

Essa dicotomia, resultante destes dois tipos de assentamentos (pré e pós-colonial), gera situações de segregação social e as estruturas urbanas são constituídas por espaços e edifícios com indícios de suburbanidade com zonas de ocupação bastante precária. A situação de precariedade resulta, em grande parte, da ausência de planeamento e controlo do uso do solo, resultando daí grandes extensões habitacionais sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamentos sociais. Apesar disso, segundo Forjaz (2006, p.42), “os assentamentos informais são zonas urbanas em constante crescimento, que não oferecem aos seus residentes condições de vida minimamente aceitáveis, apesar de existirem neles aspetos bastante atrativos, sobretudo no que diz respeito à sua localização favorável em relação aos centros de emprego e de serviços”.

A malha urbana que constitui esses bairros é como um somatório de intervenções sem visão de conjunto, sendo os únicos espaços públicos os caminhos de acesso às casas ou aos quintais. As formas de ocupação do solo resultam, desse modo, diversificadas, sem limites precisos, ao contrário do que podemos verificar no traçado colonial. A falta de infraestruturas básicas é visível – o fornecimento de água potável canalizada, de energia

para iluminação pública ou um sistema de remoção de lixo adequado são inexistentes, retirando qualidade de vida e de conforto às populações que habitam nessas áreas. Se por um lado, verificamos baixa qualidade de construção, por outro, verificamos igualmente preocupações de adaptação às condições locais. Embora existam casas de alvenaria de tijolo, a maioria das casas é construída em materiais tradicionais cobertos de zinco ou capim e assente em estaca (tipo palafitas), por causa dos solos pantanosos que rodeiam a cidade. As cozinhas e casas de banhos (que nem sempre existem) por vezes encontram-se situadas fora das casas, anexas.

Alguns dos aspetos negativos desse tipo de assentamentos são, como para outras cidades africanas, a ocupação de lugares inadequados com risco de inundações, sobretudo porque a cidade de São Tomé assenta, em grande parte, sobre áreas pantanosas. No entanto, podemos reconhecer a integração na estrutura urbana da cidade, no sistema de ruas e estradas ou na topografia do terreno, uma vez que, tal como se verificou durante o período colonial, esse tipo de assentamentos desenvolveu-se de forma descontínua e com maior densidade junto às vias de acesso ao centro da cidade.

Para além dos aspectos técnicos e formais anteriormente descritos, os problemas ambientais dessa zona devem-se sobretudo ao aumento populacional e aos baixos recursos económicos das populações que nelas habitam. Segundo o PDADD, “o principal fluxo de emigração nacional está dirigido para São Tomé, capital do país, originando uma pressão crescente sobre os recursos naturais, sociais e económicos do mesmo. Os efeitos deste aumento demográfico descontrolado são visíveis com o surgimento e crescimento de bairros marginais na capital, maior pressão sobre o já difícil acesso às infraestruturas incluindo água canalizada, sistema de saneamento, energia, habitação, etc.” (São Tomé e Príncipe, 2012, p.61).

Conclusão

Relativamente ao desenvolvimento urbano da cidade de São Tomé, podemos reconhecer como em muitas cidades de origem portuguesa uma dualidade no seu desenvolvimento, por um lado a cidade histórica construída no período colonial, por outro a cidade do subúrbio construída essencialmente pós-independência nas margens do centro urbano. Relativo à cidade colonial, podemos reconhecer, como noutras cidades de origem portuguesa, fases de desenvolvimento urbano distintas e onde a adaptação às condições locais e as necessidades relacionadas com aspectos económicos, militares, sociais e ambientais são fatores determinantes.

Assim, com a chegada dos primeiros colonos, a primeira fase é essencialmente marcada pela escolha da localização (junto a uma baía abrigada, com boas condições para a criação de um porto natural, com condições topográficas boas para a implantação de pontos de defesa e próxima de uma ou ribeira para abastecimento de água potável às populações), e pelos primeiros assentamentos. Verifica-se a existência de dois núcleos urbanos e uma rua principal que os liga e caracteriza-se pelo crescimento do tipo linear (paralelo ou perpendicular à costa, consoante os casos), através do desenvolvimento da referida rua. Aqui as condicionantes naturais foram determinantes para o desenvolvimento do centro histórico. Seguidamente o surgimento de um conjunto de ruas paralelas (ruas principais e secundárias), e perpendiculares à primeira (travessas), criando uma malha urbana de quarteirões alongados, de planimetria retangular, e uma hierarquia de ruas definida pelas ruas principais e secundárias marca outro tipo de desenvolvimento decorrente dos primeiros assentamentos. Posteriormente, a outra fase de desenvolvimento urbano caracteriza-se, por um lado, pela implantação de edifícios significativos (igrejas, conventos e fortalezas) fora do tecido urbano inicial e, por outro, pelo desenvolvimento de malhas urbanas em retícula, onde os quarteirões apresentam normalmente forma quadrangular. Por outro lado, verificamos que na forma de ocupação dos territórios periféricos nas cidades africanas de origem portuguesa (na maioria, constituída por construções precárias e muito deficitária em termos de salubridade e higiene) reconhece-se também uma adaptação às condições locais, tal como se reconhece nas cidades de origem portuguesa espalhadas pelo mundo.

Conclui-se que a procura de um sítio adequado para a localização da cidade e os aspetos geográficos a que a ilha está sujeita, bem como os aspectos económicos sociais e ambientais condicionaram fortemente os primeiros assentamentos e a escolha da localização da cidade. Por outro lado, a forma como a cidade evoluiu e a forma como a periferia se desenvolveu obedecem a critérios associados às condições geográficas locais e também a factores associados com aspectos económicos, sociais e ambientais: crescimento de bairros marginais ao núcleo antigo, desenvolvimento de ruas paralelas e perpendiculares à linha de costa, desenvolvimento aglomerados juntos aos caminhos para o interior da ilha e soluções construtivas adaptáveis ao clima e à morfologia do território.

Verificam-se, tanto nas construções tradicionais do centro urbano do período colonial como nas construções da periferia, algumas semelhanças: casas construídas com materiais naturais, com estrutura em madeira de forma quadrangular, separadas do chão, muitas com varanda a toda a volta da casa, por vezes com coberturas de duas águas e vários anexos (currais, galinheiros, casas para guardar animais domésticos, ou até cozinhas e pequenos arrumos). Tais semelhanças resultam das condições do ambiente. Por outro lado, o facto de inicialmente o núcleo urbano se desenvolver numa zona onde facilmente se poderia construir um porto natural e, mais tarde, se desenvolverem grandes aglomerados populacionais na periferia do centro urbano relaciona-se com factores económicos e sociais, no sentido em que em ambas as situações subsistia o desenvolvimento económico e a procura de melhores condições de vida por parte das populações.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L. de. (Dir.), (1989), *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa: Publicações Alfa.
- AMARAL, I. (2005), Importância do sector informal da economia urbana em países da África Subsariana, *Finisterra*, v. 40, n. 79, p. 53-72.
- AMBRÓSIO, A. (1970), Manuel Rosário Pinto (a sua vida), *Stvdia, Centro de Estudo Históricos Ultramarinos*, n. 30-31, p. 205-329.
- BRÁSIO, A. (1955a), *Monumenta Missionária Africana*, (coligida e anotada), v. III, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- BRÁSIO, A. (1955b), *Monumenta Missionária Africana*, (coligida e anotada), v. V, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- BRÁSIO, A. (1955c), *Monumenta Missionária Africana*, (coligida e anotada), v. VI, Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- FERNANDES, A. S.; SÁ, M. F. de; PÓVOAS, R. F. (2011), Tradições: entre o indígena e o informal. Endogenia e heterogenia na arquitetura popular em São Tomé, *Anais eletrónicos, Congresso Lusomoçambicano de Engenharia*, 6, Maputo, acessível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57228/2/3042.pdf>, consultado em: julho 2012.
- FERNANDES, J. M. (1989), O funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico. Estudo comparativo e de enquadramento Histórico-estrutural, *Actas Colóquio Internacional De História Da Madeira*, 1, Funchal: Governo Regional da Madeira, p. 247-260.
- FORJAZ, A. (Coord.), (2006), *Moçambique, melhoramento dos assentamentos informais, análise da situação & proposta de estratégias de intervenção*, Maputo: Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat.
- NEVES, C. A. das (1989), *S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVII*, Funchal: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração.
- PORTAS, N. (1995), Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas, GULBENKIEN, F. C. (Org.), *Estudos de História de Arte (Homenagem a Artur Nobre Gusmão)*, Lisboa. p. 430-435.
- RIBEIRO, O. (1962), *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*, Lisboa: J.I.U.
- RAPOSO, I.; HENRIQUES, C. (2005), (Sub) urbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo, *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa – Cidades Africanas*, n. 5, p. 114-123.

Arquitetura Portuguesa de Autor: Aproximações à Arquitetura Popular.

Portuguese architecture
Author: Approachesto
Popular architecture.

Colóquio Internacional Arquitetura Popular Tradição e Vanguarda – Livro de Atas, Editor: ANDRÉ, Paula. Lisboa: DINAMIA'CET. p.140-153.



Casa Metelo. Vista sobre a casa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar os traços da arquitetura popular (a partir do Inquérito), na arquitetura erudita (de autor), na segunda metade do século XX a partir da análise de três obras de arquitetos portugueses projetadas e construídas nas décadas de 1950 e 1990 e da leitura do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa (1955-1960). No seguimento do repto lançado por Leal (2011) acerca do diálogo entre o erudito e o popular, e partindo da arquitetura erudita, este texto apresenta três habitações unifamiliares onde é possível reconhecer raízes da arquitetura popular numa atitude que associa os princípios da arquitetura moderna e a tradição da arquitetura rural. Este artigo organiza-se em quatro partes: o corpo do texto que faz uma leitura dos casos de estudo e do Inquérito, antecedido de uma Introdução de modo a enquadrar o tema a tratar, seguido de uma Conclusão e de uma Bibliografia. O primeiro caso de estudo corresponde àquilo a que alguns autores designam por “segunda geração no Movimento Moderno” (Tostões, 1997: 40) e é uma obra realizada entre os anos 50 e 60 do século XX, fortemente marcada por um processo de reflexão e crítica a certas premissas do Movimento Moderno. Referimo-nos à Casa Metelo construída, no Banzão, em Sintra (1957/1959), e projetada pelos arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922) e Nuno Portas (1934). A Casa em Moledo, Caminha (1991/1997), do arquiteto Eduardo Souto de Moura (1952), e a Casa Saraiva de Lima II, em Alcácer-do-Sal (1998/2001) projetada pelo arquiteto João Pedro Falcão de Campos (1961), são os dois outros exemplos escolhidos. Em todos eles encontramos traços comuns e reconhecíveis dos princípios da arquitetura popular apresentados no Inquérito.

Abstract

The aim of this paper is to identify the traces of popular architecture (from the Inquiry), in the erudite architecture (author), in the second half of the XX century from the analysis of three portuguese architects, designed and built in the decades of 1950 and 1990, and the reading of the Portuguese Regional Architecture Survey (1955-1960). Following the challenge presented by Leal (2011) about the dialogue between erudite and popular, this text presents three single-family houses where it is possible to recognize the roots of popular architecture in an attitude that combines the principles of modern architecture and tradition of rural architecture. This article is organized in four parts: the main text that makes a reading the case studies and the Inquiry, preceded by an Introduction in order to frame the subject to be discussed, followed by a Conclusion and a Bibliography. The first case study corresponds to what some authors call “second generation in Modern Movement” (Tostões, 1997: 40) and it is a work carried out between the 50s and 60s of the twentieth century, strongly marked by a process of reflection and criticism of certain premises of the Modern Movement. We refer to the Casa Metelo, in Banzão, Sintra (1957/1959), and designed by the architects Nuno Teotónio Pereira (1922) and Nuno Portas (1934). The House in Moledo, Caminha (1991/1997), by the architect Eduardo Souto de Moura (1952), and Casa Saraiva de Lima II in Alcácer-do-Sal (1998/2001) designed by the architect João Pedro Falcão de Campos (1961) are the two other examples chosen. In all of them we find common traces and recognizable of the principles of popular architecture presented in the Inquiry.

Introdução

Este artigo parte do pressuposto, aceite por vários investigadores, que o Inquérito foi-se tornando “uma obra de referência para os arquitectos portugueses, sendo-lhe atribuído um papel importante no desenvolvimento da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX.” (Teixeira, p.156, 2013). O nosso objectivo é fazer uma análise da arquitetura de autor da segunda metade do século XX a partir de três habitações unifamiliares em confronto com os fundamentos da arquitetura popular apresentados no Inquérito. Neste sentido, interessa-nos refletir sobre os aspetos relacionados com “formas e expressões” (Inquérito, p. 93, 1988), ou seja, na linguagem de Keil do Amaral e da sua equipa, através de “uma análise sob o aspeto plástico” da arquitetura (Inquérito, p.93, 1988). A metodologia utilizada assenta assim na leitura dos casos de estudo escolhidos e do Inquérito através da recolha bibliográfica e iconográfica à luz de diferentes tópicos tais como: a forma de implantação dos edifícios e a sua relação com o terreno onde se implantam e com a orientação solar, a relação dos volumes, dos espaços e das superfícies, os efeitos de luz e sombra, a relação e a disposição entre os cheios e vazios, os materiais e os sistemas construtivos, etc. Não iremos, portanto, fazer uma leitura nem do ponto de vista histórico, nem do ponto de vista conceptual (são muitos os contributos quer nacionais quer internacionais sobre a arquitetura popular a partir destas duas vertentes), vamos sim, fazer uma leitura entre os casos de estudo escolhidos – habitações unifamiliares construídas nas décadas de 1950 e 1990 e as soluções do ponto de vista funcional, construtivo e formal apresentadas no Inquérito.

A primeira obra que iremos apresentar marca um período de viragem no campo disciplinar da arquitetura em Portugal. É aceite que a partir da década de 1950 podemos encontrar um número significativo de propostas resultantes da aproximação aos valores da arquitetura vernacular, popular como forma de afirmação de uma entidade cultural (Fernandes (1996), Tostões (1997), Leal (2000; 2009, 2011), Teixeira (2013), Farias (2013), entre outros). É aceite igualmente que neste período, se assistem a certas mudanças de linguagem e de formas de construir através da percepção das virtudes e qualidades da arquitetura popular que resultaram numa nova sensibilidade em relação ao modo de leitura do lugar, do território, dos

sistemas construtivos, e da utilização de materiais de construção. “Embora o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal tivesse exclusivamente objectivos de estudo da arquitectura popular e não pretendesse, portanto, definir – à semelhança da Casa Portuguesa – um programa estilístico, teve um impacto considerável na produção arquitectónica portuguesa da época, facilitando a abertura para novas formas de diálogo entre arquitectura moderna e arquitectura vernácula, (...).” (Leal, p. 8, 2009). A Casa Metelo de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, a Casa em Moledo de Souto de Moura e a Casa Saraiva de Lima II de João Pedro Falcão de Campos são, entre muitas outras que poderíamos incluir neste estudo, propostas que poderão ir ao encontro da leitura que pretendemos fazer a partir do pressuposto inicial.

Casa Metelo na Praia das Maças

A Casa Metelo, também conhecida como Casa na Praia das Maças (Portas e Pereira, 1963) foi projectada pelo arquitectos Nuno Teotónio Pereira (1922) e Nuno Portas (1934), entre 1958 e 1959. A casa, situa-se no Alto da Salada, no Banzão perto de Sintra, no meio de um pinhal e implanta-se numa zona de duna com um desnível acentuado. “A construção, no interior do pinhal, estende-se adocada à duna que atravessa longitudinalmente o terreno virado para a estrada tendo apenas uma discreta presença.” (Portas e Pereira, p.13, 1963). Pela maneira como se implanta no terreno, o edifício tem uma forma escalonada a partir de dois pisos – o piso onde se situa a entrada principal assenta na parte superior do terreno e o piso da zona de estar na parte mais baixa do terreno, remetendo a forma de implantação para a relação com a topografia do terreno. A casa é formada por três volumes organizados de forma a criar uma zona exterior de recepção e de estar. A inflexão que se verifica na volumetria da casa, assim como o desenho da escada interior, têm igualmente a ver com a topografia do terreno, acompanhando deste modo, o desenho das curvas de nível: “a escada, reproduzindo interiormente o movimento natural do terreno, liga os dois espaços parcialmente sobrepostos e ambos à entrada intermédia e ao corredor dos quartos, de novo sobre elevado” (Portas e Pereira, p.14, 1963), (Figs.1 e 2).

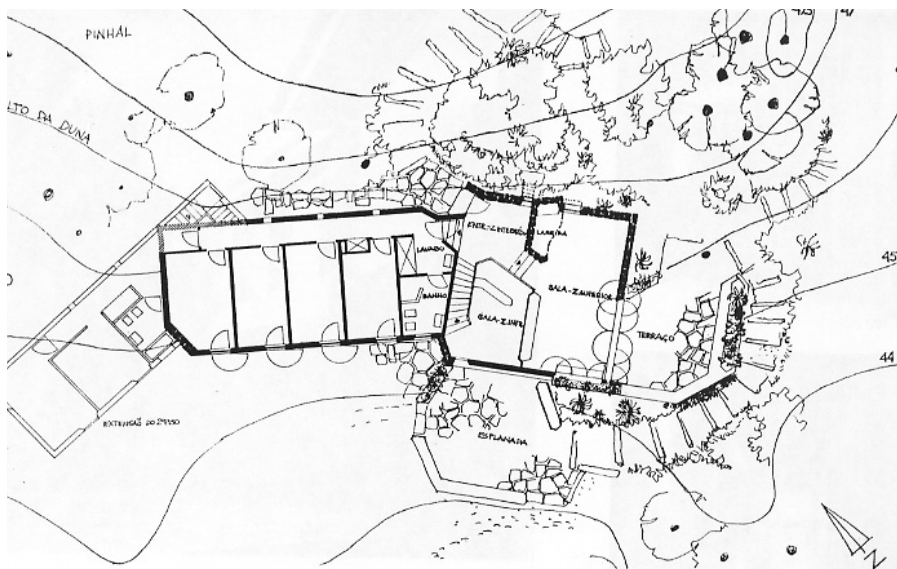


Figura 1. Casa Metelo. Planta. (Fonte: PORTAS, N., PEREIRA, N. Teotónio (1963). Habitação na Praia das Maças (1957-59), Sítio do Alto da Salada (projecto), Arquitectura, 79, pp. 11-14.)



Figura 3. Casa Metelo. Vista sobre a casa. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)



Figura 2. Casa Metelo - Vista Geral. (Fonte: Fotografia de Inês Flores, 2006)



Figura 4. Casa Metelo. Vista sobre a fachada nordeste. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)

No projeto original da casa, no primeiro corpo, situam-se o acesso principal da casa a partir da zona superior do terreno e a escada de acesso a uma zona mais baixa onde se situam a sala e a zona de refeições com uma zona de duplo pé direito; no segundo corpo e no piso mais baixo, situam-se uma outra entrada a cozinha, os arrumos e uma área para o pessoal, no piso de cima ficam os quartos (quatro) e as instalações sanitárias; no terceiro corpo situam-se dois quartos e uma instalação sanitária em cada um dos pisos e uma escada de ligação entre os dois pisos.

“O gozar do sítio dividia-se naturalmente em dois níveis: o alto da duna e o terreno baixo suavemente inclinado. Por isso, a zona de estar dividir-se-ia também pelos dois níveis dos seus prolongamentos exterior a vida intensa de uma família numerosa e acolhedora de numerosos amigos.” (Portas e Pereira, p.13, 1963). O acesso à propriedade faz-se por uma passagem aberta num muro tosco de pedra que divide a propriedade da estrada em terra batida. Os acessos no interior da propriedade são dois caminhos de terra batida, revestidos de lajetas de pedra e desenhados pelos moradores da casa durante e após a construção (Portas e Pereira, 1963). Estes caminhos, de configuração linear, dão acesso às passagens para o interior da casa e foram pensados em função do terreno, da existência de enormes pinheiros e dos acessos da casa para o exterior. À casa acede-se por três portas principais, duas na parte de trás da casa e outra no topo poente. A relação da zona superior da casa com a parte mais baixa é organizada através de escadas e muros de pedra que resolvem o desnível acentuado onde a casa se implanta. A partir das zonas de estar do piso mais baixo é possível aceder ao interior da casa também através de envidraçados (janelas de sacada) que servem as zonas de estar. A chaminé da lareira, revestida a pedra, tem uma forte presença do exterior dada a sua dimensão.

As paredes exteriores são até ao nível do primeiro andar, de pedra local aparada. As do piso superior são rebocadas e caiadas com alguns elementos de betão pintados de cores diferentes (Fig.3). As portas e os caixilhos das janelas exteriores são em madeira maciça, envernizadas incluindo as portadas constituídas por réguas fixas de madeira de pinho também envernizada. As coberturas são inclinadas de duas águas (Fig.4), com alguma complexidade resultantes dos 3 volumes que se interceptam e

revestidas a telha portuguesa à cor natural. A vegetação, maioritariamente pinheiros, constitui igualmente um elemento do revestimento da casa, dada a forma como se relaciona com esta.

Do que nos é dado observar, o modo como a casa se implanta no terreno, remete-nos para situações que encontramos na arquitetura popular. Tal como nos exemplos apresentados no Inquérito, verificamos que o conjunto foi pensado como que “adaptando os edifícios e os pequenos espaços livres adjacentes e murados ao parcelamento dos terrenos e à sua configuração e acidentes naturais; e deixando livres as ruas e os caminhos por onde todos têm que passar...” (AAVV, 2º vol., p.18, 1988). Assim, a casa adoça-se à duna adaptando-se ao perfil do terreno criando muros e escadas de acesso em pedra e onde a pedra se mistura com a vegetação rasteira. No topo do corpo da sala encontramos uma escada em pedra exterior de pedra que dá para um terraço que serve de zona de estar exterior semelhante à que encontramos na arquitetura popular - “as escadas exteriores de pedra; as varandas alpendradas...” (AAVV, 1º vol., p.27, 1988). Como na arquitetura popular, as relações que a casa estabelece com a envolvente prendem-se com as vistas, com a orientação solar, com os acessos e com a vegetação. As aberturas estão deste modo localizadas em pontos estratégicos, quer em relação a pontos de vista sobre a vegetação envolvente, quer em relação aos acessos. A fachada onde as aberturas são maiores é a fachada orientada a sul onde se situa a zona de estar exterior “esplanada”.

Ao observar este excerto retirado do Inquérito verificamos que o mesmo se aplica à casa na Praia das Maças: “solidamente erguida em alvenaria de pedra, os seus volumes cúbicos, rematados pelo telhado mourisco de telhas cuidadosamente argamassadas, nas povoações ou implantados nos campos, entre muros de pedra solta, são elementos humanizantes de uma paisagem equilibrada, que a proximidade da cidade ainda não destruiu.” (AAVV, 2º vol., p.219, 1988). Também a forma como a pedra é aplicada reforça a ideia de uma intencionalidade semelhante à apontada no Inquérito: “e as cantareiras praticadas nas paredes sem rigidez geométrica são, por vezes, peças de grande interesse decorativo.” (AAVV, 2º vol., p.99, 1988) (Figs.5 e 6).



Figura 5. Casa Metelo - Vista sobre a fachada sudeste. (Fonte: Fotografia de Inês Flores, 2006)

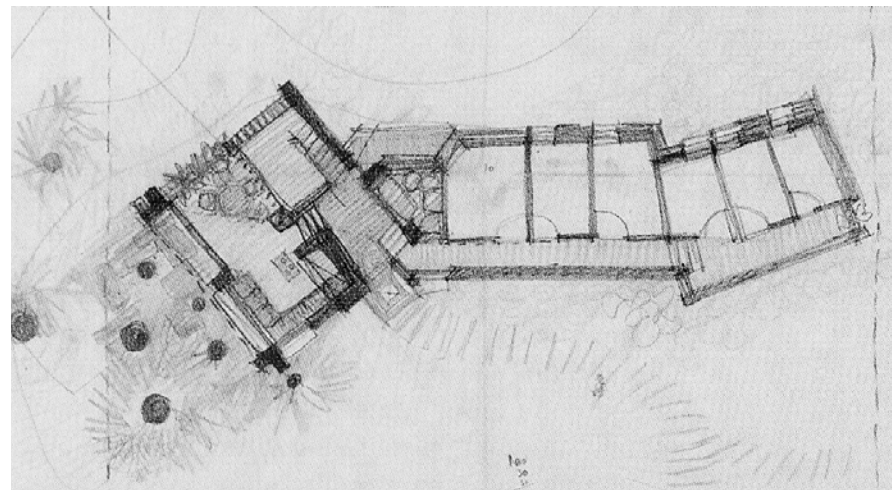


Figura 7. Casa Metelo – Estudo. Grafite e lápis sobre esquiço; n/dat.; n/ass. (Fonte: Tostões, p.179, 2004).



Figura 6. Olela. St.ª Senhorinha de Basto. Habitação. (Fonte: AAVV., 1º Vol., p. 87, 1988)

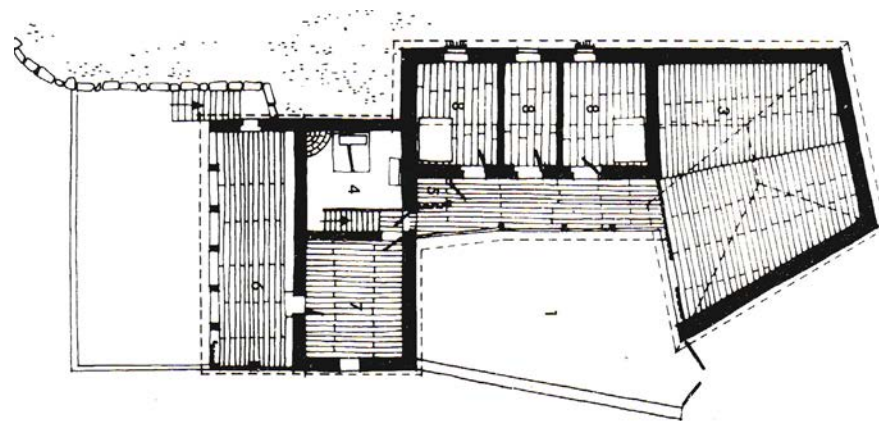


Figura 8. Anta. Planta do 2º piso da casa da lavoura. (Fonte: AAVV., 1º Vol., p.49, 1988)

A forma como os volumes da casa se articulam remete-nos, mais uma vez para o Inquérito à semelhança das casas que se vão ampliando ao longo do tempo: “a ampliação da habitação faz-se organicamente pela adição de novas dependências no piso térreo.” (AAVV, 2^o vol., p.219, 1988). A articulação do terraço e do volume da sala de estar faz-se à semelhança do Inquérito: “A articulação interior, quer se desenvolva num ou dois pavimentos, faz [se] sempre em volta da sala de entrada chamada ‘de fora’. No núcleo primitivo da solução térrea, a cozinha e o quarto dão imediatamente para esta dependência; na solução em dois pisos, uma escada conduz da sala para o quarto que se localiza no sobrado. (AAVV, 2^o vol., p.219, 1988) (Figs.7 e 8).

A adaptação aos materiais e às formas de construir locais, quer pelo embasamento em pedra no piso inferior, quer pelo uso de telha à portuguesa em telhados com panos pouco inclinados dão-nos a sensação de que o edifício se agarra ao terreno à semelhança de algumas construções apresentadas no Inquérito. Os processos construtivos e materiais aproximam-se da arquitetura popular: os muros de pedra com uma certa largura semelhantes à forma de construir tradicional, o uso da madeira nas caixilharias exteriores e nas portas interiores, a forma como são resolvidas e revestidas as coberturas inclinadas de telha cerâmica de cor natural e a forma como a casa se encosta ao terreno, revelam a aproximação à arquitetura popular expressa no Inquérito.

Casa em Moledo

A casa em Moledo (1991-1997) de Eduardo Souto de Moura (1952), situa-se em Moledo do Minho, perto de Caminha e desenvolve-se num só piso, a partir de uma planta retangular com duas fachadas envidraçadas (as de maior dimensão) e duas fachadas cegas (as de menor dimensão). A casa, de um só piso, está semi-enterrada e desenvolve-se entre a ruína existente e um muro de pedra formando um socalco; a fachada principal (virada a oeste), está voltada para a vista do vale e do mar enquanto a fachada de traz (voltada a leste), tira partido de um muro rochoso de granito, pré-existente que se situa no fundo da casa. Do exterior a única indicação de que o terreno foi alterado é a existência de uma parede de vidro entre a ruína e a parede do socalco, e a cobertura formada por uma laje assente sobre

as empenas e o terreno como uma plataforma colocada à cota do terreno superior, de onde emergem as chaminés cuidadosamente desenhadas (Figs.9 e 10).

A cobertura vista de baixo dilui-se no terreno dada a sua reduzida espessura. A preocupação com a paisagem envolvente é-nos revelada, por um lado, através das vistas que se tem da sala e do corredor de acesso aos quartos e, por outro, pela forma como a casa se encaixa nos muros de pedra que a escondem e a articulam com o terreno envolvente. Apesar de ser uma construção nova na paisagem, a partir da reconstrução de um conjunto de elementos, podemos ter a leitura de que a casa surge da topografia do terreno. Este mantém o seu carácter uma vez que o terreno mantém as características topográficas pré-existentes, nomeadamente os muros de pedra em socacos entre a vegetação pré-existente. A planta organiza-se a partir de um rectângulo onde, de forma linear, estão distribuídos a cozinha (adjacente a um pátio), a sala, os três quartos, as instalações sanitárias e os arrumos. Junto à parede envidraçada voltada para a rocha, existe um corredor de distribuição que percorre a casa e permite o acesso a todos estes espaços. As paredes laterais cegas são de betão e constituídas de blocos de granito de forma irregular e as paredes longitudinais são fachadas de vidro, a principal com elementos de madeira à vista e a tardoz com caixilhos em aço inox. A sala é limitada pelos dois envidraçados (com vista para o vale e para o mar e com vista para a parede de pedra) e lateralmente, de um lado, por um armário desenhado em madeira e de outro por um muro de pedra da região colocada de forma irregular que incorpora a lareira (Figs.11 e 12).

Nenhum destes dois elementos – o armário e a parede da lareira (ambos de direcção perpendicular aos socacos) toca no envidraçado frontal. Da leitura que fazemos da casa podemos reconhecer algumas semelhanças com o esquema apresentado no Inquérito, no modo simples de organização dos espaços: “As habitações apresentam geralmente um esquema muito simples, circunscrito a uma forma rectangular, e desenvolvendo-se num único piso, (...). Interiormente, a casa reserva nos exemplos mais elementares, a zona que se abre à rua ou à praia para sala de fora, e a cozinha com ligação com a varanda ou com os quartos que se abrem para o lado oposto.” (AAVV, 2^o vol., p.214, 1988) (Figs.13 e 14).

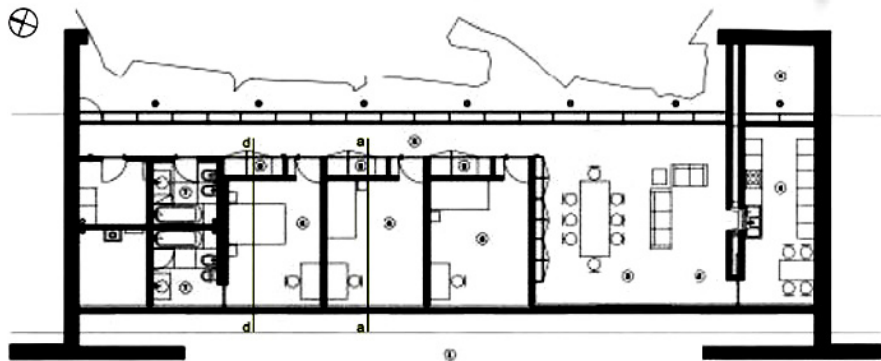


Figura 9 - Casa em Moledo. Planta. (Fonte: <https://pt.pinterest.com>)



Figura 11 - Casa em Moledo. Vista sobre o corredor. (Fonte: <https://divisare.com>)



Figura 10 - Casa em Moledo. Vista sobre a casa e sobre o vale. (Fonte: Fotografia de Luís Ferreira Alves. Fonte: <https://divisare.com/projects/>)



Figura 12 - Casa em Moledo. Vista sobre a lareira. (Fonte: <http://ofhouses.tumblr.com>)

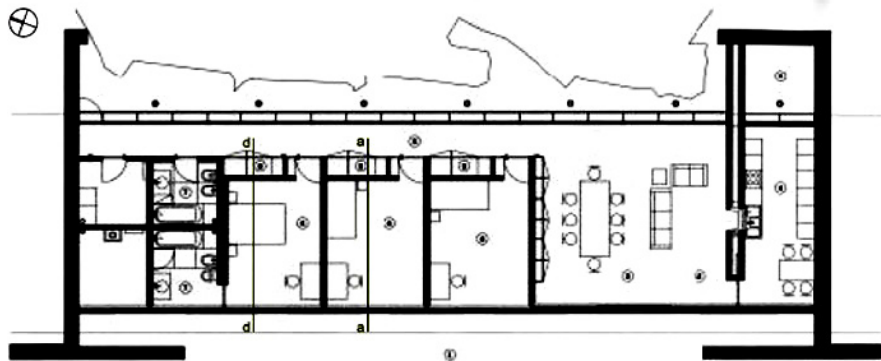


Figura 13. Casa em Moledo. Planta. (Fonte: <https://pt.pinterest.com>)



Figura 15. Casa em Moledo – Vista dos socalcos. (Fonte: <https://spar487design2.wordpress.com>)

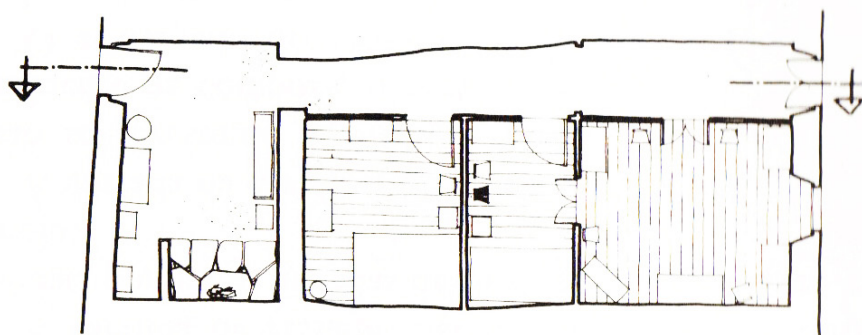


Figura 14. Habitação. Planta. (Fonte: AAVV, 3º vol., p.62, 1988)



Figura 16. Linhares. (Fonte: AAVV, 2º vol, p.63, 1988)

A simplicidade do desenho em planta e o emprego da pedra nos seus projetos é um dos aspectos que aproxima esta casa à arquitetura popular. “...as habitações construídas de tijolo, tufo ou adobe, desenvolvem-se sempre num único piso, segundo um esquema muito simples - divisões em sucessão e comunicando entre si –, implicando a característica planta dentro de um rectângulo alongado” (Inquérito - 2º vol., p. 219, 1988).

À semelhança do que vem referido no Inquérito, “o largo emprego da pedra – granito ou xisto – (...); as casa de planta rectangular, embora sem grande regularidade...” (Inquérito - 1º vol., p.27, 1988), são aspectos que aproximam a casa da estética da arquitetura popular. (Figs.15 e 16). “Do construtor rural recebemos o legado do seu engenho e da economia das suas soluções, admiráveis pela sinceridade formal, a coerência entre a construção e o ambiente que o rodeia, a natural compreensão dos valores espaciais e a sua tradução em situações variadas e de elevado sentido estético, em suma, a mensagem de uma verdadeira superação, natural e harmónica, das necessidades materiais” (Inquérito - 2º vol., p.221, 1988). Apesar da utilização de tecnologia actual (como a aplicação de isolamentos térmicos nas paredes, o uso de aço inox em caixilharias, etc.) permitindo níveis de conforto especiais, podemos dizer que através da forma como a casa se relaciona com a paisagem (como um abrigo encrustado na rocha e em contacto com a natureza) nos remete para a arquitetura popular. Instalada numa zona alta do terreno, de planta rectangular e distribuição ortogonal, encaixada entre muros de pedra e sendo a parte mais visível de intervenção o arranjo de um conjunto de socalcos, esta casa obedece à matriz popular no que toca à relevância dada às características do terreno e ao contexto onde se situa a obra. A simplicidade formal e a materialidade reforçam a leitura que fazemos de aproximação à arquitetura popular.

Casa Dr. Saraiva de Lima

A casa Dr. Saraiva de Lima (1998-2001), situada em Santa Catarina, nas proximidades de Alcácer do Sal projectada por João Pedro Falcão de Campos (1961), está implantada numa zona sobre-elevada do terreno, entre enormes pinheiros e bastantes sobreiros. A organização do conjunto, de forma quadrangular, é marcado por caminhos, muros e por uma zona de pátio que separa a zona da casa da zona da piscina situada um pouco

distante da casa de modo a aproveitar a vista a sul e ao mesmo tempo criando um pátio central. “Percurso pavimentados circundam a casa e acedem à piscina, que se afasta e procura a vista a sul. Entre ambas, uma zona relvada.” (Neves, p.97, 2002). “A casa nasce de um quadrilátero, formando uma cobertura plana” (Neves, p.94, 2002) e desenvolve-se horizontalmente em dois pisos num terreno com um certo desnível que permitiu a construção de um semi-piso autónomo. Comporta no piso superior, uma sala comum, três quartos, cozinha, instalações sanitárias, zonas técnicas e arrumos. No piso de baixo, decorrente do aproveitamento do desnível a sul, existe uma sala de jogos, um quarto e uma casa de banho de apoio. Junto da entrada existe uma zona coberta formando um alpendre que protege a casa a sul. A toda a volta da casa a cobertura prolonga-se alguns centímetros para fora da linha da parede constituindo um elemento de protecção das fachadas em relação ao sol e à chuva (Figs.17 e 18).

Os materiais utilizados são: “estrutura de betão armado; tijolo; reboco; azulejo e cal nas paredes; pedra e tijoleira nos pavimentos; madeira pintada nos vãos. (Neves, p.97, 2002). Os vãos são ritmados e marcados na vertical. O seu alinhamento permite que se verifique uma transparência entre um lado e o outro da casa, através de enfiamentos visuais e mais uma vez o exterior é trazido para o interior. Neste caso, dado o clima da região, a casa não é demasiado aberta para o exterior. Como em muitas construções populares também este conjunto remete para um tipo de organização referenciado no Inquérito: “de uma forma geral em toda a extensão da zona, as habitações são de composição simples e de um só piso; a chaminé nem sempre é utilizada, os estábulos, os galinheiros, as pocilgas, os fornos, etc. acompanham a habitação ou ‘monte’ e ficam-lhe adoçados, ou por vezes, agrupados e dela distintos” (AAVV, 3º vol., p.191, 1988). A ortogonalidade, a horizontalidade dos volumes e a forma como a casa assenta no terreno remete-nos para a relato apresentado no Inquérito: “a simplicidade de volumes e das composições salta à vista, bem como o geometrismo elementar das articulações das massas construtivas e dos elementos que as definem, completam ou valorizam. Robustos, sólidos e sem devaneios, os edifícios assentam pesadamente na terra. (...). De proporções modestas, dominantes horizontais, disciplinada e sem arrogância (...) ... os volumes, a modulação, as proporções, a horizontalidade, permanecem sem grandes alterações ” (AAVV, 2º vol., p.116, 1988) (Figs.19 e 20).

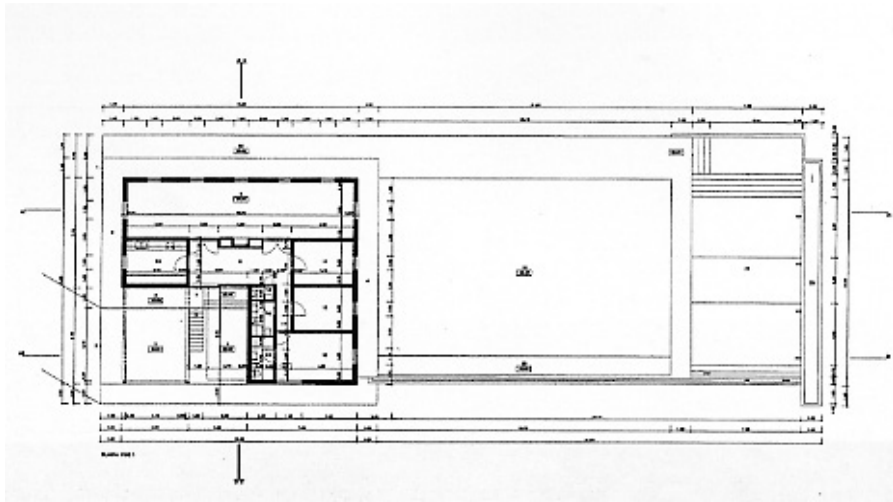


Figura 17. Casa Saraiva de Lima. Planta do 2º piso. (Fonte: Neves, p. 98, 2002)



Figura 19. Casa Saraiva de Lima. Alçado frontal. (Fonte: Neves, p.99, 2002)



Figura 18. Casa Saraiva de Lima. Vista frontal. (Fonte: Neves, p.99, 2002)



Figura 20. Alcaria Ruiva. (Fonte: AAVV, 3º vol., p. 118, 1988)

Também a relação entre os vãos exteriores e os panos de paredes associados ao clima da região remetem-nos para a composição de cariz popular: “outro aspecto a acentuar é o hermetismo das edificações. Do absoluto predomínio das paredes sobre os vãos.... Imposições de ordem técnica, climatérica e económica encontram-se na base dessas soluções fechadas, maciças, que um nível primevo de existência e de concepção fizeram perdurar.” (AAVV, 2º vol., p.118, 1988). A mesma associação pode fazer-se em relação ao jogo de luz e sombra resultante dos cheios e vazios: “...o contraponto de grande superfície branca com o negro incisivo das pequenas aberturas, o gosto pelo jogo dos volumes simbólicos sob a luz, a penetrante síntese estética, a apurada sobriedade que conduz a uma superação plástica eivada da mais genuína monumentalidade.” (AAVV, 2º vol, p.225, 1988). Numa outra ocasião, “cremos bem, de resto, que de um modo geral (embora mais acentuado no interior do País) as características apontadas são típicas da arquitetura portuguesa. A sobriedade, a horizontalidade e o hermetismo caracterizam, com efeito, as edificações típicas de regiões mais vastas do que as da Zona em estudo.” (AAVV, 2º vol., p.118, 1988). A zona de alpendre da casa remete para o descritivo da zona 4 do Inquérito quando refere que “os Invernos temperados, com dias soalheiros, e os Estios quentes, influenciam o carácter dos espaços exterior contíguo à habitação que, pela criação dum alpendre ou de uma varanda alpendrada, constitui zona de transição climática entre o ambiente tórrido e o interior fresco. Geralmente orientados para sul, os alpendres oferecem no inverno excelentes logradouros, bem isolados e abrigados do vento nordeste. Por estar de certo modo ligado à recepção, o alpendre adquire muitas vezes grande valor plástico, quer pela cuidadosa composição dos seus elementos, quer pela escolha criteriosa dos materiais empregados.” (AAVV. - 2º vol., p.163, 1988).

Tanto a horizontalidade que nos é dada pela volumetria, como a disposição dos vãos, como a forma de organização do conjunto, lembram-nos muitas das construções de cariz popular existentes no país. Os valores regionais da arquitectura popular são reinterpretados e aplicados à arquitectura desta casa, de forma simples, austera e económica. Podemos dizer que, a casa se expressa, por um lado, através de volumes neutros que actuam na paisagem isoladamente como arquétipos quase transportáveis, no

entanto, ela assume elementos formais que encontramos claramente na arquitectura popular da região.

Conclusão

Numa primeira leitura das obras em estudo, é possível entender que existe um conjunto de características comuns na forma como os edifícios se implantam, na relação que estabelecem com a envolvente e no modo como são interpretadas as particularidades do local. Se observarmos os exemplos seleccionados, verificamos que os pressupostos que estão na base das relações que se estabelecem com a topografia do terreno, as construções envolventes, os ventos dominantes, o movimento do sol, os acessos e os percursos, a luz, as vistas, etc., constituem valores expressivos e reconhecíveis na forma como são construídas as obras em referência e as apresentadas e citadas a partir do Inquérito. Dos exemplos escolhidos observa-se, numa primeira leitura, a contextualização dos modelos no sítio - a dissolução do objecto na paisagem. O lugar é o ponto de partida para a forma. Aqui trata-se de obras que, embora autónomas, reinterpretam a condição do lugar. As qualidades do espaço interior assim como as formas, as cores, as texturas, as entradas de luz natural, advêm das pré-existências ambientais e naturais. As construções adaptam-se à topografia do terreno ou através de pisos semi-enterrados (Casa Metelo, Casa Saraiva de Lima, Casa em Moledo) ou através da articulação de vários corpos distintos (Casa Metelo) e, neste sentido, há uma valorização do lugar pré-existente e uma aproximação às raízes da arquitectura popular portuguesa. Em todos os casos estamos perante uma arquitectura de formas sóbrias, com uma geometria elementar rectilínea, acentuando a horizontalidade, podemos verificar uma tendência à simplificação formal, onde os elementos decorativos e simbólicos são praticamente inexistentes, verifica-se em quase todos os casos uma tendência para a abstracção, para a simplificação das formas e para a maneira como as mesmas se articulam. Usando os tópicos utilizados por Montaner, reconhecemos que “a forma do lote, a topografia, as vistas (...), a orientação, as árvores pré-existentes e o programa doméstico” (Montaner, p.18, 2001) acabam por configurar cada uma destas obras. Os exemplos escolhidos são exemplos paradigmáticos que vão ao encontro dos nossos pressupostos. O uso dos materiais da zona (cal ou reboco pintado a branco, tijoleira, pedra da região, madeira,

azulejo, etc.) é recorrente. Fachadas muito abertas para espaços de estar ou de contemplar, fachadas muito fechadas para outras envolventes são situações que encontramos nestas três obras e na arquitetura popular. Apesar de reconhecermos que este artigo é um ponto de partida de uma investigação que se pretende mais aprofundada, podemos concluir, desta primeira leitura, que em todas as obras se verifica uma tendência inicial para absorver as influências internacionais mas, incorporando-as e trabalhando-as de uma forma crítica, de acordo com as especificidades da cultura portuguesa, quer nas suas formas e linguagens quer, sobretudo, nos seus valores plásticos.

Bibliografia

AAVV. [1961] (1988), **Arquitectura Popular em Portugal**, 1ª, 2ª e 3ª volume, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.

AAVV. (s.d.), 6 casa: houses, **Architéci** nº 21, (AnoV- Nov/Dez/Jan), pp. 22 a 27.

AAVV. (2001), **2G: Revista Internacional de Arquitectura**, nº 20, p. 48-53.

ORDEM DOS ARQUITETOS (s,d), **OA PIX**, acessível em: <http://www.oapix.org.pt/100000/1/3161,01,11/index.htm>

CAMPOS, João Pedro Falcão de (2001), Casa Saraiva de Lima, **2G: Revista Internacional de Arquitectura**, nº 20, p. 48-53.

FARIAS, Hugo J. A. T. L. (2013), Modernidade e Tradição: Casa de Ofir, de Távora e a Casa de Vila Viçosa, de Portas e Teotónio Pereira, como Obras Primogénitas da Arquitectura Portuguesa, na Transição da Década de Cinquenta para Sessenta do Século XX, **Atas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular**, Arcos de Valdevez: Casa das Artes, pp. 537-552.

FERNADES, José Manuel (1996), **Cidades e Casas da Macaronésia**, Porto: FAUP, Publicações.

FIGUEIREDO, Ricardo (2011), **Nos 50 anos da publicação de "Arquitectura Popular em Portugal"**, acessível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html>, consultado em: Setembro 2016

LEAL, João (2000), **Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional**, Lisboa: Publicações D. Quixote.

LEAL, João (2009), **Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos. Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português**, Porto: Fundação Marques da Silva.

LEAL, João (2011), Entre o vernáculo e o híbrido: a partir do inquérito à arquitectura popular em Portugal, **Revista Joelho #02**, Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura.

LOPES, Daniel de Castro (2001), Notas Sobre Alguns Arquitectos Portugueses, **2G: Revista Internacional de Arquitectura**, 20, pp. 11-12.

MONTANER, Josep Maria (2001), **A Modernidade Superada**, Barcelona: G.G. p. 38.

MOURA, Eduardo Souto de (1998), Casa em Moledo, **2G Revista Internacional de Arquitectura**, pp. 44-51.

MOURA, Eduardo Souto de (2001), A Poética da Materialidade (entrevista), **Arquitectura e Vida**, 19, pp. 24-31.

MOURA, Eduardo Souto de (2005), La Naturalid de las Cosas (entrevista), *El Croquis*, 124, pp. 6-18.

OLLERO, Rodrigo (2010), E depois do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa? Carta a Raul Lino, *Revista Arquitectura Lusíada*, n. 1, p.39-52.

NEVES, José Manuel das (coord.) (2002), *Casas + interiores Sul. Houses + Interiors South*, Lisboa: edições ASA, pp. 96-101.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1983), A Arquitectura dos Anos 50 em Portugal, *Arquitectura*, 148, pp. 58-61.

PEREIRA, Nuno Teotónio, FERNANDES, José Manuel (1986), A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959, *Colóquio sobre o Estado Novo: Das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, texto policopiado, Lisboa: Comissão Organizadora do Colóquio Sobre o Estado Novo.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1996), *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto: FAUP Publicações.

PORTAS, Nuno, PEREIRA, Nuno Teotónio (1963), Habitação na Praia das Maças (1957-59), Sítio do Alto da Salada, (projecto), *Arquitectura*, 79, pp. 11-14.

PORTAS, Nuno, [1977] (1993), A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação, ZEVI, Bruno (ed.), *História da Arquitectura Moderna*, vol. 2, Lisboa: Arcádia, pp. 687-744.

STRÖHER, Ronaldo de Azambuja (2005), Casas do Norte de Eduardo Souto de Moura, *Arqtexto* 6, pp. 104-115.

TEIXEIRA, Manuel C. (2013), Popular, Tradicional, Regional, Português, Nacional. *Atas do Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, Arcos de Valdevez: Casa das Artes, pp. 153-163.

TOSTÕES, Ana (1997), *Os Verdes Anos na Arquitetura Portuguesa dos Anos 50*, Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TOSTÕES, Ana (coord.), (2004), Casa Metelo, *Arquitetura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa: Quimera editores, pp.178-181.

6

2011

Edifícios de Habitação Social: Diagnóstico e Cenários de Intervenção.

Social housing buildings: diagnosis and intervention scenarios in built.

CIDADES, Comunidades e Territórios, n.22, pp.82-98. Em co-autoria com: ALVES, Pedro Marques; MAGALHÃES Miguel V.; OLIVEIRA, M. João.



Pantera Cor-de-rosa, Bairro dos Lóios, Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

Resumo

Pretende-se um estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção em dois bairros de habitação social (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”), situados em Marvila (Chelas), na cidade de Lisboa. Projectados e construídos nas décadas de 70 e 80 do século XX, reconhecem-se nestes bairros problemas de conflitualidade, gestão e governabilidade, assim como um avançado estado de degradação e deterioração do património edificado e do espaço público. Tratando-se de bairros de habitação social, a população residente é constituída maioritariamente por indivíduos com baixos recursos, famílias numerosas, idosos e desempregados, agravando-se o potencial de criminalidade e insegurança. Procurámos responder a um conjunto de questões que se prendem com as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas. Por um lado, procuramos atender às actuais normas regulamentares da edificação e às necessidades reais de quem lá habita, por outro, procuramos que essas mesmas soluções ressaltassem os pressupostos de qualidade inequívoca do projecto original. As respostas, às questões levantadas, foram encontradas através de propostas concretas de reorganização espacial, a partir do edificado e dos espaços urbanos existentes.

Abstract

We intend a study of the evaluation needs and diagnosis of social intervention in two neighborhoods (currently known by “Zone J” and “Pink Panther Pink”), located in Marvila (Chelas), in the city of Lisbon. Designed and built in the 70s and 80s of the twentieth century, these neighborhoods are recognized by their social problems and conflicts, bad management and governance, as well as an advanced state of disrepair and deterioration of the buildings and their public space. In the case of social neighborhoods, the population is mainly constituted of individuals with low incomes, large families, elderly and unemployed, exacerbating the potential for crime and insecurity. We have tried to respond to a set of issues concerning contemporary constructive and typological solutions. On the one hand, we aim to meet current regulatory standards of the building and real needs of who there dwells on the other hand, we seek that these same solutions to save the assumptions of the project’s original quality unambiguous. It was some of these questions we tried to answer, with concrete proposals based on spatial reorganization, from the buildings and the urban spaces.



Figura 1. Bairro do Condado (Zona J), Marvila, Lisboa.
(Desenho dos autores a partir do Google maps, 2011)

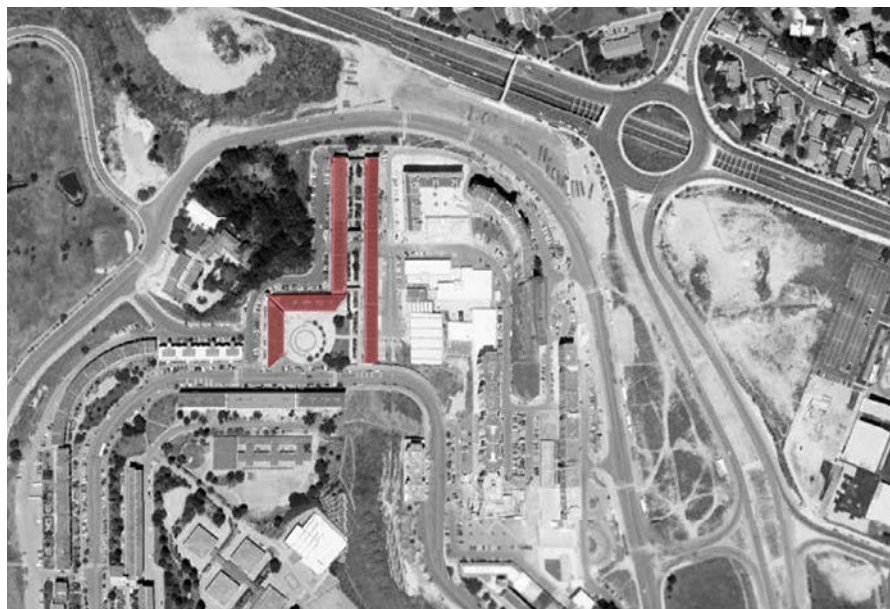


Figura 2. Bairro dos Lóios (Pantera Cor-de-rosa), Marvila, Lisboa. (Desenho dos autores a partir do Google maps, 2011)

Introdução

Este artigo decorre de um estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção em dois bairros sociais, a “Zona J” (Fig.1), e a “Pantera Cor-de-rosa” (Fig.2), situados em Marvila (Chelas), na cidade de Lisboa, realizado por uma equipa do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, para o IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. No essencial, o estudo propõe um “instrumento de apoio à decisão” das entidades responsáveis – o Gabinete Viver Marvila do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) – sobre o futuro dos bairros em causa. Tendo sido elaborado, na conclusão do estudo, um Relatório Final, este artigo aborda e sintetiza os aspectos mais relevantes inscritos nesse documento.

Enquadramento

Os dois conjuntos urbanos que estão na base da investigação desenvolvida, situam-se no bairro do Condado e no bairro dos Lóios, na zona oriental da cidade de Lisboa, na freguesia de Marvila. Apelidados de “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa”, respectivamente, foram construídos após a revolução de Abril de 1974 com o intuito de alojar principalmente população que vivia em barracas, nestas e noutras zonas da cidade, e retornados das ex-colónias. A construção da maioria destes bairros correspondeu à resposta necessária a um problema quantitativo: o défice de habitação.

Decorridos cerca de 30 a 40 anos desde a sua construção, os conjuntos urbanos em estudo apresentam consideráveis níveis de deterioração, demonstrando indícios de inadequabilidade e proporcionando uma fraca qualidade de vida urbana. Correspondendo a uma importante percentagem do parque habitacional (entenda-se de habitação social), da cidade de Lisboa, revela-se primordial a necessidade de responder à questão qualitativa com que estes bairros agora se deparam.

Sendo bairros consideravelmente mediatizados, e cujas condições estariam em parte divulgadas, não deixamos de ser surpreendidos pela dimensão dos problemas com que somos confrontados logo a partir das primeiras visitas. A primeira impressão é de que, embora recentes (edificados na década de 1970 e de 1980), encontram-se num avançado estado de



Figura 3. Zona J, vista das fachadas. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 4. Pantera Cor-de-rosa, vista geral. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

degradação construtiva, aspecto que forçosamente contribui directamente para a degradação da qualidade de vida dos seus habitantes.

Em todos os conjuntos, desde o desenho do território à forma dos edifícios, verificamos princípios de organização espacial aparentemente pouco flexíveis na adaptação à população que neles habita e à evolução das suas necessidades correntes. (Figs.3 e 4).

Assim, a realidade construída traduz-se numa deficiente adaptação aos modos de vida actuais e às necessidades físicas e simbólicas dos residentes, concluindo-se que não constitui a resposta social, ambiental e urbana pretendida ou adequada.

Metodologia do estudo

O estudo teve na sua base a recolha e o tratamento da informação disponível. Num primeiro momento, o acesso aos projectos originais dos conjuntos edificados tornou-se essencial para o arranque dos trabalhos. Assim, a partir da colaboração com o gabinete Viver Marvila foi possível aceder às cópias da documentação original dos projectos de arquitectura: em papel (da “Zona J”) e, em formato digital (da “Pantera Cor-de-rosa”) e cedido pelo Arquivo do Forte de Sacavém. Foi a partir deste material que se produziram as peças gráficas que serviram de base a todo trabalho de campo, levantamento e diagnóstico.

Também a revisão da literatura sobre as questões que um estudo desta natureza levanta foram essenciais para a persecução dos trabalhos. Assim, destacamos a investigação de Teresa Valsassina Heitor, centrada na problemática da vulnerabilidade dos conjuntos urbanos de habitação social, nomeadamente, em Chelas (Heitor, 2001). Também os “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas Urbanas”, elaborado pelo CET/ISCTE, foram essenciais para a compreensão da problemática acerca das recentes políticas da habitação em Portugal e dos programas de reabilitação para a habitação (AA.VV. 2008). Em termos metodológicos, vários estudos serviram de referência tais como: a “Operação Cova da Moura”, (AA.VV. 2006), a “Operação Vale da Amoreira” (AA.VV. 2006b), o “Relatório de Síntese”, elaborado pelo LNEC, sobre a



Figura 5. Zona J, acesso às galerias. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 6. Pantera Cor-de-rosa, acesso aos lotes. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

avaliação das necessidades de reabilitação do edificado do bairro do Alto da Cova da Moura (LNEC:2008), e a “Operação Lagarteiro” (AA.VV. 2006), sobre as metodologias utilizadas na realização do diagnóstico para uma intervenção no bairro do Lagarteiro alicerçada na participação. As investigações de Nuno Portas acerca da problemática da habitação social e da relação entre a arquitetura e o urbanismo (Portas, 2003; 2005), e de François Ascher acerca da relação da cidade e sociedade (Ascher, 2010), foram duas referências fundamentais para algumas das questões levantadas no decurso do trabalho.

Num segundo momento, foram as reuniões alargadas com os serviços do IHRU, mais concretamente com a equipa técnica do gabinete “Viver Marvila” nas suas diferentes áreas de trabalho: área do edificado, área social, área dos sistemas de informação, entre outras, que permitiram obter os dados acerca dos conjuntos edificados, no que se refere ao regime de propriedade, actividades, tipo de ocupação, associações existentes, etc. De forma complementar, a informação cadastral e estatística existente permitiu aprofundar a caracterização do objecto em estudo. Realizaram-se também, nesta fase, reuniões com os agentes e parceiros locais, nomeadamente com os serviços do Gabinete do Bairro do Condado (da GEBALIS), com a Junta de Freguesia de Marvila (Pelouro da Habitação), com a Polícia de Segurança Pública (Agentes de Proximidade), com a Associação de Moradores do Condado, com o Centro de Desenvolvimento Comunitário e Social do Bairro dos Lóios (Associação Tempo de Mudar), com a Santa Casa Misericórdia de Lisboa, entre outros.

Por forma a cadastrar e registar a realidade do edificado e envolvente próxima, procedeu-se a um levantamento minucioso da situação existente. Equipas de técnicos visitaram todos os edifícios inscritos no limite do estudo e executaram, para além do levantamento fotográfico, o registo e mapeamento de alterações e anomalias em forma de peças gráficas. Nesta fase, as equipas foram acompanhadas no terreno por elementos da comunidade (nomeadamente das Associações de Moradores do Condado e dos Lóios, e da Associação Tempo de Mudar). Com o levantamento efectuado, a equipa tomou consciência das principais questões a abordar, tendo em perspectiva uma intervenção. (Figs.5 e 6).



Figura 7. Pantera Cor-de-rosa, apropriação das galerias. (Fonte: fotografia dos autores, 2011)



Figura 8. Zona J, galeria interior, antigo "corredor da morte". (Fonte: fotografia dos autores, 2011)

Com o intuito de operacionalizar a informação recolhida, procedeu-se ao tratamento e sistematização dos dados. Primeiramente, dividiu-se o objecto de estudo em parcelas e de seguida, procedeu-se à elaboração de fichas de caracterização, tanto para o edificado, como para o espaço público. Esta forma de organização facilitou a leitura e consulta da informação num universo de questões relativamente alargado e à partida pouco claro, uma vez que permitiu sistematizar e condensar os dados recolhidos. Foram aspectos a ter em conta, relativamente ao levantamento do edificado, os elementos directamente relacionados com a segurança, com as questões da habitabilidade, com a adequação aos usos, com a funcionalidade, com as questões de eficiência energética, com as acessibilidades e com a relação com a envolvente próxima. Também foram elementos a ter em conta, a forma de gestão do edificado, a identificação dos usos e do tipo de ocupação dos espaços públicos de cada lote. Assim, para cada lote, e em todos os edifícios, foram identificados, através de uma ficha, um conjunto de dados tais como: as características gerais (situação, composição em relação ao número de lotes, número de pisos e número de circulações verticais), os valores de proximidade, as tipologias, os acessos, a caracterização dos espaços intermédios (acessos, halls, pátios, galerias, corredores, terraços, etc.), o tipo de usos (habitação, comércio, serviços, restauração, lazer, edifícios religiosos, etc.), a composição construtiva, as patologias estruturais, e a acessibilidade às redes. Também as questões ambientais como a situação geográfica, a forma de assentamento no terreno, o tipo de protecção solar dos vãos, o aproveitamento passivo de energia, os aspectos relativos à segurança contra incêndios, a gestão dos edifícios e produtividade, foram contempladas nas fichas de cada unidade funcional (AA:VV., 2011).

A tipologia dos diferentes lotes e unidades habitacionais, bem como a distribuição de funções e a forma das circulações foram igualmente levantados e registados. Assim, foram alvo de levantamento e representados em planta, os usos e o tipo de ocupação, os condicionamentos de circulação (Fig.7), os tipos de pavimento (instalados posteriormente nas partes comuns dos lotes), a relação com a rua (ao nível do piso térreo), (Fig.8) o sistema de combate a incêndios e o estado de conservação das diferentes redes (electricidade, água, gás e sistema de iluminação existentes nas partes comuns).



Figura 9. Zona J, galeria interior. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 10. Pantera Cor-de-rosa, apropriação das galerias. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

Foram igualmente identificados os tipos de ocupações do espaço comum através de anexos, telheiros, ou similares e o tipo de cobertura de cada lote.

Foi dada especial atenção aos aspectos relacionados com os acessos e sistemas de circulação (relação entre o espaço público e os fogos), uma vez que interfere directamente com a segurança dos moradores, em caso de necessidade de fuga. (Figs.9 e 10).

Relativamente ao espaço público foram avaliados os espaços da envolvente próxima relativamente à forma urbana, aos valores de proximidade, à volumetria e à convivência de usos. Mapearam-se paragens de autocarro e pontos de recolha de resíduos, circuitos automóveis e espaços verdes, dando especial relevo aos aspectos relacionados com a hierarquia viária, sistema de transportes públicos, espaços de estadia, assim como, às questões mais directamente relacionadas com as acessibilidades e recolha de resíduos.

Questões Chave

Colocaram-se um conjunto de questões-chave que serviram de orientação à realização do diagnóstico (AA.VV., 2011: 5. Diagnóstico). A primeira questão tem a ver com a atractividade: o objecto de estudo localiza-se numa área urbana cujo nome vem acompanhado de conotações negativas, como “cidade dos excluídos, pessoas de residência atribuída / habitação social, cidade mal servida” (Ascher, 2010:173); cidade deslocada da urbanidade (Ferrão, 2003:219-225). Esta conotação negativa, apesar da promoção contrária por parte dos agentes locais e dos promotores, é uma questão fulcral, não apenas por constituir o retrato da qualidade da vida urbana, mas também por se traduzir como um entrave à capacidade de atrair classes mais favorecidas (e correspondente valorização imobiliária na relação oferta/procura).

A segunda questão prende-se com a relação bairro/cidade: existem vários tipos de relação bairro/cidade, assentes em diferentes ideais e lógicas de organização urbana o que naturalmente, se traduz em diferentes especificidades, modos de vida e respectivas relações entre habitantes.

No caso de Chelas/ Marvila o desenho territorial é adverso à ideia de continuidade. O aproveitamento rural (e de lazer) dessa área, acontece de forma desorganizada, por apropriação de terrenos baldios, e não de forma planeada tendo em vista a melhoria das condições de vida dos seus residentes. Em contrapartida, traduz-se numa leitura clara do território e da implantação dos conjuntos residenciais que, se se tratasse da aplicação à letra dos princípios do Modernismo, deveria garantir a fruição do território entre áreas residenciais. A dispersão e isolamento dos conjuntos residenciais no território traduz-se, por um lado, na fraca relação entre eles e, por outro, na necessidade do uso do transporte público na maioria dos percursos bairro-cidade, revelando a pertinência da questão dicotómica, carro próprio/transporte público, enquanto elemento de exclusão social.

A terceira questão remete-nos para a geografia política dos edifícios: A forma construída dos conjuntos em estudo, cria obstáculos aos modelos de governabilidade, uma vez que não existe definição das fronteiras entre lotes. Deste modo, a partilha de espaços de circulação entre habitantes de diferentes lotes se, por um lado, proporciona situações de convivência salutar, por outro, é muitas vezes motivo e área de conflito para os moradores dos diferentes lotes ou fracções, potenciando situações de apropriação de espaços comuns (e/ou públicos) e ao encerramento de passagens no interior dos conjuntos edificados. Decorre desta situação, na maioria dos casos, a ausência ou deficiente manutenção dos espaços comuns de circulação bem como de fachadas, coberturas, acessos, etc. A esta indefinição, associa-se ainda a questão da propriedade. Os habitantes, lojistas e utilizadores dos edifícios que, devido à sua condição de proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ou ocupantes ilegais, têm interesses e responsabilidades distintos e desempenham papéis díspares, e por vezes conflituosos nos processos de decisão.

A quarta questão prende-se com a qualidade construtiva: os aspectos respeitantes à qualidade construtiva são importantes, não só no que diz respeito às patologias do invólucro dos edifícios, à necessidade de consideração da segurança estrutural e do conforto dos habitantes, mas também porque a flexibilidade (ou falta dela), dos elementos construtivos condiciona a possibilidade de alteração da organização do espaço

arquitectónico. Assim, importa identificar e promover a flexibilização dos elementos construtivos, não só como resposta à organização arquitectónica, mas também como resposta à melhoria das condições de segurança, conforto e funcionamento que daí possam advir e que hoje estão extensamente regulamentados. Na verdade, o surgimento de nova regulamentação normativa, força-nos a olhar para o património construído também segundo essa perspectiva.

Sobre o diagnóstico

Sobre o espaço urbano e a relação bairro cidade, podemos compreender que estes bairros não funcionam de forma complementar à cidade que os envolve. Tratam-se de bairros que servem apenas os seus habitantes e utilizadores e raramente são atravessados por terceiros, contribuindo para a ideia de se constituírem como um “impasse social”. Esta não transversalidade urbana/social/viária, reforça a noção de que estes bairros se constituem como “ilhas urbanas”. Por outro lado, registaram-se dificuldades na relação entre o edifício e os espaços urbanos directamente adjacentes (Figs. 12 e 13). Estas decorrem principalmente da complexidade formal dos edifícios, ao nível do piso térreo, da difícil relação entre frentes cegas e a rua e do facto do conjunto dos elementos construídos dificultar a leitura e controlo do espaço público. Estes reconhecem-se como obstáculos a que a vida decorrente da actividade dos edifícios contamine, positivamente, a vivência da rua. Neste aspecto, é notória a forma como o crescente encerramento dos pisos térreos empurra as áreas exteriores para a condição de “terra de ninguém”, onde a vigilância fraqueja e a manutenção escasseia.

No que se refere à gestão dos edifícios e à sua governabilidade, na maioria dos casos verificamos que os lotes têm dependências comuns que obrigam à partilha da mesma caixa de escadas, dos mesmos elevadores e dos mesmos acessos, sendo este o principal obstáculo a uma gestão convencional dos edifícios estudados. A esses conjuntos de lotes (que partilham dependências essenciais ao funcionamento do edifício) chamámos “unidades funcionais”. Note-se que, segundo esta definição dos 43 lotes estudados do Condado e dos 9 lotes estudados nos Lóios, apenas 11 e 5, respectivamente, funcionam de forma isolada, sendo que os restantes estão associados sob a forma de unidade funcional.

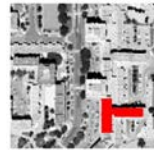
C.06

CHELAS - CONDADO
unidade funcional C06 - LOTES 536, 537 e 538



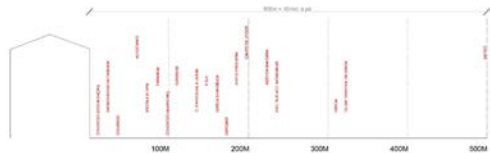
C.06

características gerais



A UNIDADE FUNCIONAL C.06 SITUA-SE NA PARTE CENTRAL DA ZONA J, É COMPOSTA POR TRÊS LOTES (OS LOTES 536, 537 E 538), DE 9, 3 E 8 PISOS EM GALERIA, RESPECTIVAMENTE, SERVIDOS POR UM ENDO MÓDULO DE ACESSOS VERTICAIS (UMA ESCADA E DOIS ELEVADORES), QUE SERVEM AS GALERIAS DE ACESSO AS UNIDADES DE HABITAÇÃO.
O CONJUNTO TEM 55 UNIDADES HABITACIONAIS E 4 LOJAS.

valores de proximidade



composição

Nº PISOS: 9, 3 e 8
TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO: 212 + 473 + 476 + 2 S/ INFORMAÇÃO TIPOLOGICA
OUTRAS TIPOLOGIAS: 4 LOJAS
ACESSOS: 0%

espaços intermédios

ACESSO CONTROLADO
MALL
PATIO
GALERIAS
CORREDORES
TERRAÇO
OUTRO

convivência de usos

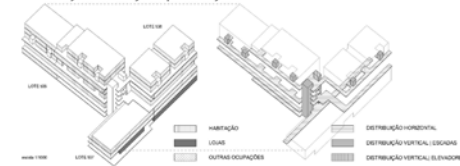


C.06

tipologias

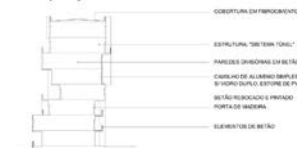


distribuição de funções | circulações



C.06

composição construtiva



ambiente



PROTEÇÃO SOLAR DOS VÃOS
COMPROTEÇÃO SOLAR PASSIVA
COMPROTEÇÃO SOLAR HÍBRIDA
SEM PROTEÇÃO SOLAR

FORMA E ASSENTAMENTO
SIMPLES/ASSIMÉTRICO
SIMPLES/LEVADA
COMPLEXO/ASSIMÉTRICO
COMPLEXO/LEVADA

APROVEITAMENTO PASSIVO
ORIENTAÇÃO
PATIO TERRAÇO
OUTROS

segurança contra incêndios



gestão

PROPRIEDADE:
PRIVADA/COMUNAL
PROTEÇÃO
PROTEÇÃO/COMUNAL
PROTEÇÃO
ÁREA ADMINISTRADA
ÁREA BRUTA
ÁREA ÚTIL
ÁREA DE CIRCULAÇÃO
ÁREA DE SERVIÇOS
ÁREA DE ESTACIONAMENTO

TIPO DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNITÁRIO
OUTRO/PRIVADO
ÁREA DE SERVIÇOS
ESPAÇOS COMUNS
APRILHAS
SALA COMUNITÁRIO
ESTACIONAMENTO AUTOMÓVEL
OUTROS ESPAÇOS

produtividade

ARRENDAMENTO DE PROPRIEDADE
ESPAÇOS EM ÁREAS COMUNS/LOJAS
TIPOLOGIAS DE HABITAÇÃO
APROVEITAMENTO ACTIVO DE ENERGIA
TERRAÇOS/PAISAGENS
COLLECTOR SOLAR
CERÂMICA
ENERGIA EÓLICA
OUTROS
ÁREAS
PÚBLICAS/OUTROS

Figura 11. Ficha da unidade Funcional C.06, Bairro do Condado, Zona J. (Fonte: AAVV, 2011; Diagnóstico, desenhos dos autores)

Às questões decorrentes da complexidade formal dos edifícios acresce uma outra decorrente da pouca clareza sobre a posição e papel que cabe a cada uma das entidades envolvidas na gestão deste património (IHRU, CML, administrações, associações de moradores, moradores, lojistas, etc.). Assim, em conformidade com a sua condição – proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes ilegais – cada um deles tem interesses e responsabilidades distintas que importa esclarecer. Foi também diagnosticada a ausência geral de produtividade, ou seja, de meios que permitam criar receita para a manutenção dos edifícios. Excepção feita para um dos lotes da “Pantera Cor-de-rosa”, onde, mediante a “venda” do direito de utilização da cobertura, foi registada a instalação de uma antena de telemóvel.

Sobre a qualidade construtiva dos edifícios, em primeiro lugar, confirma-se a inequívoca degradação dos edifícios, que resulta de questões construtivas (portanto de projecto), da idade do edificado associada à falta de manutenção, e também do modo (muitas vezes inadequado) como os utilizadores se apropriaram dos edifícios. Existe todo um conjunto de patologias, consideradas em pormenor por um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC: 2003), e que, em casos extremos, comprometem a segurança estrutural dos edifícios sobretudo no bairro do Condado. As condições construtivas dos edifícios são também a causa dos baixos níveis de conforto térmico, quer no Verão quer no Inverno, e portanto o grande obstáculo ao aproveitamento passivo de energia (Figs.14 a 17). A idade, a falta de manutenção e limpeza dos edifícios, a má utilização do espaço, os actos de vandalismo, quer nas áreas comuns dos edifícios, quer no espaço urbano que lhes está adjacente, contribuem gravemente para a degradação dos conjuntos.

Algumas conclusões sobre o diagnóstico

Na sua actual forma os edifícios são “inadministráveis” ou se preferirmos “ingovernáveis”. Esta situação decorre da deficiente definição dos limites dos lotes, da continuidade dos espaços de circulação entre lotes e da partilha das circulações verticais com situações de impasse de largas dezenas de metros, facilitando processos de apropriação ilegal das mesmas.

O esquema funcional destes edifícios, na maior parte dos casos dificulta a leitura dos mesmos, verificando-se situações complexas, anárquicas, e, por vezes, labirínticas, na forma como as circulações se distribuem no seu interior. As áreas de circulação comum são as áreas que intermedeiam o domínio público e o domínio privado, assumindo uma importância singular, uma vez que são o primeiro espaço de contacto entre visitantes e visitados. Deste modo, constituem-se como o espaço de controlo dos acessos e do estabelecimento de relações de vizinhança.

Nos bairros em causa, os acessos aos lotes raramente são verdadeiramente controlados, principalmente devido ao mau funcionamento dos trincos ou à ausência de campainhas, o que leva a que a “porta da rua” esteja por regra aberta, tornando o espaço de hall num contínuo do espaço público que só parece acabar nos controlos de apropriação “ilegal” das galerias, ou na própria porta de casa.

A apropriação de espaços de circulação, quer seja, pela necessidade de criar fronteiras (controlo de acesso), de forma a intermediar o espaço público e privado e aumentar a sensação de segurança dos habitantes, quer seja, pela necessidade de colmatar uma carência espacial do fogo, assume consequências negativas e positivas que importa salvaguardar.

Se, por um lado, temos os aspectos negativos decorrentes da instalação de controlos, como a multiplicação de obstáculos à circulação de pessoas de mobilidade reduzida e à circulação em caso de necessidade de fuga, por outro, temos o estabelecimento de relações de pertença com o espaço de circulação comum que, naturalmente, resulta na manutenção desses mesmos espaços. Seria expectável que esta constituísse a principal preocupação em matéria de segurança em caso de fuga, mas estes - os já referidos obstáculos nos circuitos de fuga e o encerramento de circulações verticais (ou das suas saídas para a rua) – correspondem apenas a um acréscimo de preocupação face à ausência de manutenção dos meios de combate a incêndios (quando estes existem) e, sobretudo face ao próprio desenho dos edifícios. Na maioria dos casos os percursos de fuga não se encontram dimensionados de acordo com as unidades de passagem indicadas na regulamentação actual, nem as situações de impasse cumprem as distâncias desejáveis às circulações verticais.



Figura 12. Pantera Cor-de-rosa, vista sobre as galerias. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 13. Zona J, vistas sobre as fachadas. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

Ainda sobre esta matéria, sobretudo no Condado, há que registar a partilha dos mesmos acessos, e das mesmas circulações com usos diferenciados (habitação, serviços e equipamentos), numa fórmula de distribuição de funções pouco convencional. Estas circulações, para maior conforto e permeabilidade desejável, deveriam ser separadas e a sua leitura clarificada.

Em contrapartida, a nível urbano, há que reconhecer e salutar a convivência de usos registada nos conjuntos urbanos em estudo; é que a alternativa – formações urbanas mono funcionais – tem por norma um impacto negativo na qualidade de vida dos seus habitantes, especialmente àqueles que não se deslocando ao emprego, continuamente o habitam: os desempregados, as donas-de-casa, os que trabalham a partir de casa, as crianças, os adolescentes, os idosos, etc., (Montaner, 2006:34). O que está em causa não é apenas a qualidade de vida dos habitantes ou a valorização programática e patrimonial do bairro, é também a produção de emprego, economia, e cultura nas áreas residenciais. A presença de diferentes valências no espaço residencial é garante de vitalidade urbana e os conjuntos urbanos em estudo comprovam-no.

Enquanto edifícios de habitação social, e portanto, instrumentos de apoio a um período de insolvência das famílias para reestruturação das suas vidas, dos seus projectos e das suas responsabilidades cívicas, trata-se de edifícios sem qualquer valor pedagógico positivo.

Não se quer com isto dizer que são “maus edifícios”, mas sim trazer à evidência a capacidade de resposta de cada edifício, abrindo-se caminho para o desenvolvimento do seu potencial, mesmo que, com outros níveis ou tipos de ocupação.

Cenários de intervenção

Após a caracterização e diagnóstico do estado físico e funcional dos edifícios onde foram localizados os problemas detectados e identificadas as questões relacionadas com a gestão dos edifícios, assim como as principais carências dos conjuntos urbanos onde os lotes se inserem, procedeu-se, no estudo que realizamos, à elaboração do quadro de



Figuras 14 e 15. Zona J, identificação das patologias. (Fonte: Fotografias dos autores, 2011)



Figuras 16 e 17. Pantera Cor-de-rosa, identificação das patologias. (Fonte: Fotografias dos autores, 2011)

cenários possíveis para o futuro dos bairros e que serviram de apoio à decisão e de suporte a uma possível reabilitação urbana (AA.VV. 2011:6. Cenários de Intervenção).

Se, por um lado, se pretendem respostas concretas e objectivas que suportem uma reabilitação equilibrada e sustentada dos lotes que integram o conjunto e a sua envolvente próxima de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus moradores, por outro, pretende-se obter um número variado de possibilidades de intervenção de acordo com o interesse e as características específicas de cada lote.

Desta forma, os cenários possíveis não são considerados conjuntos de acções estanques e herméticas em si mesmas, mas, uma série de linhas de actuação combináveis e reorganizáveis, onde as diversas acções se contabilizam individualmente e se podem realizar através de diversas combinações. Neste sentido, foram realizados quadros indicando várias acções (AA.VV. 2011:6. Cenários de Intervenção), tendo os mesmos, um carácter operativo através da combinação das diferentes acções permitindo organizar dados, prever soluções, definir custos e antever benefícios de acordo com o interesse de quem as promove.

Como referimos, os cenários de intervenção delineados têm por base o diagnóstico (AA.VV. 2011:5. Diagnóstico). Neste, haviam sido introduzidas uma série de linhas de investigação (questões), que, desde logo, ganharam um carácter propositivo, pondo à prova a identificação de elementos de valorização patrimonial contemporâneos e a aproximação ao funcionamento padrão da cidade convencional.

Procurou-se, responder à seguinte questão: “quais as soluções tipológicas e construtivas contemporâneas que respondem aos desejos dos moradores, às actuais normas e regulamentos da edificação, e que ainda assim ressalvem os pressupostos do projecto original, sempre que a estes corresponda uma qualidade inequívoca e a própria identidade do bairro?”. Apesar da resposta não possuir exactidão matemática, fornece um conjunto de ponderações de apoio à decisão. Materializámos, portanto, esse conjunto de ponderações sob a forma de cenários que, colocados lado a



Figura 18. Zona J, acessos ao lote em banda. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 20. Zona J, acessos à torre. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 19. Cenários de intervenção. Esquema gráfico para a tipologia funcional "Banda do Condado". Bairro do Condado, Zona J. (Fonte: AAVV, 2011: Cenários de Intervenção, desenhos dos autores)

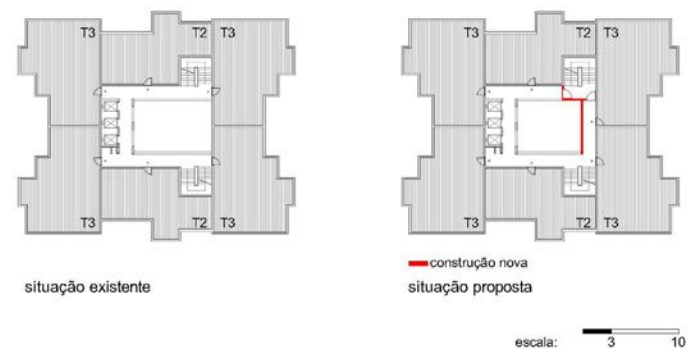


Figura 21. Cenários de intervenção. Esquema gráfico para a tipologia funcional "Torre do Condado". Bairro do Condado, Zona J. (Fonte: AAVV, 2011: Cenários de Intervenção, desenhos dos autores)



Figura 22. Pantera Cor-de-rosa, acessos aos lotes em banda. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)



Figura 23. Cenários de intervenção. Esquema gráfico para a tipologia funcional “Banda dos Lóios”. Bairro dos Lóios, Pantera-cor-de-rosa. (Fonte: AAVV, 2011: Cenários de Intervenção, desenhos dos autores)

lado, põem em evidência a relação custo / benefício das diferentes acções. Foram considerados quatro cenários. O cenário A – “Manter a situação existente”, o cenário B – “Reparações”, o cenário C – “Intervenção”, e o cenário D – “Nova Chelas”.

O cenário A corresponde a “manter a situação existente” e implica não fazer qualquer tipo de intervenção. Este cenário tem custos associados: os custos decorrentes da manutenção e gestão do edificado existente, os custos correntes energéticos associados à falta de qualidade construtiva, e os custos indemnizatórios e políticos em caso de catástrofe com perda de vidas humanas ou prejuízo da integridade física dos moradores, assim como os custos políticos associados à manutenção dos moradores sem melhorias da sua qualidade de vida urbana. Não existem quaisquer benefícios assinaláveis, mantendo-se todas as lacunas, deficiências e condicionantes já assinaladas no diagnóstico.

O cenário B, apelidado de “Reparações”, corresponde à assunção de uma organização decorrente da apropriação feita pelos moradores, a qual reproduz um modelo de autogestão por “unidade funcional” . O que se procura neste cenário é trazer as condições necessárias ao funcionamento das unidades funcionais, através da introdução de escadas de emergência, reparação ou substituição de elevadores (se for o caso), substituição das redes (organizadas agora por unidade funcional), reparação das áreas comuns de circulação, instalação de sistemas de combate a incêndios, reparação de patologias, reparação de coberturas e pintura das fachadas. Os benefícios das acções descritas neste cenário, correspondem sobretudo, à redução dos riscos associados a catástrofes e a uma pequena melhoria dos níveis de conforto, sendo questionáveis os benefícios ao nível da gestão das unidades funcionais com mais do que um lote. Estas unidades funcionais têm os limites das áreas comuns que os habitantes conseguiram garantir e são, exclusivamente, o resultado do desejo de segurança contra o furto, ao invés de um projecto colectivo de gestão do património comum. O cenário C, apelidado de “Intervenção”, corresponde a um cenário cuja implementação tem como principal objectivo criar as condições para o funcionamento do edificado construtivo lote a lote, através da segmentação das áreas comuns por lote, resultando numa melhoria da qualidade da construção e da produtividade.

No capítulo da melhoria da qualidade construtiva foram consideradas as seguintes acções: reparação de patologias, instalação de segundo pano de fachada e sistema de cobertura com isolamento térmico e impermeabilização integrados, substituição de caixilharia existente por caixilharia com corte térmico e vidro duplo e, quando necessário, reforço estrutural; garantindo-se, desta forma, benefícios ao nível da melhoria dos níveis de conforto e dos níveis de aproveitamento passivo de energia. Destas acções resultariam, para além da poupança efectiva e quotidiana no que diz respeito ao desgaste e utilização do edifício, a redução de ocorrências de patologias construtivas e de riscos associados a sismos e outras catástrofes.

No que se refere à produtividade foram consideradas a instalação de colectores solares para aquecimento de águas, sistema de aproveitamento de águas pluviais e instalação de painéis foto voltaicos, garantindo-se, desta forma, os benefícios de poupança e aproveitamento activo de energia e a possibilidade de rentabilização através da venda de energia à rede.

O cenário C obrigou a alguma investigação em desenho, ou esquema gráfico, de modo a afirmar as pretensões do ideal proposto, uma vez que, diferentes tipologias funcionais obrigam a diferentes formas de intervenção. Foram consideradas três tipologias funcionais para investigação gráfica designadas: a “Banda do Condado”, a “Torre do Condado” e a “Banda dos Lóios”.

A “Banda do Condado” é caracterizada pela partilha dos elementos de circulação vertical por diferentes lotes (no caso três lotes – Figs. 18 e 19). A sua segmentação, de forma a possibilitar um funcionamento mais próximo do padrão da cidade convencional, está condicionada à criação de acessos verticais por lote, à substituição de redes (organizadas também por lote), à reparação das áreas comuns de circulação e à demolição da circulação vertical existente, devendo também ser considerada a instalação de sistemas de combate a incêndio. A criação de acessos verticais por lote tem a dupla função de organizar os limites administrativos e, simultaneamente, reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga. No caso da “Torre do Condado” (Figs.20 e 21), trata-se de um edifício

que, por norma, funciona sem quaisquer dependências de outros lotes (tendo até em alguns casos registado alienações de propriedade). O principal problema para o bom funcionamento das torres prende-se com a segurança contra incêndios. Em caso de incêndio, a existência de um saguão central no interior da torre, funciona como uma “chaminé” e, neste sentido, a ausência de uma escada encerrada para percurso de fuga é um aspecto de maior preocupação, sobretudo face ao elevado número de habitantes que cada torre comporta.

Assim sendo, estudou-se a hipótese de encerramento de uma das escadas, recorrendo à alteração do acesso de um fogo por piso, acção que deve ser considerada a par com a necessária reparação das áreas comuns de circulação e com a reparação/instalação dos sistemas de combate a incêndios. No caso dos Lóios, a sistematização de soluções torna-se mais complexa, dadas as particularidades dos edifícios estudados. Foi, a título de exemplo, considerado o estudo da “Banda dos Lóios” correspondente aos lotes adjacentes à rua ajardinada do conjunto da “Pantera Cor-de-Rosa” (Figs.22 e 23).

Neste, a segmentação lote a lote encontra-se bastante condicionada pela forma do conjunto, tendo sido a divisão dos lotes em unidades funcionais demonstrativa da impossibilidade de funcionamento dos lotes de acordo com os limites instituídos.

Consideramos portanto recomendável que, quer no cenário B, quer no cenário C, qualquer intervenção seja global. Provavelmente será de considerar a renomeação e organização dos lotes em função dos acessos verticais que forem possíveis edificar, e que, conforme o sugerido para a banda do Condado, tenham também a dupla função de organizar os limites administrativos e reduzir o comprimento dos impasses e percursos de fuga. Deverão ainda ser consideradas a reparação das áreas comuns de circulação e a reparação/instalação dos sistemas de combate a incêndios.

Conclusão: reflexões sobre o potencial de intervir

Os esquemas gráficos apresentados, por permitirem alterações da organização do edificado, deveriam também permitir as alterações de fundo que garantissem uma gestão mais próxima do padrão da cidade convencional. Para tal, importa esclarecer a propriedade dos lotes, definindo e simplificando as responsabilidades de gestão. A partir destes modelos é ainda possível alterar a estrutura organizativa dos lotes. A sua actual forma, para além de ser de difícil gestão, tem ainda alguma mistura funcional, resultante da ocupação de alguns pisos com serviços, sem a salvaguarda de circulações e acessos diferenciados. A natureza das ocupações (habitacional e de serviços) acentua a questão acima referida, e portanto, a possibilidade de reordenar essa ocupação por lote deslocando os escritórios para os lotes menores (com dois pisos além do térreo). Esta solução resolveria as incompatibilidades descritas, potenciando a alienação de propriedade (privatização) e a implantação de modelos de gestão apropriados a cada tipo de ocupação por lote.

A alienação, seria assim, uma oportunidade de reduzir os custos correntes das instituições (IHRU, CML e GEBALIS), no que se refere aos edifícios que lhes pertencem. Na prática, essa redução de custos é pouco significativa enquanto houver propriedade pública nos lotes. Neste sentido, a alteração dos princípios (ou regulamentos) de gestão, permitiria mudar essa realidade. Se a alienação for um objectivo, fará sentido adoptar políticas que permitam e potenciem a venda (e portanto valorização) de fracções no mercado convencional.

A resposta que encontramos para a resolução de muitos dos problemas com que fomos confrontados, passa pela aproximação dos conjuntos edificados à forma de funcionamento da cidade convencional. A criação de acessos verticais por lote, tem como funções essenciais, organizar os limites administrativos dos conjuntos, reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga, facilitar a vigilância, a segurança, a gestão dos lotes e potenciar a alienação através da privatização das fracções. Esta última tarefa facilitaria a futura venda das fracções, potenciando maior encaixe financeiro decorrente da venda a preços competitivos, para além dos benefícios advindos do “mix social” mais heterogéneo de moradores nos bairros.

Bibliografia

- AA.VV. (2006), *Operação Cova da Moura, Iniciativa Operação de Qualificação e inserção Urbana em Bairros Críticos*, MALHEIROS, Jorge, (coord.), Volume I - Diagnóstico, Lisboa.
- AA.VV. (2006b), *Iniciativa Bairros Críticos, Operação Vale da Amoreira, Diagnóstico*, Vale da Amoreira: GAT.
- AA.VV. (2008), *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas Urbanas*, Lisboa: CET/ISCTE, acessível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/123421120015eGS7kj9Fq511F7.pdf>.
- AA.VV. (s.d.) *Operação Lagarteiro. Lagarteiro - Uma intervenção alicerçada na participação*, MARQUES, Teresa Sá (coord.) Lisboa.
- AA.VV. (2011), *Relatório Final. Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção em Edifícios nos Bairros do Condado e dos Lóios em Marvila*, MADEIRA DA SILVA, Teresa (coord.), Lisboa: ISCTE-IUL.
- ALVES COSTA, Alexandre (2001), *Excertos de Escritos Dispersos dos Anos 80, J-A Jornal Arquitectos*, 200, p. 36.
- ALVES COSTA, Alexandre, (2009), *Tipologia e Luta de Classes: A Propósito da Demolição das Torres do Aleixo no Porto, J-A Jornal Arquitectos*, nº 237, pp. 6-8.
- ALVES, Pedro Marques. (2009), “Uma casa portuguesa”? *Formas de Habitar Contemporâneas e a Capacidade de Respostas dos Modelos de Habitação Colectiva Existentes*, o seu Papel nos Processos de Transformação Urbana, Trabalho Final do Mestrado Integrado em Arquitetura (Texto policopiado), Lisboa: ISCTE-IUL.
- Ascher, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos dos Novos Compromissos Urbanos*. Um Léxico, Lisboa: Livros Horizonte.
- Cabrita, A.M. Reis (1981), *Conjunto habitacional em Chelas: Zona 2, Revista Arquitectura*, Lisboa: S. 4, n. 140, pp. 19-29.
- CML. (2010), *Programa Local de Habitação de Lisboa, Carta dos BIP/ZIP Bairro e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa, Relatório, Metodologia de Identificação e Construção da Carta dos BIP/ZIP*, acessível em: http://www.cmlisboa.pt/archive/doc/06_Relatorio_Metodologiade_identificacao_e_construcao_da_Carta_dos_BIP-ZIP__14_de_Julho_.pdf.
- CML, DMCRU, Unidade de Projecto de Chelas, IHRU (2008), *Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila - Documento Estratégico*, A Situação de Referência, Lisboa: IHRU.
- FERRÃO, João (2003), *Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo*, PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (org.), *Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 219-225.
- FREITAG, Michel (2004), *Arquitetura e Sociedade*, Lisboa: Publicação D. Quixote.

HEITOR, Teresa Valsassina (2001), **A Vulnerabilidade do Espaço em Chelas**. Uma Abordagem Sintáctica, Lisboa: FCG e FCT.

LAPUERTA, José Maria de; ALTOZANO, Fernando (2010), **Vivenda, Envolvente, Hueco – Un Catálogo de Soluciones Construtivas para la Vivienda**, Madrid: Actar.

LNEC (2003), Parecer sobre anomalias nos revestimentos de fachada do bairro do Condado, em Chelas. **Relatório 151/03 – NRI**, Lisboa: LNEC.

LNEC (2008), Colaboração do LNEC na Análise das Condições de Habitabilidade do Edificado no Bairro do Alto da Cova da Moura. Avaliação das Necessidades de Reabilitação do Edificado. **Relatório Síntese**. Lisboa: LNEC.

MONTANER, Josep Maria; MARTINEZ, Zaida Muxí (2006), **Habitar el Presente. Vivienda em Espanha: Sociedad, Ciudad, Tecnología y Recursos**, Madrid: Ministerio de Vivienda.

MONTEYS, Xavier; FUERTES, Pere, (2001), **Casa collage: un ensayo sobre la arquitectura de la casa**, Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, p. 112.

IHRU, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (s.d.), **Portal da Habitação**, acessível em: <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/portal/glossario/>.

PEREIRA, Luz Valente; GAGO, M. Amélia Corrêa; e, LOPES, M. José (1984), **Inquérito à Habitação Urbana**, Lisboa: LNEC.

PORTAS, Nuno (2005), **Arquitectura (s) Teoria e Desenho, Investigação e Projecto**, Porto: FAUP Publicações.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (2003), **Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SILVA, Christopher; PEREIRA, David; LEITE, Gonçalo; VIEIRA, Liliana; RIBEIRO, Luís (2009), **CHELAS: Zona N2 Byrne e Reis Cabrita O “Pantera Cor-de-Rosa”**, Trabalho de História da Arquitectura Portuguesa, 5º ano, 08/09, Lisboa: ISCTE.

SILVA, Luís Octávio da (2008), Primórdios da habitação social: as experiências do entre guerras na Europa e Estados Unidos, **Arquitextos**, 097.05, ano 9, acessível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp475.asp>.

MADEIRA DA SILVA, Teresa; ALVES, Pedro M., OLIVEIRA, M. João; MAGALHÃES, Miguel V. (2011), Organização do Espaço em Edifícios de Habitação Social: Conflitualidade e Insegurança Urbana, **SICYUrb, Second International Conference of Young Urban Researchers**, Lisboa: ISCTE-IUL, acessível em: <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/view/253/101>

7

2013

Planeamento e Habitação: Habitação Social em Edifícios de Grande Porte: “Zona J” e “Pantera Cor-de-Rosa”

Planning and Housing: Social Housing in Large Buildings: “Zona J” and “Pantera Cor-de-Rosa”

Atas do Seminário Área Metropolitana de Lisboa Ambiente Urbano e Riscos. Lisboa: Área Metropolitana de Lisboa. p.154-160.



Bairro do Condado (Zona J), Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011).

Resumo

Este artigo decorre de um estudo de avaliação e diagnóstico das necessidades de intervenção em dois bairros sociais (a “Zona J” e a “Pantera Cor-de-rosa”), situados em Marvila (Chelas), na cidade de Lisboa, realizado por uma equipa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), para o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). No essencial, o estudo propõe um “instrumento de apoio à decisão” das entidades responsáveis – o Gabinete Viver Marvila do IHRU e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) – sobre o futuro dos bairros em causa. Tendo sido elaborado, na conclusão do estudo, um Relatório Final, este artigo aborda três pontos centrais do trabalho que foi desenvolvido: 1. A realidade existente (levantamento), 2. As necessidades (diagnóstico) e 3. As prioridades (cenários de intervenção).

Abstract

This article results of an evaluation study and diagnosis of intervention needs in two housing estates (the “J Zone” and the “Pink Panther Pink”), located in Marvila (Chelas), in Lisbon, conducted by a team of ISCTE-IUL, University Institute of Lisbon, to the Institute of Housing and Urban Rehabilitation (IHRU). In essence, the study proposes a “tool for decision support” official bodies - Viver Marvila Cabinet (IHRU) and Lisbon City Council (CML) - about the future of the districts concerned. Has been drawn up at the conclusion of the study, a Final Report, this article addresses three central points that has been developed: 1. existing reality (survey), 2. needs (diagnosis) and 3. priorities (intervention scenarios).



Figura 1. Bairro do Condado (Zona J), Marvila, Lisboa. Vista geral. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)



Figura 2. Bairro dos Lóios (Pantera Cor-de-rosa), Marvila, Lisboa. Praça central. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)

A realidade existente (levantamento)

Os bairros, objecto de estudo, são constituídos por edifícios de grande porte e foram projetados e construídos nas décadas de 70 e 80 do século XX. Embora sendo edifícios de referência na área disciplinar da arquitetura pelas suas qualidades espaciais, neles se reconhecem problemas de conflitualidade, gestão e governabilidade, assim como um avançado estado de degradação e deterioração dos edifícios e do espaço público.

Os dois conjuntos urbanos, conhecidos por “Zona J” (Fig.1) e “Pantera Cor-de-Rosa” (Fig.2), foram construídos após a revolução de Abril de 1974 com o intuito de alojar a população que vivia em barracas e os retornados das ex-colónias. A construção da maioria destes bairros correspondeu à resposta necessária a um problema quantitativo: o défice de habitação. Decorridos cerca de 30 a 40 anos desde a sua construção, estes conjuntos urbanos apresentam consideráveis níveis de deterioração e indícios de inadequabilidade e proporcionam uma fraca qualidade de vida urbana, fruto de vandalizações constantes e, sobretudo, da ausência de manutenção do próprio edificado. Por outro lado, correspondem a uma importante percentagem do parque habitacional (entenda-se de habitação social) da cidade de Lisboa. Nesta perspetiva, revela-se primordial a necessidade de responder à questão qualitativa com que estes bairros agora se deparam. Sendo bairros consideravelmente mediatizados, não deixamos de ser surpreendidos pela dimensão dos problemas que neles existem quando os visitamos.

A primeira impressão é de que, embora recentes (edificados nas décadas de 1970 e 1980), encontram-se num avançado estado de degradação construtiva. Tratando-se de bairros de habitação social, a população residente é muito variada, mas é constituída maioritariamente por indivíduos com baixos recursos, famílias numerosas, idosos e desempregados, agravando-se o potencial de criminalidade e insegurança. Desde as primeiras visitas questionámos o facto de a tipologia urbana (neste caso – edifícios de grande porte, organizados em galeria) e a inexistência de uma separação clara entre espaço público, espaço privado e semi privado, ter reflexos na forma como os seus habitantes vivem e usufruem o bairro.



Figura 3. Bairro do Condado (Zona J), Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)



Figura 4. Bairro dos Lóios (Pantera Cor-de-rosa), Marvila, Lisboa. (Fonte: Fotografia dos autores, 2011)

As necessidades (diagnóstico)

Acerca das necessidades de intervenção elaboramos primeiramente uma grelha de diagnóstico centrado em 4 pontos-chave: o primeiro diz respeito ao espaço urbano e à relação bairro/cidade, o segundo, à forma dos edifícios, o terceiro, diz respeito à gestão dos edifícios e, o quarto, à qualidade construtiva.

2.1. Sobre o espaço urbano e a relação bairro/cidade, pudemos compreender que estes bairros não funcionam de forma complementar à cidade que os envolve. Trata-se de bairros que servem apenas os seus habitantes e utilizadores, e raramente são atravessados por terceiros, contribuindo para a ideia de se constituírem como “ilhas urbanas”. Neste sentido, o desenho territorial é adverso à ideia de continuidade, uma vez que a dispersão dos conjuntos no território se traduz na fraca relação entre eles. Por outro lado, os edifícios localizam-se numa área urbana cujo nome vem acompanhado de conotações negativas, como “cidade dos excluídos, pessoas de residência atribuída/habitação social, cidade mal servida” (Acher, 2010, p.173) – “cidade não reconhecida” (Ferrão, 2003, p. 221). Esta conotação negativa, apesar da promoção contrária por parte dos agentes locais e dos promotores, é uma questão fulcral, não apenas como retrato da qualidade da vida urbana, mas também, por ser um entrave à capacidade de atrair classes mais favorecidas (Figs.3 e 4).

A nível urbano, há também que reconhecer e salutar a convivência de usos registada nos conjuntos urbanos em estudo; é que a alternativa – formações urbanas mono funcionais –, tem por norma um impacto negativo na qualidade de vida dos seus habitantes, especialmente aqueles que não se deslocando ao emprego, continuamente o habitam: desempregados, donas-de-casa, crianças, adolescentes, idosos, etc. (Montaner, 2006, p.34). A presença de diferentes valências no espaço residencial é garante de vitalidade urbana como os conjuntos urbanos em estudo o comprovam.

2.2. Sobre a forma dos edifícios pudemos constatar que a forma construída dos conjuntos, cria obstáculos aos modelos de governabilidade, uma vez que não existe definição das fronteiras entre lotes. O facto de não existir uma hierarquia definida entre espaços públicos, semi-públicos e privados,



Figura 5. Bairro do Condado (Zona J), Marvila, Lisboa. Acessos. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)



Figura 6. Bairro dos Lóios (Pantera Cor-de-rosa), Marvila, Lisboa. Acessos. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)

assim como a indefinição na ligação entre eles, conduz à existência de espaços cuja utilização e apropriação é pouco clara, dificultando um uso adequado proporcionando a impossibilidade de vigilância por parte da população residente ou visitante. Deste modo, a partilha de espaços de circulação entre habitantes de diferentes lotes é, ao mesmo tempo, motivo e área de conflito para os moradores potenciando situações de apropriação de espaços comuns e o encerramento de passagens no interior dos conjuntos edificados. Por outro lado, registaram-se dificuldades na relação entre o edifício e os espaços urbanos diretamente adjacentes ao nível do piso térreo. Estas decorrem principalmente da complexidade formal dos edifícios, da difícil relação entre frentes cegas e a rua e do facto dos elementos construídos (degraus, muros, fachadas cegas, passagens, etc.), dificultar a leitura e o controlo do espaço público, transformando as áreas exteriores em “terras de ninguém”, onde a vigilância fraqueja e a manutenção escasseia.

2.3. No que se refere à governabilidade e à gestão dos edifícios, o principal obstáculo a uma gestão adequada encontra-se no modo como se organizam. Na maioria dos casos os lotes têm dependências comuns que obrigam à partilha da mesma caixa de escadas, dos mesmos elevadores, dos mesmos acessos e das mesmas redes (Figs.5 e 6). Esse facto origina espaços de circulação e distribuição onde as relações de pertença se estabelecem com dificuldade devido à indefinição dos seus limites. Acresce a estes aspetos, a pouca clareza sobre a posição e papel que cabe a cada uma das entidades envolvidas na gestão deste património (IHRU, CML, administrações, associações de moradores, moradores, lojistas, etc.), os quais, em conformidade com a sua condição – proprietários privados, proprietários públicos, arrendatários, ocupantes ilegais têm interesses e responsabilidades distintas o que tudo complica.

2.4. Sobre a qualidade construtiva dos edifícios, em primeiro lugar, confirma-se a inequívoca degradação dos edifícios, que resulta de questões construtivas, da idade do edificado associada à falta de manutenção, e também do modo, muitas vezes inadequado, como os utilizadores se apropriaram dos edifícios. Existe todo um conjunto de patologias, consideradas em pormenor por um estudo do Laboratório Nacional de

Engenharia Civil (LNEC, 2003), que, em casos extremos, comprometem a segurança estrutural dos edifícios, sobretudo no bairro do Condado. As condições construtivas são também a causa dos baixos níveis de conforto térmico, quer no Verão quer no Inverno, e portanto o grande obstáculo ao aproveitamento passivo de energia. Quanto às patologias do invólucro, e às questões da segurança estrutural, há que dar conta dos elementos construtivos (construção em betão tipo “túnel”, no caso do Condado) que condiciona, em parte, a possibilidade de alteração do espaço arquitetónico. Na verdade, o surgimento de novos regulamentos, força-nos a olhar para o património construído, também segundo essa perspetiva, porque a maioria destes conjuntos não obedece às normas atuais.

2.5. Em termos de conclusões das necessidades/diagnóstico, a questão central tem a ver com o esquema funcional destes edifícios, verificando-se situações complexas, anárquicas, e, por vezes, labirínticas, na forma como as circulações se distribuem no seu interior. As áreas de circulação comum são as áreas dos edifícios que intermedeiam o domínio público e o privado, assumindo uma importância singular, uma vez que se constituem como o espaço de controlo dos acessos e de estabelecimento de relações de vizinhança, ou seja, o primeiro espaço de contacto entre visitantes e visitados. Nos bairros em causa, os acessos aos lotes raramente são verdadeiramente controlados, principalmente devido ao mau funcionamento dos trincos ou à ausência de campainhas, o que leva a que a “porta da rua” esteja por regra aberta, tornando o espaço de hall num contínuo do espaço público que só acaba nos controlos de apropriação “ilegal” das galerias, ou na porta da casa. Isto deve-se, sobretudo, à necessidade de criar fronteiras (controlo de acesso), de forma a intermediar o espaço público e privado e aumentar a sensação de segurança dos habitantes. Daqui resultam consequências negativas e positivas que importa salvaguardar: se, por um lado, se observa a multiplicação de obstáculos à circulação de pessoas de mobilidade reduzida e à circulação em caso de necessidade de fuga; por outro, verifica-se o estabelecimento de relações de pertença com o espaço de circulação comum que, naturalmente, resulta na manutenção desses mesmos espaços.

As prioridades (cenários de intervenção)

No estudo que realizamos as prioridades encontram-se assinadas nos cenários de intervenção descritos num documento (Silva, et al., 2011), que tem como finalidade o apoio à decisão para uma possível reabilitação. Se, por um lado, pretendemos respostas concretas e objetivas, por outro, também se pretende proporcionar diferentes possibilidades de intervenção de acordo com o interesse e as características específicas de cada lote. Assim, os cenários não são conjuntos de ações estanques e herméticas em si mesmas, mas, uma série de linhas de atuação combináveis e reorganizáveis, onde as diversas ações se contabilizam individualmente e se podem realizar através de diversas combinações possíveis. Eles permitem organizar dados, prever soluções, definir custos e antever benefícios de acordo com o interesse de quem as promove, o que, de acordo com as rápidas mudanças na sociedade, parece ter alguma importância.

Para definir prioridades foram considerados quatro cenários. O cenário A – “manter a situação existente”, o cenário B – “reparações”, o cenário C – “intervenção”, e o cenário D – “Nova Chelas”. O cenário A – “manter a situação existente”, corresponde a não fazer intervenção de qualquer ordem. Este cenário tem custos associados: os custos decorrentes da manutenção e gestão do edificado existente, os custos correntes energéticos associados à forma e à qualidade construtiva, e os custos indemnizatórios em caso de catástrofe com perda de vidas humanas ou prejuízo da integridade física dos moradores, (bastantes mais elevados neste cenário do que em qualquer dos outros). Também os custos políticos associados ao facto de manter os moradores sem melhorias de qualidade de vida urbana são de considerar. Não existem quaisquer benefícios assinaláveis, mantendo-se todas as lacunas, deficiências e condicionantes já referidas anteriormente no diagnóstico.

O cenário B - “reparações”, corresponde ao assumir uma organização que decorre da apropriação feita pelos moradores, e que reproduz um modelo de autogestão por unidade funcional. O que se procura é trazer as condições necessárias ao funcionamento das unidades funcionais, através da introdução de escadas de emergência, reparação ou substituição

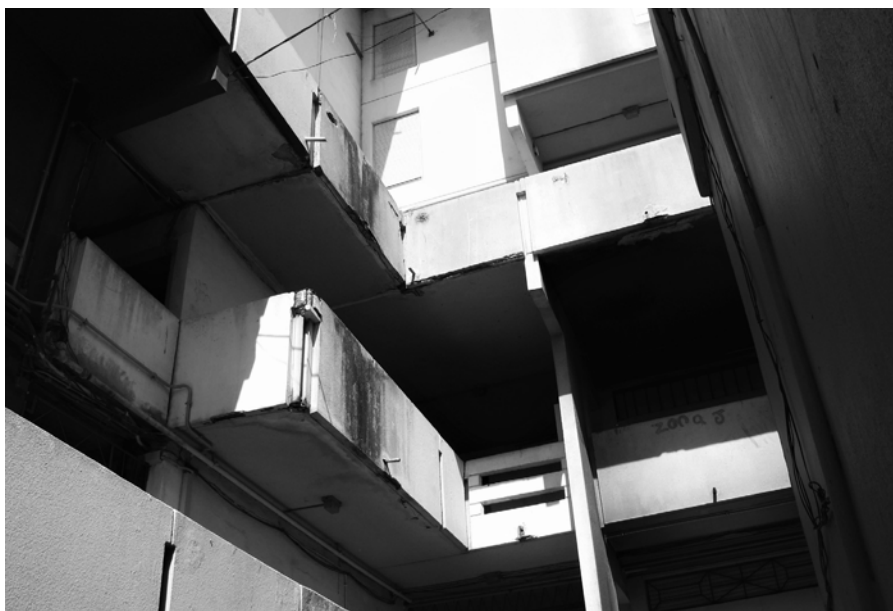


Figura 7. Zona J, acessos ao lote em banda. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)



Figura 8. Cenários de intervenção. Esquema gráfico para a tipologia funcional “Banda do Condado”. Bairro do Condado, Zona J. (Fonte: AAVV, 2011: Cenários de Intervenção, desenhos dos autores)

de elevadores (se necessário), substituição das redes (organizadas por unidade funcional), reparação das áreas comuns de circulação, instalação de sistemas de combate a incêndios, reparação das coberturas e fachadas. Os benefícios das ações neste cenário, são, sobretudo, a redução dos riscos associados a catástrofes e a uma pequena melhoria dos níveis de conforto.

O cenário C - “intervenção”, tem como principal objetivo criar as condições para o funcionamento do edificado lote a lote, através da segmentação das áreas comuns por lote, resultando numa melhoria da qualidade da construção e da produtividade. Foram consideradas várias ações: reparação de patologias, 2º pano de fachada, cobertura com isolamento térmico e impermeabilização, caixilharia com corte térmico e vidro duplo e, quando necessário, reforço estrutural; foi também considerado a instalação de coletores solares para aquecimento de águas, um sistema de aproveitamento de águas pluviais e instalação de painéis foto voltaicos, garantindo-se, desta forma, os benefícios de poupança e aproveitamento ativo de energia, e a possibilidade de rentabilização através da venda de energia à rede. O cenário C obrigou a alguma investigação em desenho. Foram consideradas três tipologias funcionais: a banda do Condado, a torre do Condado e a banda dos Lóios. A primeira é caracterizada pela partilha dos elementos de circulação vertical por diferentes lotes (no caso três lotes). A sua segmentação, de forma a possibilitar um funcionamento mais próximo da cidade convencional, está condicionada à criação de acessos verticais por lote, à substituição de redes (organizadas também por lote), à reparação das áreas comuns de circulação e à demolição da circulação vertical existente, e a instalação de sistemas de combate a incêndio. A criação de acessos verticais por lote tem a dupla função de organizar os limites administrativos e reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga (Figs.7 e 8).

No caso das torres do Condado, estas por norma, funcionam sem quaisquer dependências de outros lotes. A principal questão para o seu mau funcionamento prende-se com a segurança contra incêndios: o saguão central da torre funciona como uma “chaminé” e a ausência de uma escada encerrada para percurso de fuga são aspetos importantes a



Figura 9. Pantera Cor-de-rosa, acessos aos lotes em banda. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2011)



Fig. 10. Cenários de intervenção. Esquema gráfico para a tipologia funcional "Banda dos Lóios". Bairro dos Lóios, Pantera-cor-de-rosa. (Fonte: AAVV, 2011: Cenários de Intervenção, desenhos dos autores)

considerar, face ao número de habitantes que cada torre comporta. Assim sendo, estudou-se a hipótese de encerramento de uma das escadas, recorrendo à alteração do acesso de um fogo por piso. Esta acção deve ser considerada a par com a necessária reparação das áreas comuns de circulação e a reparação/instalação dos sistemas de combate a incêndios (Figs.9 e 10).

Conclusão

De tudo o que pudemos observar, analisar e refletir, concluímos que na sua actual forma os edifícios são "ingovernáveis" e como se suspeitou, a partir das primeiras abordagens, a forma do edificado e o modo como os acessos se organizam reflete-se no modo como os moradores vivem e usufruem o espaço. Esta situação decorre da deficiente definição dos limites dos lotes, partilha e continuidade dos espaços de circulação entre lotes e da partilha de circulações verticais com situações de impasse de largas dezenas de metros, facilitando processos de apropriação ilegal dos espaços comuns. A resposta para a resolução de muitos dos problemas encontrados, como referimos, passa pela aproximação dos conjuntos edificados à forma de funcionamento da cidade convencional através da criação de acessos lote a lote. Esta operação tem como funções essenciais, organizar os limites administrativos dos conjuntos, reduzir a dimensão dos impasses e percursos de fuga, facilitar a vigilância, a segurança e a gestão dos lotes e potenciar a alienação através da privatização das frações. Esta última tarefa facilitaria a futura venda das frações, potenciando maior encaixe financeiro decorrente da venda a preços competitivos, para além dos benefícios advindos do "mix social" mais heterogéneo de moradores nos bairros.

Bibliografia

ASCHER, F. (2010), *Novos Princípios do Urbanismo. Seguidos dos Novos Compromissos Urbanos*. Um Léxico, Lisboa: Livros Horizonte.

CML, DMCRU - Unidade de Projecto de Chelas, IHRU (2008), *Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila – Documento Estratégico, A Situação de Referência*, Lisboa: IHRU.

FERRÃO, J. (2003), *Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo*, PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João (org.), *Políticas Urbanas: Tendências, Estratégias e Oportunidades*, Lisboa: F.C.G., pp. 219-225.

LNEC, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, (2003), *Parecer sobre anomalias nos revestimentos de fachada do bairro do Condado, em Chelas, Relatório 151/03 – NRI*, Lisboa.

MONTANER, Josep Maria; MARTINEZ, Zaida Muxí (2006), *Habitar el Presente. Vivenda em Espanha: Sociedad, Ciudad, Tecnología y Recursos*, Madrid: Ministerio de Vivienda.

MADEIRA da SILVA Teresa, et al. (2011), *Relatório Final. Estudo de Avaliação e Diagnóstico das Necessidades de Intervenção em Edifícios nos Bairros do Condado e dos Lóios em Marvila*, Lisboa: ISCTE-IUL.

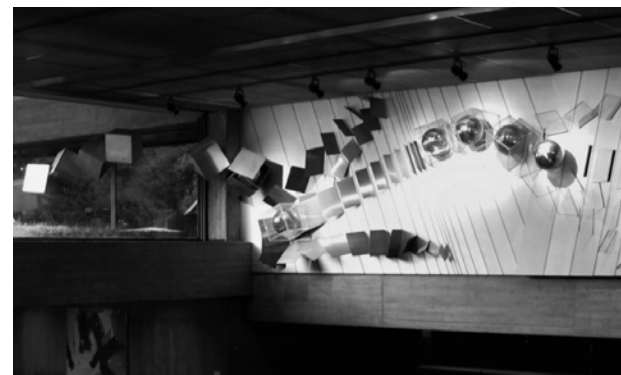
8

2009

As Artes Plásticas na Configuração da Arquitetura. Três Edifícios Modernistas Lisboetas.

The Fine Arts in the Architecture Configuration. Three Modernist Buildings in Lisbon.

8º Seminário Docomomo Brasil - Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes. Rio de Janeiro. 2009.



Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa. Vista da entrada para os auditórios e escultura de Artur Rosa. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2009)

Resumo

Este texto debruça-se sobre a interacção entre as artes plásticas e a arquitectura a partir de três casos de estudo – três edifícios modernistas, construídos em Lisboa nas décadas de 50 e 60 do século XX. Os edifícios escolhidos são: o Hotel Ritz (1952-1959) projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, o Bloco das Águas Livres projectado pelos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral (1955-56), e a Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (1959-1969) projectado pelos arquitectos Ruy Jervis d'Atouguia, Pedro Cid e Alberto Pessoa. A escolha dos edifícios tem como critério prévio o facto de revelarem, no contexto português, a tendência da época, de integração das artes plásticas, a partir de uma grande diversidade de formas de expressão artística, desde a pintura mural, aos baixo-relevos, até aos elementos de paisagismo (espelhos de água, esculturas, etc.). O objectivo proposto nesta comunicação é, para além de entender as relações entre as artes plásticas e a arquitectura no modernismo (ou movimento moderno), perceber de que forma estas interagem na configuração arquitectónica e no seu significado. Explorar quais as potencialidades e os limites da integração das artes plásticas na arquitectura é um dos aspectos a pesquisar tendo em conta os aspectos conceptuais e funcionais dos edifícios.

Abstract

This paper investigates the interaction between fine arts and architecture, supported on three case studies. These, refers to three modern building built in Lisbon, during the 50's and 60's of 20th century: the Hotel Ritz (1952– 1959), planed by architect Porfírio Pardal Monteiro, the Bloco das Águas Livres planed by architects Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral (1955-56), and the Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (1959– 1969), planed by architects Ruy Jervis d'Atouguia, Pedro Cid e Alberto Pessoa. Supporting the selection of the choosen building was the fact that they reveal in the Portuguese context the integration of the fine art's in architecture. This integration could be manifested through a great variety of forms of expression: mural painting, bas-reliefs and elements of landscape (water's mirrors, sculptures, etc.). The aim of this paper is too identify the relationship between fine arts and architecture during the modern movement in Portugal. And too, determine how does the fine arts manifest in the architectural configuration and on its interpretation. The exploration of the potentialities and the limits of such integration of the fine arts and architecture constitutes one of the issues to investigate in this paper, support on the conception and functional characteristics of the buildings.



Figura 1. Hotel Ritz - Lisboa. Vista Geral. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2007)



Figura 2. Fundação Calouste Gulbenkian - Lisboa. Vista geral. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2008)

1. É aceite que a arquitectura do movimento moderno em Portugal (pós congresso de 1948)¹, se caracteriza entre outros aspectos pela inter-relação entre as artes plásticas e arquitectura. A valorização das componentes funcionale social da arquitectura como um dos fundamentos da modernidade veiculada pela Bauhaus, desemboca na interdisciplinareidade entre diferentes áreas artísticas, sendo comum encontrar em Portugal inúmeros exemplos onde se verifica uma convivência entre as três artes: pintura, escultura e arquitectura.

Funcionando como um todo por via da sua integração, ou trabalhando como mera sobreposição, as obras de arte criam relações com a arquitectura que, no contexto da modernidade, levantam algumas questões. Se por um lado, na linha de Heidegger, para a cultura do movimento moderno o significado de ornamento é entendido como não essencial, ou seja, como oposto à procura de “verdade” na obra, por outro, a integração das artes plásticas desempenha diferentes papéis.

Neste contexto, se por um lado, as artes plásticas na arquitectura servem para proporcionar espaços culturais ao serviço dos seus utilizadores, por outro, servem igualmente para reforçar os aspectos conceptuais no plano arquitectónico (monumentalidade, profundidade, espaços de convergência, etc.), (Fernandes, 1993). Para além disso, e dado que a função do espaço arquitectónico é múltipla e variada, a integração das artes plásticas desempenha também um papel simbólico na configuração desse mesmo espaço. Neste sentido, e ao contrário do papel meramente decorativo que a pintura, a escultura ou mais recentemente as instalações podem adquirir (de complemento da arquitectura), estas podem dar determinados significados ao espaço.

2. A questão que pretendo trazer ao debate é precisamente em torno deste ponto de vista: se a intenção no contexto da modernidade era a verdade na arquitectura, a arquitectura sem ornamento (Loos, Corbusier, etc.) e procuramos através dos três exemplos aqui referenciados, entender qual o papel das artes plásticas nestes casos e o significado da relação entre

¹ O Congresso de 1948, realizado pelo Sindicato dos Arquitectos Portugueses em Lisboa, constituiu um momento importante de viragem no campo da arquitectura em Portugal e dentro da classe dos arquitectos pela afirmação da arquitectura moderna em Portugal.

as artes plásticas e a arquitectura nos três edifícios construídos em Lisboa no final da década de 50 e início de 60: o Hotel Ritz, construído entre 1952 e 1959, em Lisboa, e projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro,² (Fig.1);

O Bloco das Águas Livres construído em 1959 igualmente em Lisboa e projectado pelos Arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral (Fig.2) e os Edifícios Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian construído em Lisboa durante a década de 60 e tendo como principais projectistas Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy Jervis d'Althoughia (Fig.3), foram os exemplos escolhidos.

A questão que se coloca centra-se na relação entre as artes plásticas e a arquitectura nestes três edifícios. Assim, pretendemos verificar de que modo funciona a relação que se estabelece entre a arquitetura e as artes plásticas. Várias hipóteses se colocaram: ou como ornamento justaposto à estrutura espacial, ou como parte integrante de um todo com qualidades inerentes ao espaço arquitectónico, ou ainda como um conjunto de elementos que reforçam os aspectos conceptuais do espaço, o seu significado e o seu valor simbólico.

Hotel Ritz (1952-1959)³

O primeiro caso de estudo que nos propomos analisar é o Hotel Ritz, construído na década de 50, entre 1952 e 1959. Este edifício situa-se em Lisboa, no quarteirão delimitado pelas ruas e avenidas Rodrigo da Fonseca, Castilho, Joaquim António de Aguiar e Marquês de Suberra, foi projectado pelo arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, sendo o projecto dos arranjos exteriores de António Viana Barreto e Álvaro Dentinho.

Na linha dos grandes hotéis construídos na época e segundo os princípios da carta de Atenas, a forma do edifício é a de um bloco paralelepípedo assente num podium e descolado em relação a este, numa das partes, através de pilotis. Este bloco, que se desenvolve numa altura de dez andares, assenta sobre um outro bloco, constituído por dois andares de

grande superfície. O conjunto formado por estes dois andares constitui-se como o embasamento do edifício e corresponde aos andares principal e inferior. No bloco dos quartos, a estrutura geral de betão armado, repete-se nos vários pisos e marca nas fachadas a modulação dos vazios correspondentes às varandas, criando um contraste ritmado de claro-escuro que acentua o volume do edifício.

Em termos urbanos podemos reconhecer o carácter monumental, pela relação que se estabelece entre as dimensões atribuídas aos vãos, às varandas dos quartos (como se fossem janelas de grandes dimensões) ou aos pilares. Também a altura do edifício (destacando-o em relação ao perfil da cidade de Lisboa) e o facto de se constituir como um bloco isolado, afastado dos alinhamentos das ruas circundantes e assente numa plataforma, conferem a este edifício uma dimensão cenográfica do ponto de vista do seu enquadramento urbano e, por isso, uma escala monumental.

Contrastando com a escala monumental no contexto da cidade, a forma como são desenhados os espaços interiores e o tratamento que é dado aos espaços exteriores conferem-lhe uma escala mais contida. A dimensão dos espaços e acessos interiores, dos vãos, assim como a forma como foram concebidos os pormenores construtivos no interior do edifício conferem-lhe um carácter acolhedor e agradável e, por isso, uma escala equilibrada do ponto de vista do edifício. Para tal facto contribuiu também o papel que as artes plásticas desempenharam no desenho e na vivência do edifício.

Este edifício é pontuado por inúmeros elementos decorativos em diferentes zonas de lazer, tais como, o bar, a cafetaria, o salão de festas, os restaurantes e os terraços jardins. Para além da qualidade espacial dos interiores, a inclusão de obras de arte (pinturas, esculturas, tapeçarias, baixos-relevos, cerâmicas, trabalhos em azulejo, laca, cobre, etc.) de diferentes intervenientes⁴ faz com que seja considerado um “museu vivo” (Pacheco, 1998:184). Também no exterior do edifício, a aplicação de esculturas e baixos-relevos, a existência de um espelho de água, o cuidado na aplicação da cor e no tratamento dos espaços ajardinados, assim como

² Em colaboração com Jorge Ferreira Chaves, Frederico Sant'Ana, António Pardal Monteiro e Eduardo Medeiros.

³ As datas referem-se respectivamente à data do início do projecto e à data da conclusão da obra do edifício.

⁴ Entre eles, Almada Negreiros, Querubim Lapa, Jorge Barradas, Lino António, Lagoa Henriques, Carlos Calvet, António Soares, Heins Semke, Pedro Leitão, Maria Shimmelpfenning (Magalhães, 2000a: ficha de projecto).



Figura 3. Bloco das Águas Livres - Lisboa. Vista geral. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2009)



Figura 4. Hotel Ritz - Lisboa. Relação da escala do hotel e da envolvente. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)

a forma como é resolvida a iluminação exterior do edifício constituem elementos que valorizam e enobrecem o conjunto desta obra emblemática. Na leitura que podemos fazer do edifício, é possível reconhecer uma forte relação entre artes plásticas e arquitectura.

À luz do enfoque do tema desta comunicação, importa referir um aspecto importante para a concepção do Hotel Ritz centrado na ideia de luxo e monumentalidade que os seus proprietários pretendiam transmitir e que o próprio programa, naturalmente, assim o exigia. Na linha dos grandes hotéis largamente construídos na segunda metade do século XX, monumentalidade e luxo estariam assim associados. Também o Hotel Ritz de Lisboa inicialmente designado de Grande Hotel de Lisboa e depois Palace da Rotunda, obedece a esses princípios. Podemos reconhecer na concepção do edifício, três aspectos que nos interessam referenciar e correspondem a esses objectivos: a escala e a proporção dos espaços; o uso de materiais nobres; e a decoração e ornamentação do Hotel, associados à implementação de obras de arte.

Quanto à escala e proporção no interior do Hotel, podemos observar as proporções elevadas do grande salão com o duplo pé direito (em contraponto ao pé direito simples do foyer). Para além deste aspecto, o grande salão, os terraços, os jardins e a maioria dos quartos são as zonas onde as vistas são privilegiadas – sobre o Parque Eduardo VII e panorâmicas sobre Lisboa – em contraste com a zona da entrada e com os espaços de circulação (Fig.4). Toda a concepção do piso principal, sobretudo a localização da entrada principal, teve como premissa fundamental as vistas que os hóspedes poderiam desfrutar sobre o parque e a cidade. Dos 30 quartos existentes, 19 estão voltados para o Parque Eduardo VII e 11 voltados para o lado oposto. Os quartos do topo sul, os mais luxuosos, têm duas frentes, possibilitando deste modo desfrutar de vistas mais ricas.

Relativamente ao uso dos materiais no revestimento das superfícies, os materiais são essencialmente mármore, mosaico cerâmico, pinturas resistentes e produtos industriais novos para a época, como tintas epoxis, linóleos e mosaicos tipo “pastilha”. O aço inox e o ferro metalizado são essencialmente usados nas caixilharias. As paredes exteriores do corpo dos



Figura 5. Hotel Ritz - Lisboa. O uso da pedra como material de revestimento nas fachadas. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)



Figuras 6. Hotel Ritz - Lisboa. Vista dos espaços públicos com as tapeçarias desenhadas por Almada Negreiros. (Fonte: http://www.fourseasons.com/lisbon/photos_and_videos/)

quartos são revestidas de cantarias (1700 m² de granito da Escandinávia e 5200 m² de granitos e mármore nacionais), assim como grande parte dos interiores (Fig.5). O volume avançado que marca a entrada principal do Hotel e os pillotis de suporte do bloco dos quartos são forrados a granito rosa da Suécia, sendo estes últimos feitos com peças cilíndricas em coroa circular com 4 cm de espessura.⁵ Para além do contraste entre os pés direitos do foyer e o salão nobre respectivamente, este é revestido de materiais nobres, tais como pedra mármore com uma esteriotomia cuidadosamente desenhada, estuque trabalhado nos tectos com iluminação indirecta e caixilhos exteriores de aço inox. Todo este salão é decorado com peças de arte cuidadosamente colocadas, com o objectivo de assegurar o carácter monumental e luxuoso do conjunto.

Quanto à inserção de obras de arte foi uma intenção inicial da empresa proprietária do hotel enriquecer o hotel através do contributo de muitos artistas plásticos por via da colocação de uma grande variedade de peças artísticas. Para a decoração do Ritz foram convidados artistas plásticos e decoradores portugueses para os diversos espaços do hotel. Com a concordância de Pardal Monteiro, o Hotel passou a ser o receptor de diversas obras de arte em diferentes campos como a pintura, a escultura, a tapeçaria, o baixo-relevo, a cerâmica, as diferentes artes aplicadas (a marqueterie, a laca, o mosaico, a gravação em cobre), o azulejo, etc., (Magalhães, 2000a, p.129). Do conjunto das intervenções existentes no Hotel, podemos encontrar uma grande variedade de intervenientes com diferentes formas de abordagem. De acordo com Rui Afonso Santos, “o salão principal e o restaurante couberam aos decoradores franceses Henry Samuel, chamado de Paris, e a Lucien Donnat que, trabalhando de parceria, recorreram ao classicismo estilizado, com laivos de art déco; as suites ficaram sob a orientação de Luís Possolo, que as mobilou com cópias de peças antigas fornecidas pela Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, porém, apesar da excelência artesanal e do esforço de reconstituição do ambiente tardo-setecentista, tal partido já estava de antemão ‘votado ao malogro’ pelo ecletismo resultante da sua desadequação da arquitectura de interiores e seus condicionantes.” (Santos, 1995, p.485).

⁵ Ana Magalhães (2000a: 121), remete para o anúncio da “Cooperativa dos Pedreiros, fornecedora oficial dos mármore e cantarias para o Hotel”, publicado em *Arquitectura*, 47, Abril de 1960.



Figuras 7. Hotel Ritz - Lisboa. Vista dos espaços públicos com as tapeçarias desenhadas por Almada Negreiros.
(Fonte: http://www.fourseasons.com/lisbon/photos_and_videos/)



Figura 8. Hotel Ritz - Lisboa. Vista do salão com pormenor das tapeçarias de Almada Negreiros.
(Fonte: http://www.fourseasons.com/lisbon/photos_and_videos/)

É igualmente longa a lista de artistas plásticos que nas várias áreas disciplinares colaboraram em diferentes zonas do hotel: de Almada Negreiros, colaborador recorrente nas obras de Pardal Monteiro, foram incluídas três tapeçarias, dispostas no Salão Principal e executadas pela Fábrica de Portalegre, e um desenho a ouro inciso em mármore negro, no hall de passagem; (Figs.6, 7 e 8) de Lino António, de Sarah Afonso, de Pedro Leitão, de Calvet da Costa, foram incluídas algumas tapeçarias. (idem, p.184). “São de referir igualmente, os trabalhos escultóricos de António Duarte (na entrada do edifício), de João Farinha (no lago do terraço), de Lagoa Henriques (na escadaria da sobreloja), de Joaquim Correia (sobre a fachada da Rua Castilho), de Martins Correia e, muito discretamente, uma obra de Jorge Vieira; os painéis de baixo-relevo de Barata Feyo (no terraço do Grande Salão) e de Martins Correia (na escada que parte do Grande Salão e conduz à Sala de Festas); a pintura a óleo de Carlos Botelho (expostos na Sala Principal) ou de António Soares (um biombo pintado a óleo, disposto na antiga Sala de Pequenos-Almoços) ou ainda pinturas de Luís Filipe”. (Magalhães, 2000a, 133). “Nos trabalhos de cerâmica salienta-se a coluna revestida a cerâmica, de forte expressão plástica, da autoria de Querubim Lapa, e ainda trabalhos de Hein Sempke, de Maria Schimnelpfennig e de Jorge Barradas. Na área das artes aplicadas, destacam-se os trabalhos de marchetaria de Fred Kradofer, o trabalho em laca de Louro de Almeida, o pavimento em mosaico localizado no Jardim de Inverno, do artista Rolando Sá Nogueira e ainda duas colunas do Bar em folha de cobre gravada, da autoria de Bartolomeu Cid; finalmente são de referir os painéis de azulejo de Jorge Barradas (patamar do Terraço superior) e de Hansi Stael (no patamar adjacente à Sala de Leitura)” (idem, 133).

A propósito da diversidade de obras de arte e da variedade das encomendas, a forma como foram integradas as obras de arte foi muito contestada. À época, uma nova geração de arquitectos centrou o debate no facto de o Hotel se revestir de uma certa contradição: por um lado, era moderno por outro era excessivamente decorado. Nas palavras de José Daniel Santa Rita e Duarte Nuno Simões podemos entender o incómodo que tal facto causou. “Uma visita ao interior do Ritz confirma algumas das impressões trazidas do exterior. Sente-se que também aí, os autores do projecto se viram na necessidade de adaptar um conceito de modernidade

às exigências de um público pouco inclinado a aceitá-lo. Compreende-se a necessidade de criar uma arquitectura válida, nascida deste compromisso, (...)” (Santa-Rita, J. D., Simões, Duarte Nuno, 1960, p.53-55). Reconhece-se aqui um esforço de conciliação e compromisso entre arquitectura e a decoração do hotel, mas o facto de os responsáveis pela decoração não terem acompanhado a arquitectura ou melhor não terem sabido “completá-la e enriquecê-la” mas antes “contrariá-la ou ignorar os seus objectivos” (idem, 55), fez com que o conjunto se apresentasse pouco coerente.

Assim, “à ausência... de outro método de trabalho capaz de assegurar a unidade de esforços de todos quanto participaram na decoração do hotel, pode também atribuir-se a indisciplinada multiplicidade de critérios que informou a acção dos decoradores. Esta indisciplinada comprometeu de maneira irremediável, principalmente na zona social do edifício, que pelas suas características mais o exigia, a possibilidade de um efeito de conjunto. Assim, o partido de continuidade espacial aí adoptado, como forma de articulação das diferentes salas e espaços especializados que a constituem, contrariado por um tratamento parcelar, perde grande parte do seu interesse.” (idem, 55).

Mais contundente terá sido o pintor Nikias Skapinakis que num artigo publicado numa revista da época, acerca do “sempiterno problema da conjugação das três artes”⁶, criticou duramente as intervenções no Hotel Ritz, como sendo a causa do problema a falta de coordenação e a orientação do projecto:

“mas o que esta justificável variedade de colaboradores requeria era uma competentíssima orientação geral, unificadora do gosto da decoração. Quanto a orientação, porém não há sombra dela, o que faz que o famoso Ritz apareça, a olhos menos provincianos, ornamentado com retalhos; e como os retalhos são muitos, a manta tem bocadinhos vistosos e outros muito pobrezinhos.” (Skapinakis, 1960, p.52).

⁶ Título do artigo publicado na revista Arquitectura em 1960 acerca da decoração do Hotel Ritz. SKAPINAKIS, Nikias, 1960. A Decoração do Hotel Ritz, O Sempiterno Problema da Conjugação das Artes, Arquitectura, 67, pp.51-52.

Se observarmos o resultado final desta obra podemos concluir que, em muitos casos se verifica uma sobreposição das obras de arte sobre o espaço arquitectónico sem uma forte ligação entre eles. A grande quantidade de obras incluídas (cerca de 600 peças de arte) e o estilo adoptado na decoração dos quartos, pouco ou nada tem que ver com o estilo sóbrio e moderno adoptado pelo arquitecto.

Bloco das Águas Livres (1955/56-1959)

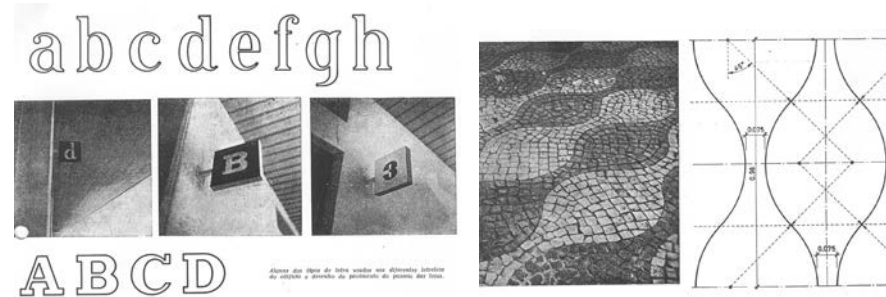
O bloco das Águas Livres situa-se na Praça das Águas Livres em Lisboa foi construído no final dos anos de 1950 e projectado pelos Arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral em colaboração com diferentes artistas plásticos e o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles.

Inspirado no bloco de habitação de Marselha, o bloco das Águas Livres, impunha-se como um edifício moderno, diferente e de grande qualidade em relação aos seus contemporâneos. Pensado para ser auto-suficiente, incluía habitações com diferentes tipologias, comércio, escritórios e serviços de apoio às habitações, tais como serviços de aquecimento colectivo e distribuição de água quente, recolha de lixos através de uma conduta vertical, monta-cargas, lavandaria colectiva e ainda garagem, salão de festas, uma zona para guardar bicicletas, arrecadações e variados acessos.

O edifício é composto por um corpo principal com 12 pisos, oito pisos de habitação, um de escritórios (a sobreloja), um de comércio e um andar recuado com, a sala de festas, reuniões ou exposições, terraço virado a Sul e a habitação do porteiro (Fig.9). Abaixo destes pisos que constituem o corpo principal, encontra-se o piso semi-enterrado com as garagens, as instalações das caldeiras para o aquecimento colectivo, as arrecadações, uma zona para guardar bicicletas, carros de crianças, etc. (que também serve como zona de brincadeira no inverno). Este piso encontra-se ligado a um terreno livre constituído por um jardim privado do edifício. Cada piso de habitação tem 7 fogos distribuídos por 4 tipologias consoante o número de quartos, organizados em esquerdo direito, à excepção dos fogos dos topos do edifício. A orientação dos fogos é nascente/poente e os fogos são servidos por galerias.



Figura 9. Bloco das Águas Livres – Lisboa. Vista Geral. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2008)



Figuras 11 e 12. Bloco das Águas Livres – Desenhos do lettring e da calçada. (Fonte: Arquitectura, 66)



Figura 10. Bloco das Águas Livres – Lisboa. Vista sobre as lojas e baixo relevo de Jorge Vieira. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2008)



Figura 13. Bloco das Águas Livres – Lisboa. Entrada e painel em mosaico de Almada Negreiros ao fundo. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)

No piso térreo encontra-se a entrada principal do edifício, a entrada secundária, a entrada de serviço, a garagem colectiva, a lavandaria colectiva, 5 lojas e uma galeria exterior sobre-elevada 1.80 m da rua, e com ligação directa às lojas (Fig.10).

Neste edifício tudo foi pensado ao pormenor e desenhado com extremo cuidado; os autores do projecto juntamente com outros colaboradores desenharam diversos equipamentos como, os lavatórios semi-esféricos e os tanques para lavar a roupa em betão revestido com resinas epoxis, os puxadores de portas em alumínio anodizado para as habitações, os candeeiros, os cestos de papeis e os cinzeiros em rede metálica e latão cromado para as zonas comuns, etc. Para além destes objectos, o grafismo das letras utilizadas para identificar os blocos e as caixas de escadas foram cuidadosamente desenhados de acordo com o sentido orientador do conjunto do edifício (Fig.11). Também o desenho da calçada junto à zona sobre elevada de acesso às lojas foi pensada e desenhada pela equipa projectista (Fig.12). Os materiais de revestimento utilizados são, reboco pintado, caixilhos em ferro pintado, carpintarias em tola envernizada, pastilha vitrificada, soalho à inglesa, linóleo. Nas zonas comuns o uso da cor tendo em conta a natureza dos materiais e a sua cor natural ou própria teve a função de “contribuir para a obtenção final de um realismo arquitectónico.” (Pereira, 1959, 13).

A inclusão das obras de arte ganha destaque, assim como, as peças de mobiliário. Os espaços comuns (entradas, escadas, átrios e terraço), encontram-se articulados e pontuados com obras de arte de Almada Negreiros (mosaicos na zona da entrada), Jorge Vieira (baixo relevo em pedra na parede exterior), Manuel Cargaleiro (vitral no terraço), José Escada (esgrafito em betão na escadas), e Frederico George (murais). Embora actualmente inexistente também foi projectado e construído um espelho de água e repuxo por Bartolomeu Costa Cabral no terraço, próximo do salão de festas. Neste edifício podemos reconhecer a forte ligação entre o trabalho dos artistas plásticos e os arquitectos, através da forma como se articulam as peças de arte e os espaços arquitectónicos. Perfeitamente integradas no espaço arquitectónico, funcionam com uma extensão da arquitectura, através da exaltação da qualidade dos espaços

onde se inserem (Fig.13).

Fundação Calouste Gulbenkian (1959/1969)

Construído em 1959, o conjunto da Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian situa-se no antigo Parque de Santa Gertrudes, à Praça de Espanha em Lisboa, e teve como principais projectistas os Arquitectos Alberto Pessoa, Pedro Cid e Ruy Jervis d'Althoughia. A elaboração do projecto foi a resposta a um concurso por convite, e em 1975 recebeu o Prémio Valmor. O projecto dos arranjos exteriores esteve a cargo dos arquitectos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e António Viana Barreto.

O conjunto dos edifícios que compõem a Sede e Museu corresponde a um agrupamento de volumes articulado de dois corpos principais em forma de T (sede e museu), ao qual se acrescenta um outro, correspondente ao auditório. A combinação dos elementos que constituem a sua volumetria (formas geométricas simples articuladas como um todo), a escolha e aplicação dos materiais dos revestimentos exteriores (essencialmente betão, vidro e granito), e a relação entre os espaços interiores e exteriores estão na origem do sentido de sobriedade, monumentalidade e modernidade que se adivinha (Fig.14).

De grande importância para o conjunto da obra é a integração de peças de arte em diferentes espaços do conjunto dos edifícios. Sobre este aspecto importa referir o papel dos decoradores/artistas/designers Daciano Costa, Eduardo Anahory e Rogério Ribeiro que, quer na escolha das cores, quer na localização das obras e suas dimensões tiveram com certeza um papel relevante criando uma obra total, passível de uma leitura do conjunto.

Se por um lado a variedade e a quantidade de obras é grande, não foi por esse facto que o edifício se tornou um mostruário aleatório de obras. A estreita ligação entre arquitectura e natureza, a articulação entre os espaços interiores e as obras de arte, as alturas dos pés-direitos e a valorização da continuidade entre o exterior e o interior, conferem a este edifício uma escala ao mesmo tempo monumental e equilibrada, permitindo uma leitura do edifício, do parque e das peças de arte que o compõem como um todo.

Os edifícios da Fundação Calouste Gulbenkian são essencialmente de carácter cultural, constituindo-se como um equipamento urbano onde se incluem auditórios, uma biblioteca, uma sala de exposições temporárias, um museu e os respectivos serviços de apoio (arquivo, parque de estacionamento, restaurantes, para o público e para os funcionários, cafetaria, instalações sanitárias e amplos espaços de circulação). Para além destes, no edifício principal (o da sede) encontram-se os espaços administrativos da Fundação. O papel dos designers como referimos foi de importância capital para articulação do conjunto, obras de arte/arquitectura. Pela primeira vez em Portugal, arquitectura, paisagismo e design (sendo esta uma disciplina emergente nos anos 60 em Portugal), conseguiram criar uma imagem de prestígio num edifício “simultaneamente requintado e austero, paradoxalmente luxuoso e essencial” (Tostões, 2006a, 199). Assim, quer o jardim, quer os equipamentos de interiores constituem um prolongamento da arquitectura.

Os materiais utilizados no revestimento das superfícies exteriores são essencialmente: betão aparente, pedra (granito), vidro, bronze e caixilhos de latão oxidado. O edifício da sede, um bloco paralelepípedo colocado na horizontal, é marcado pela repetição modular de elementos de betão e vidro, que lhe conferem ritmo.

No que se refere à relação entre a arquitectura e a decoração, esta com Daciano Costa, “dava lugar ao conceito de arquitectura de interiores que integrava o modo de pensar por sistemas de módulos estruturantes submetidos a uma regra métrica e geométrica absoluta, a um traçado regulador do desenho baseado em componentes repetíveis.” (Tostões, 2006a, 199). Assim, a decoração passava pelo entendimento do projecto de arquitectura e das intenções dos seus autores, atitude pouco comum por parte dos decoradores, como verificamos no caso do Hotel Ritz.

Também o trabalho de Eduardo Anahory na sala de honra e no grande auditório se revela de grande qualidade através, da escolha dos materiais e das texturas, e da forma como está inserida a tapeçaria de João Abel Manta assim como o desenho do tecto de sua autoria. No que diz respeito à articulação entre a arquitectura e as obras de arte, a colocação no sentido

da horizontalidade das obras maiores sugerem a direcção do percurso dos visitantes, de forma a serem vistas à medida que se vai caminhando, (é o caso da decoração de Vítor Fortes, da Tapeçaria de João Abel Manta e de Manuela Jorge).

Aqui e em todo o conjunto, a partir do interior, percebe-se a articulação com o espaço exterior pela relação visual que se estabelece através dos grandes envidraçados que caracterizam este edifício. O corpo do auditório, localizado no interior do parque, permite que este esteja mais protegido do ruído exterior. Também aqui a relação entre o interior e o exterior é cuidadosamente tratada através da criação de uma parede de vidro duplo no fundo do palco, possibilitando que o lago e o jardim se constituam como cenário (Fig.15).

Segundo José Augusto França, encomendaram-se trabalhos a diversos artistas de três gerações distintas: Almada Negreiros e Jorge Barradas foram os escolhidos da primeira geração, João Abel Manta é da geração revelada em 40-50 e Artur Rosa, Manuela Jorge e Vítor Fortes de uma geração mais recente anos 60 e seguintes (Fig.16).⁷

Almada desenhou um mural (desenho gravado em pedra), referenciado por França (p.70), por “painel Gulbenkian” com o título “Começar”, para o átrio principal do edifício administrativo e de acesso aos Auditórios. Constituído por desenhos geométricos através de linhas que se cruzam, interceptam e prolongam ao longo dos seus 12,90 metros de comprimento por 2,20 metros de altura, esta peça constitui uma referência com um enorme valor simbólico para a Fundação, quer pela importância do autor, quer pelo tema, quer pela localização.

Artur Rosa, da geração mais nova do que a de Almada, desenha uma escultura que liga o interior e o exterior através de peças colocadas numa parede alta do vestíbulo dos Auditórios. Os objectos de que é feita, cubos e esferas entre outras formas, criam uma sequência que começa no exterior através de um cubo em metal oxidado que nasce da terra, e termina no interior através de uma esfera de aço polido inscrita numa parede de

⁷ França, José Augusto. “Sobre as Obras de Arte Inseridas no Edifício da Fundação”, Colóquio Revista de Artes e Letras, 56, Lisboa: Dez. 1969, p.69.



Figura 14. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa. Vista Geral. (Fonte: Fotografia de T. Madeira da Silva, 2007)



Figura 16. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa. Vista da entrada para os auditórios e escultura de Artur Rosa. (Fonte: Fotografia: T. Madeira da Silva, 2009)



Figura 15. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa. Vista do Auditório. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2007)



Figura 17. Fundação Calouste Gulbenkian – Lisboa. Jardim e escultura de Pedro Cabrita Reis. (Fonte: Fotografia T. Madeira da Silva, 2007)

alumínio no interior do vestíbulo. Pelo meio destas peças, existem pequenos quadrados e esferas que se vão torcendo e pontuando o espaço em toda a sua extensão numa sequência sugerindo um movimento do exterior para o interior de edifício. A relação que esta obra estabelece com a arquitectura e o edifício onde ela se implanta revela um entendimento da relação interior/exterior existente em quase todo o conjunto edificado.

A relação de continuidade no conjunto edifícios/espços verdes foi uma das intenções dos autores logo a partir do projecto. Dizem-nos os arquitectos paisagistas do parque:

“Não se tratou portanto de integrar apenas uma edificação numa zona verde, nem de construir um jardim para servir um edifício, mas sim procurar uma relação total e íntima entre os elementos que compõem o todo, abrangendo na composição a área disponível, de forma que a própria vida do edifício se prolongue naturalmente para os espaços exteriores e destes para o interior.” (AAVV, 1969a: 217).

Para além das obras anteriormente referidas e com um carácter mais sóbrio podemos encontrar outras obras como os painéis de cerâmica que decoram os topos da cantina de Jorge Barradas, assim como a tapeçaria de Manuela Jorge no átrio dos Restaurantes que funcionam mais como um revestimento de altíssima qualidade do que como uma obra de decoração autónoma no conjunto. A par destas obras importantes e emblemáticas encontramos um vasto conjunto de peças de outros autores, estas sim, com um carácter decorativo mas que, no entanto, enriquecem a vida do próprio edifício dado o carácter iminentemente cultural que o caracteriza. São exemplos a apontar: a escultura retratando Calouste Gulbenkian de Leopoldo de Almeida, a tapeçaria de Manuela Jorge no átrio dos restaurantes, o baixo-relevo de Vítor Fortes, as pinturas de Carlos Botelho e de Espiga Pinto. Também o conjunto de peças saídas da colecção da Fundação como o retrato de Fernando Pessoa de Almada Negreiros (colocado na Biblioteca), uma escultura de João Cutileiro colocada no exterior, quadros de Eduardo Nery, Noronha da Costa, e de autores mais recentes Joaquim Rodrigues, Menez, Fernando Lanhas, Júlio Pomar, Júlio Resende (no bar), entre outros, completam o conjunto das obras escolhidas.

Sendo este um espaço de estar e de circulação iminentemente cultural e com carácter expositivo importa referir que o enriquecimento da vivência da arquitectura, tem sido favorecido através da actualização constante de obras, sobretudo colocadas no exterior, como é o caso da escultura de Pedro Cabrita Reis (Fig. 17), e da instalação do artista plástico brasileiro José Bechara, designada “a casa” actualmente a ser montada junto à entrada do edifício do museu. Dada a função do edifício e o seu valor simbólico para a cidade de Lisboa, a integração das artes plásticas encontra-se em harmonia com o espírito inicial do edifício.

Conclusão

A conclusão que podemos tirar acerca da integração das artes plásticas e a arquitectura a partir destes três casos de estudo inscritos no movimento moderno em Portugal, é que a cada um deles corresponde uma atitude na forma como foi gerada a relação entre uma e outra, obtendo-se assim resultados também diferentes. Apesar de reconhecermos uma desadequação na relação entre a decoração do hotel Ritz e a sua arquitectura verificamos que a arquitectura é tão forte que resiste, cinquenta anos depois, ao desajuste criado entre uma e outra. O que se verifica é que as obras de arte geradas a partir do desconhecimento das condicionantes do projecto ou das suas intenções não pode resultar numa verdadeira integração. A arquitectura vive do espírito de síntese. Tal como uma narrativa a arquitectura constrói-se a partir de um conjunto de elementos que separados não querem dizer nada mas que organizados comunicam alguma coisa. Assim sendo se arquitectos e artistas colaboram previamente (em projecto), para a realização da obra em conjunto, esta resulta num todo onde é possível obter uma leitura coerente e completa.

Podemos encontrar essa coerência no Bloco das Águas Livres, a partir da forma como se relacionam as peças de arte e a arquitectura. Aqui desde logo se verificou a colaboração de diferentes artistas com os arquitectos autores do projecto numa fase prévia à sua construção. Assim, a criação de certos espaços entrou em linha de conta com os elementos plásticos que os artistas iriam produzir e vice versa. Tanto os arquitectos como os artistas poderiam aproveitar e tirar partido de cada um desses elementos. O que daqui podemos compreender é que se a integração de uma em relação à outra é um dado positivo para a vivência do espaço, esta só poderá existir

se os diversos intervenientes, colaboram para o conjunto da obra. Se assim não for, as diferentes linguagens de cada um não são compreendidas pelos outros intervenientes. Neste edifício a inclusão das obras de arte vão na linha orientadora do projecto que, pelas suas qualidades garantam durabilidade, fácil conservação e bom aspecto por um período longo.

Igualmente podemos perceber que numa obra arquitectónica o programa é concebido tendo em conta os diferentes serviços, o terreno e o bem estar dos seus utilizadores, e onde as obras de arte, para além, dos efeitos estéticos também tenham consequências funcionais, dando ao conjunto um grande valor de composição como é o caso do Edifício da Fundação Gulbenkian. Aqui podemos encontrar dois tipos de relações entre a arquitectura e as obras de arte: umas integradas no conjunto e outras com um carácter decorativo. Na concepção de um edifício, a escolha e aplicação dos materiais, a inclusão de obras de arte, a decoração e o design, podem contribuir para dar maior clareza às formas arquitectónicas e evidenciar as relações volumétricas e estruturais. Qualquer destes elementos pode servir para reforçar a estrutura pondo em evidência aspectos construtivos, transformar os valores volumétricos em superfícies, (através, por exemplo, de baixos-relevos, da cor ou da luz). Igualmente, a cor pode ser trabalhada como elemento de definição do espaço (ampliar ou diminuir o espaço) e sugerir contraste de claro/escuro. Nos edifícios que estudamos, se por um lado, as obras de arte têm um lugar confinado e pré-determinado pela arquitectura podendo dar pouca versatilidade aos espaços que as recebem, por outro podem contribuir para reforçar e acentuar aspectos da própria arquitectura enriquecendo-a a dois níveis: a partir da mera contemplação da obra e a partir da valorização dos valores conceptuais da arquitectura.

Bibliografia

- AAVV. (1969a), A Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian: Depoimentos dos Principais Responsáveis, **Arquitectura**, 111, pp. 213-218.
- AAVV. (1969b), A Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian: Apresentação do Projecto, **Arquitectura**, 111, pp. 219-239.
- CALDAS, João Vieira (1997), **Porfírio Pardal Monteiro: Arquitecto**, Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- CARAPINHA, Aurora (1994), Jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, **Architécti**, 25, p. 40.
- CARAPINHA, Aurora (ed.) (2006), **Fundação Calouste Gulbenkian: O Jardim**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARTA DE ATENAS (1933), acessível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/atenas-33.htm>>.
- DUARTE, Carlos (1969), A Sede e Museu da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, **Arquitectura**, 111, pp. 211-212.
- Duarte, Carlos (1986), **A Arquitectura Modernista, Tendências da Arquitectura Portuguesa**, (Catálogo), pp.10-13 Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- DUARTE, Carlos (1990), Hotel Ritz: Onde a Arte Veio Enriquecer o Produto Turístico, **Hotéis de Portugal**, 22-23, pp. 27-33.
- GULBENKIAN, F.C. (2006), **Gulbenkian: Arquitectura e Paisagem**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fernandes, José Manuel (1993), **A Arquitectura Modernista em Portugal (1890-1940)**, Lisboa: Gradiva.
- FRANÇA, José Augusto (1969), Sobre as Obras de Arte Inseridas no Edifício da Fundação, **Colóquio Revista de Artes e Letras**, 56, Lisboa, p.69.
- FRANÇA, José-Augusto (1991a) [1974], A Fundação Calouste Gulbenkian, **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 505-517.
- FRANÇA, José-Augusto (1991b) [1974], O I Congresso Nacional de Arquitectura e a Arquitectura dos Anos 50, **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 438-461.
- FRANÇA, José-Augusto (1991c) [1974], A Arquitectura dos Anos 30 e 40: Ramos, Cristino, Cassiano, Pardal e Duarte Pacheco, **A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)**, Venda Nova: Bertrand Editora, pp. 225-260.
- GONÇALVES, Rui Mário (1969), Integração de Obras de Arte na Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, **Arquitectura**, nº 111, Lisboa, pp. 242-243.

MAGALHÃES, Ana (2000a), *Intemporalidade, Continuidade e Presença dos Valores do Movimento Moderno: O Caso do Hotel Ritz no Contexto da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Tese de Mestrado (texto policopiado), Lisboa: Universidade Lusíada.

MAGALHÃES, Ana (2000b), O Elogio da Modernidade..., *J-A Jornal Arquitectos*, 197, p. 64.

MONTEIRO, Porfírio Pardal (1948), A Tradição na Arquitectura, **1º Congresso Nacional de Arquitectura, Relatório da Comissão Executiva**. Teses, Conclusões e Votos do Congresso, pp. 33-41.

MONTEIRO, Porfírio Pardal (1954), Memória descritiva do Hotel Ritz, **Livro de Obra Hotel Ritz: Rua Castilho n.º 77, Obra n.º 27777**, (36 Volumes), Lisboa: Arquivo da Câmara Municipal, Arquivo Intermédio.

PACHECO, Ana Assis (1998), **Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1957: A Obra do Arquitecto**, Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea (texto policopiado), Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1983), A Arquitectura dos Anos 50 em Portugal, *Arquitectura*, 148, pp. 58-61.

PEREIRA, Nuno Teotónio, CABRAL, Bartolomeu Costa (1959), Bloco nas Águas Livres (projecto), *Arquitectura*, 65, pp. 3-31.

PORTAS, Nuno (1993) [1977], A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma Interpretação, ZEVI, Bruno (ed.), **História da Arquitectura Moderna**, vol. 2, Lisboa: Arcádia, pp. 687-744.

SANTA RITA, José Daniel; SIMÕES, Duarte Nuno (1960), A Decoração do Hotel Ritz, *Arquitectura*, 67, pp.53-55.

SANTOS, Rui Afonso (1995), O Design e a decoração em Portugal, 1900-1994, PEREIRA, Paulo (org.), **História da Arte Portuguesa**, Vol. III, p. 437-505.

SKAPINAKIS, Nikias (1960), A Decoração do Hotel Ritz, O Sempiterno Problema da Conjugação das Artes, *Arquitectura*, 67, pp.51-52.

TOSTÕES, Ana (1997) [1994], **Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50**, Porto: FAUP Publicações.

TOSTÕES, Ana (2001), Em Direcção a uma Nova Monumentalidade: Os Equipamentos Culturais e a Afirmação do Movimento Moderno, **Terceiro Seminário Do-co.mo.mo Ibérico: Equipamentos e Infra-estruturas Culturais 1925-1965**, Porto, pp. 17-28.

TOSTÕES, Ana (2004a), *Arquitectura Moderna Portuguesa: os Três Modos*, TOSTÕES, Ana (ed.), **Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970**, Lisboa: IPPAR, pp. 105-155.

TOSTÕES, Ana (ed.), (2004b), **Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira**, Lisboa: Quimera Editores.

TOSTÕES, Ana (ed.), (2006a), **Fundação Calouste Gulbenkian: Os Edifícios**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TOSTÕES, Ana (ed.), (2006b), **Sede e Museu Gulbenkian: a Arquitectura dos Anos 60**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Teresa Madeira da Silva

ISCTE - IUL, DINÂMIA'CET-IUL

Arquiteta, Doutorada em Arquitetura e Urbanismo pelo ISCTE-IUL. Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo (ISCTE-IUL), e investigadora no DINÂMIA-CET. Tem vários anos de experiência profissional, recebeu (1989), o Prémio Valmor e Municipal de Arquitetura, em co-autoria. Coordenou (2012), um Estudo sobre edifícios de habitação social em Marvila, (1500 unidades).

Publicou vários artigos em revistas científicas com revisão por pares, capítulos de livros, e trabalhos em atas de eventos. Participou em diversos encontros científicos. Atualmente leciona no Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL, no Mestrado em Estudos Urbanos (U-Nova/ISCTE-IUL) e coordena o Seminário Multidisciplinar em Estudos Urbanos no Doutoramento em Estudos Urbanos (U-Nova/ISCTE-IUL).